



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

REYNALDO DAIVYD LOPES DA SILVA

**O USO DESIGUAL DO TERRITÓRIO E AS FORÇAS QUE MOVEM O CIRCUITO
INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NAS CIDADES DE MACEIÓ, UNIÃO DOS
PALMARES E PORTO CALVO - AL**

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa

Maceió, Alagoas

2023

REYNALDO DAIVYD LOPES DA SILVA

**O USO DESIGUAL DO TERRITÓRIO E AS FORÇAS QUE MOVEM O CIRCUITO
INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NAS CIDADES DE MACEIÓ, UNIÃO DOS
PALMARES E PORTO CALVO - AL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Geografia: Organização do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa

Maceió, Alagoas

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586u Silva, Reynaldo Daivyd Lopes da.
O uso desigual do território e as forças que movem o circuito inferior da economia urbana nas cidades de Maceió, União dos Palmares e Porto Calvo - AL / Reynaldo Daivyd Lopes da Silva. – 2023.
109 f. : il. color.

Orientador: Domingos Sávio Corrêa.
Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 104-107.
Anexos: f. 108-109.

1. Circuito inferior. 2. Pobreza urbana. 3. Território. 4. Economia urbana. I. Título.

CDU: 911.3(813.5)

REYNALDO DAIVYD LOPES DA SILVA

**O USO DESIGUAL DO TERRITÓRIO E AS FORÇAS QUE MOVEM O CIRCUITO
INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NAS CIDADES DE MACEIÓ, UNIÃO DOS
PALMARES E PORTO CALVO - AL**

Aprovado em: 27/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DOMINGOS SAVIO CORREA**
Data: 27/03/2024 10:22:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANE MARANHA DE OLIVEIRA MARISCO**
Data: 27/03/2024 17:54:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^{ta}. Dr^a. Luciane M. de Oliveira Marisco
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **Jose Messias Bastos**
Data: 27/03/2024 11:10:14-0300
CPF: ***.445.859-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. José Messias Bastos
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho ao Deus Todo-Poderoso, criador de tudo que existe e que me protege e concede forças para continuar minha jornada e questionar a realidade de um mundo perverso tomado pela desigualdade social. Também aos meus familiares e a todos os meus professores.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o arquiteto de tudo que existe e que me deu força e coragem para seguir em frente e superar as dificuldades.

A minha família que sempre apoiou os meus estudos e que não mediu esforços para que eu pudesse concluir a graduação.

Ao meu orientador, o prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa pela dedicação e suporte, bem como a disponibilidade de tempo para suas correções e instruções.

A todos os professores, pelo esforço e dedicação nas aulas ministradas das disciplinas do curso de mestrado em geografia.

Aos técnicos e demais funcionários por manter a organização do ambiente acadêmico e pela competência em exercer suas funções, tendo uma relevante importância para o funcionamento da instituição.

Ao Laboratório de Estudos sobre o Desenvolvimento econômico e a mundialização do capital pelos momentos de aprendizagem no estágio.

Ao Grupo de Estudos Territoriais – GETERRI, pelos debates inspiradores que, direta ou indiretamente, contribuíram para as minhas pesquisas.

Aos agentes do circuito inferior da economia urbana, por me receberem de forma amigável e fornecer informações norteadoras para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso.

A Universidade Federal de Alagoas, por me oportunizar fazer um curso de excelente qualidade.

"A humanidade se divide em dois grupos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem com receio da revolta dos que não comem."

(Josué de Castro).

RESUMO

No período recente, forças internas e externas intensificam modificações sobre o espaço urbano através do uso desigual do território, enquanto as capacidades de adaptação e renovação do circuito inferior possibilitam novas dinâmicas que terminam por gerar relações de concentração e dispersão nas cidades. O presente estudo tem por objetivo analisar elementos e ações que movem e reorganizam as atividades do circuito inferior da economia urbana das cidades de Maceió, União dos Palmares e Porto Calvo, a partir da hipótese de que com a expansão da desigualdade social e a constante busca por alternativas de trabalho ao longo do tempo, cria-se um aumento significativo das atividades do circuito inferior, surgindo as mais variadas dinâmicas envolvendo as forças de adaptação e absorção dos agentes desse subsistema. Em contrapartida, as ações reguladoras do estado e dos municípios podem criar barreiras burocráticas ou até mesmo oscilações econômicas que possibilitam um efeito de deslocamento desses ramos econômicos. Justifica-se o presente estudo, portanto, para a compreensão de movimentos que geralmente resultam da desigualdade socioeconômica e das normatizações impostas aos territórios, nesse sentido, existe uma necessidade estudar cidades de portes diferentes para alcançar o entendimento dos padrões de organização dessas atividades considerando as variações dos graus de aglomeração e suas especificidades. A pesquisa tem sido realizada através de levantamento bibliográfico, visitas aos locais de manifestação das atividades econômicas características do setor, bem como pela realização de entrevistas abertas com representantes e aplicação de questionários aos agentes do circuito inferior nos referidos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Circuito inferior, pobreza urbana, território.

ABSTRACT

In the recent period, internal and external forces have intensified modifications on the urban space through the unequal use of the territory, while the capabilities of adaptation and renewal of the lower circuit make possible new dynamics that end up generating relations of concentration and dispersion in cities. The present study aims to analyze elements and actions that move and reorganize the activities of the lower circuit of the urban economy in the cities of Maceió, União dos Palmares and Porto Calvo, based on the hypothesis that with the expansion of social inequality and the constant search for work alternatives over time, a significant increase in the activities of the lower circuit is created, resulting in the most varied dynamics involving the forces of adaptation and absorption of the agents of this subsystem. On the other hand, the regulatory actions of the state and municipalities can create bureaucratic barriers or even economic oscillations that allow for an effect of displacement of these economic branches. The present study is therefore justified for the understanding of movements that generally result from socioeconomic inequality and the regulations imposed on the territories, in this sense, there is a need to study cities of different sizes to reach an understanding of the patterns of organization of these activities considering the variations in the degrees of agglomeration and their specificities. The research has been carried out through a bibliographical survey, visits to the manifestation places of the economic activities characteristic of the sector, as well as by conducting open interviews with representatives and applying questionnaires to agents of the lower circuit in the referred municipalities.

KEYWORDS: Lower circuit, urban poverty, territory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de desenvolvimento urbano para longevidade - IDL	86
Tabela 2 - União dos Palmares: pessoas com ocupações formais.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Maceió: Crescimento populacional	69
Gráfico 2 - Maceió: agentes do circuito inferior que já se deslocaram entre o centro e periferia.....	73
Gráfico 3 - Maceió: fluxo de pessoas no centro de acordo com os agentes do circuito inferior.	74
Gráfico 4 - Maceió: fluxo de pessoas na periferia de acordo com os agentes do circuito inferior	75
Gráfico 5 - Maceió: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior do centro...76	
Gráfico 6 - Maceió: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior na periferia76	
Gráfico 7 - União dos Palmares: Crescimento populacional	78
Gráfico 8 - União dos Palmares: agentes do circuito inferior que já se deslocaram entre o centro e periferia	81
Gráfico 9 - União dos Palmares: fluxo de pessoas no centro de acordo com os agentes do circuito inferior.	83
Gráfico 10 - União dos Palmares: fluxo de pessoas na periferia de acordo com os agentes do circuito inferior	84
Gráfico 11 - União dos Palmares: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior do centro.	85
Gráfico 12 - União dos Palmares: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior na periferia	86
Gráfico 13 - União dos Palmares: índice de desenvolvimento humano	88
Gráfico 14 - União dos Palmares: rendimento mensal familiar por número de domicílios particulares88	
Gráfico 15 - Porto calvo: Crescimento populacional.....	90
Gráfico 16 - Porto Calvo: agentes do circuito inferior que já se deslocaram entre o centro e periferia	94
Gráfico 17 - Porto Calvo: fluxo de pessoas no centro de acordo com os agentes do circuito inferior.	95
Gráfico 18 - Porto Calvo: fluxo de pessoas na periferia de acordo com os agentes do circuito inferior	96
Gráfico 19 - Porto Calvo: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior do centro.	97
Gráfico 20 - Porto Calvo: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior na periferia.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos	30
Quadro 2 - Maceió: principais despesas fixas dos agentes do centro.....	75
Quadro 3 - Maceió: principais despesas fixas dos agentes na periferia	75
Quadro 4 - União dos Palmares: principais despesas fixas dos agentes do centro	84
Quadro 5 - União dos Palmares: principais despesas fixas dos agentes na periferia.....	84
Quadro 6 - Porto Calvo: principais despesas fixas dos agentes do centro	96
Quadro 7 - Porto Calvo: principais despesas fixas dos agentes na periferia	96
Quadro 8 - Principais elementos que possibilitam o movimento de deslocamento.....	99

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Político-Administrativo de Maceió	68
Mapa 2 - Localização do Município de União dos Palmares.....	77
Mapa 3 - Político-Administrativo de Porto Calvo	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de desenvolvimento humano

IDL - Índice de desenvolvimento urbano para longevidade

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do método.....	26
Figura 2 - Centro comercial da cidade: Porto Calvo, AL - [Século XIX].....	42
Figura 3 - Vista panorâmica da cidade: Praça Floriano Peixoto: [Palácio Floriano Peixoto]: Maceió, AL - [Século XIX]	45
Figura 4 - Estação experimental de cana-de-açúcar: União dos Palmares, AL - [Século XIX]	46
Figura 5 - Maceió: pirâmide etária	70
Figura 6 - Maceió: densidade demográfica.....	71
Figura 7 - Maceió: Salário médio mensal dos trabalhadores formais	72
Figura 8 - Densidade demográfica de União dos Palmares	78
Figura 9 - União dos Palmares: Pirâmide etária	79
Figura 10 - União dos Palmares: Salário médio mensal dos trabalhadores formais.....	82
Figura 11 - Porto Calvo: pirâmide etária	91
Figura 12 - Porto calvo: densidade demográfica	92
Figura 13 - Porto Calvo: Salário médio mensal dos trabalhadores formais	93
Figura 14 - Ciclo de deslocamento das atividades do circuito inferior	100

Sumário

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	8
1. INTRODUÇÃO	16
2 FUNDAMENTOS DE TEORIA E MÉTODO	18
2.1 - A Metodologia	18
2.2 - O Método	23
2.3 - O espaço urbano	28
2.4 - A teoria dos dois circuitos da economia urbana	30
2.5 - O sistema econômico capitalista e o uso do território	33
2.6 Formação socioeconômica de Alagoas	41
3. AS FORÇAS DE INTERFERÊNCIA E RESISTÊNCIA NAS ATIVIDADES DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM MACEIÓ, UNIÃO DOS PALMARES E PORTO CALVO	54
3.1 - A força de expansão	54
3.2 - A retração	56
3.3 - A centralização e dispersão	57
3.4 - A capacidade de renovação e adaptação	60
3.5 - A dependência do circuito superior	63
3.6 - Os mecanismos de formalização e fiscalização	64
4. AS FORÇAS DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DAS ATIVIDADES DO CIRCUITO INFERIOR EM MACEIÓ, UNIÃO DOS PALMARES E PORTO CALVO	67
4.1 Maceió	67
4.2 União dos Palmares	77
4.3 Porto Calvo	89
4.4 O padrão de movimento do circuito inferior da economia urbana nas cidades	98
5. CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	107

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, as transformações oriundas das dinâmicas urbanas produzem um movimento contínuo que se origina das modificações voltadas às tendências do sistema econômico, criando as variáveis do uso desigual do território sobre o espaço urbano. Esse sistema de organização econômica possui lógicas estruturadas de forma verticalizada, centralizando os elementos em pontos com maior investimento de capital, reproduzindo pontos rarefeitos de elementos para o desenvolvimento socioeconômico.

A hipótese é que com a expansão da desigualdade social e a constante busca por alternativas de trabalho, cria um aumento significativo das atividades do circuito inferior da economia urbana, em contrapartida, as ações reguladoras do estado e município podem criar barreiras burocráticas ou até mesmo oscilações econômicas que possibilitariam um efeito de retração dessas atividades. As perguntas que norteiam a investigação são: quais elementos têm causado causam a expansão das atividades dentro da cidade e o que tem contribuído para sua fixação ou a redução desses ramos em determinados pontos? Por que em algumas áreas expandem menos atividades do circuito inferior do que outras? Quais seriam os elementos que proporcionam essas ações sobre o espaço urbano de União dos Palmares, Porto Calvo e Maceió?

O circuito inferior da economia urbana se adapta a diferentes conjunturas, tende a absorver grande parte da mão-de-obra que não está inserida no mercado de trabalho do setor moderno. Torna-se um mecanismo de escape para o desemprego em momentos de vulnerabilidade social. A pobreza urbana tem a capacidade intensificar expansão das atividades do circuito inferior das economias urbanas onde a capacidade de adaptação torna-se fundamental para esse processo, em contrapartida, as ações reguladoras do estado e município podem criar barreiras burocráticas ou até mesmo oscilações econômicas que possibilitariam um efeito de retração dessas atividades.

A expansão das atividades do circuito inferior está ligada diretamente com as possíveis demandas criadas pelo sistema urbano que segue as tendências geradas pelo sistema econômico que cria variáveis sobre o uso desigual do território possuidor de elementos urbanos, possibilitando a existência e a expansão das atividades do circuito inferior da economia urbana.

A intensificação da pobreza e o aumento gradativo do exército reserva de trabalhadores em busca de uma válvula de escape para atender as necessidades de sobrevivência faz do circuito inferior uma maneira de sobreviver as adversidades do sistema econômico por meio da capacidade de absorção que esse subsistema possui. A retração das atividades do circuito inferior da economia urbana está relacionada a possíveis mecanismos reguladores do sistema urbano, intensificada pelas variações econômicas. Qualquer variação nos ganhos das atividades ou a criação de barreiras geradoras de resistência resultaria em uma relevante redução de alguns ramos de atividades.

O trabalho se justifica por compreender que as variações espaciais criam dinâmicas sobre o espaço urbano por meio do uso desigual do território. Podem sobretudo indicar processos de reorganização ligada a uma instabilidade econômica e o aumento das desigualdades socioespaciais, possibilitando movimentos contínuos por meio da capacidade de adaptação e absorção do circuito inferior da economia urbana. As cidades pesquisadas foram escolhidas para compreender o padrão de deslocamento dos agentes do circuito inferior em cidades de portes diferentes. Nessa perspectiva, esse subsistema possui a capacidade de revelar diferentes dinâmicas que regem o espaço urbano.

A teoria dos dois circuitos da economia urbana tem uma relevante contribuição por conseguir explicar de forma operacional o funcionamento do espaço urbano através das variáveis contidas nas dinâmicas econômicas e sociais. Esses dois subsistemas, elencados como superior e inferior, têm a capacidade de revelar as ações e consequências das organizações do sistema econômico sobre o espaço urbano. As variáveis criadas por essas organizações estão contidas no uso desigual do território que provoca movimentos onde o circuito inferior serve de válvula de escape para a sobrevivência daqueles que não foram inseridos no mercado de trabalho do setor moderno. Por meio das adversidades, as forças de expansão e retração criam reorganizações nas atividades do circuito inferior no urbano de União dos Palmares, Porto Calvo e Maceió.

2 FUNDAMENTOS DE TEORIA E MÉTODO

2.1 - A Metodologia

A metodologia é um procedimento de caráter estratégico e tem a função de facilitar a construção do conhecimento e dá suporte para validar a pesquisa. Portanto, “a Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para a construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

Não se pode deixar que prescrições metodológicas aprisionem o pesquisador como uma couraça. Os métodos de pesquisa oferecem a orientação de base necessária à garantia de consistência e validade, mas eles não podem virar uma ‘camisa de força’ ... Os métodos são vivos. (GATTI, 1998, p. 17).

A metodologia tem o caráter de uma abordagem quali-quantitativa, sendo utilizado a pesquisa exploratória e explicativa. Como base teórica foi utilizada a teoria dos circuitos da economia urbana de Santos (2008), originalmente publicado na década de 1970. Cabe salientar que essa obra atribui uma fundamental compreensão dos elementos e mecanismos que formam o circuito inferior da economia urbana.

Como leitura complementar foram utilizados suportes bibliográficos de Silveira (2010), por se tratar de uma obra mais recente que discute o circuito superior e inferior como resultado da modernização do território e Corrêa (1995) que tem sua contribuição por detalhar a formação e o funcionamento do espaço urbano. Em relação aos procedimentos para coleta de dados e fundamentação da pesquisa, serão utilizados fichamentos, internet, questionários, observação e entrevistas aos agentes mais antigos, líderes responsáveis ou os mais antigos pela maior experiência nas dinâmicas do circuito inferior.

O fichamento é um instrumento utilizado para organização da pesquisa, auxiliando e dando acessos mais rápidos as bases teóricas que fundamentam o trabalho. Nesta perspectiva, “[...] o fichamento é uma parte importante na organização para a efetivação da pesquisa de documentos. Ele permite um fácil acesso aos dados fundamentais para a conclusão do trabalho.” (KUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 54).

Em um período técnico, científico, informacional e comunicacional, a internet torna-se indispensável por possuir uma gama de informações, dados e documentos relevantes a pesquisa, principalmente se esses dados se apresentam de forma didática como os do IBGE (2022), disponíveis na rede mundial de computadores e de fácil acesso. Essas informações têm sua contribuição na pesquisa, porém, a busca por explicações das especificidades do objeto

estudado, cria a necessidade do uso da pesquisa em campo. “A Internet representa uma novidade nos meios de pesquisa. Trata-se de uma rede mundial de comunicação via computador onde as informações são trocadas livremente entre todos. [...]” (KUARK; MANHÃES; MEDEIROS; 2010, p. 57).

Os questionários totalizaram 384 e foram aplicados aos agentes do circuito inferior da economia urbana, localizados nas áreas central e periférica das cidades de União dos Palmares, Porto Calvo e Maceió. As questões foram desenvolvidas de forma clara e objetiva através de perguntas de múltipla escolha com uma justificativa em aberto para esclarecer a resposta. Nesse sentido, visando respostas sobre as dinâmicas de das forças de expansão e retração exercidas nessas áreas de ocupação dos agentes do circuito inferior. Afinal, “[...] o questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. A confecção é feita pelo pesquisador; o preenchimento é realizado pelo informante.” (KUARK; MANHÃES; MEDEIROS; 2010, p. 58).

A observação de campo é utilizada para a compreensão das diferentes infraestruturas e serviços prestados nestas duas áreas aonde vai existir uma variação do grau de investimento e organização. A observação “[...] assistemática, também chamada observação não estruturada [...] muitas vezes, torna-se a única oportunidade para o estudo de certos fenômenos.” (KUARK; MANHÃES; MEDEIROS; 2010, p. 62).

A entrevista é uma ferramenta bastante esclarecedora, pois, fornece informações mais detalhadas sobre a organização e o funcionamento do objeto estudado, dando possibilidades para compreensão de certas especificidades relacionadas a essas ocupações. Foi utilizado um roteiro para melhor organização das informações, sendo utilizados para aplicar aos representantes ou aos agentes mais antigos do circuito inferior atuando nessas áreas.

Produzir um novo conhecimento mediante metodologias científicas traz uma necessidade de lidar com os conceitos, significados e definições que muitas vezes são utilizados por outras ciências para diversos fins com outras concepções e perspectivas, assim como a geografia possui suas próprias vertentes de pensamento específicos. Nessa perspectiva, esses conceitos repercutem “sobre as mesmas e sobre as repercussões que trazem para as formas de produção e apropriação de conhecimentos, notadamente para as possibilidades do trabalho inter e transdisciplinar.” (BAUMGARTEN, 2009, p.16)

O duplo condicionamento existente entre sociedade e conhecimento científico remete ao lugar estratégico ocupado pelo conhecimento científico e

tecnológico não só para a acumulação capitalista, mas também para o funcionamento do próprio Estado e da sociedade atuais. (BAUMGARTEN, 2009, p.15)

O conceito é um elemento mutável que se transforma a medida que o meio científico muda suas concepções por meio de novas descobertas sobre um determinado estudo. Nesse sentido, Korte, (2000, p. 21) afirma que o conceito: “traz o sentido do que é resultante de concepção. Na filosofia entende-se por conceito a representação dum objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais.”. As mudanças das características das concepções do pensamento podem promover alterações desses conceitos. Sendo assim, “novas possibilidades e desafios de desenvolvimento (como processo de mudança social) emergem das transformações imateriais que se operam tanto na produção material quanto na produção dos intangíveis.” (BAUMGARTEN, 2009, p.)

Em relação ao significado este é resultado de uma observação do objeto de estudo ou de como o objeto é interpretado, de acordo com Korte, (2000, p. 23) “A ideia de significado, como interpretante que decorre do intérprete, sugere, na semiótica, algo estático, inerente e presente no bojo do designatum, reconhecível na observação do fenômeno.” Nessa perspectiva, o significado pode tomar outros sentidos com o passar do tempo, pois é um elemento de uma interpretação que pode ser influenciada pelas características dos períodos em que foi formado, sendo alterado com o passar do tempo. “Quando tratamos de um método transdisciplinar referimo-nos ao que se serve e recorre a tantas disciplinas quantas conhecidas, visando captar entre elas o que há de semelhança.” (KORTE,2000, p. 33)

O constructo está ligado a formação das ideias como elemento discursivo ligado a forma individual de pensar sendo “como resultado de um conjunto nem sempre mensurável de elementos discursivos que integram a idéia, a linha ou a forma de pensar, pode ou não ser adotado como elemento constitutivo de uma crença justificada” (KORTE,2000, p. 23) Essa justificação em uma perspectiva científica deve atender a critérios o pensamento discursivo tem que ser baseado em fatos que posso dar sustentação as afirmações. “Assentado na razão, na divisão/análise e na máxima “conhecer para controlar”, que reduziu os problemas e suas respostas a modelos para a ação transformadora sobre a natureza e controladora da sociedade.” (BAUMGARTEN, 2009, p.15)

A Definição em uma pesquisa propõe limites e fronteiras gerando um entendimento do que está sendo proposto, esse elemento é essencial, pois, esses limites evitam invasões dos territórios de outras ciências nesse sentido a definição “é substantivo que traz o significado

daquilo que está limitado, tem fronteiras, contornos e, conseqüentemente tem fim.” (KORTE,2000, p. 25) Com um objeto definido na ciência geografia os conceitos, significados, constructos e definições ganham sentido geográfico. Nesse contexto, “as questões que se colocam são: como’ conhecer e como agir nessa realidade? Como perceber as tantas bifurcações que o devir contém, seus feixes de possibilidades? Como escolher caminhos?” (BAUMGARTEN, 2009, p.16)

Em relação aos procedimentos observamos que é um processo em que o conhecimento é aproveitado possibilitando resultados e contribuições para formação de uma coesão de elementos que possibilita uma formação de ideias coerentes a pesquisa sem precisar torná-los independentes do que está sendo pesquisado. Nesse sentido, “produzindo conhecimentos disciplinares e com alto nível de especialização. Separar e reduzir têm sido as máximas desse paradigma.” (BAUMGARTEN, 2009, p.15)

Agir interdisciplinarmente é o que reconhecemos como processar o conhecimento mediante o aproveitamento dos resultados emergentes de diferentes disciplinas, num esforço visando formar conjuntos de elementos cognitivos sem que se alimente o objetivo de, necessariamente, torná-los interdependentes, conexos ou convergentes. (KORTE,2000, p. 30)

Nesse sentido, na ciência geográfica essa “prática científica na sociedade contemporânea é um tema ainda pouco debatido, principalmente quando se leva em conta o lugar da ciência e da tecnologia nos próprios alicerces da sociedade capitalista.” (BAUMGARTEN, 2009, p.15). Nessa perspectiva, existe a necessidade de buscar a compreensão dessa operacionalidade de diferentes posturas de métodos científicos.

A centralização do conhecimento algo necessário e evita a dispersão do objetivo principal da proposta científica “A produção/distribuição de informação e de conhecimento assume forte centralidade, tanto como instrumento para a análise da sociedade, quanto como objeto de investigação e discussão.” (BAUMGARTEN, 2009, p.15). Essa perspectiva assume um papel de instrumento regulador das investigações e análises. “Ao analisar a constituição da ciência moderna e o modelo de fazer científico que se consolidou como hegemônico nos últimos séculos, encontramos um paradigma.” (BAUMGARTEN, 2009, p.15)

Na postura científica propõe uma combinação de subconjuntos elementos de várias compreensões por meio de uma linguagem própria e dos objetos de estudo específico. Nesse sentido, pensar dessa maneira traz uma diversidade de contribuição sobre diferentes olhares e perspectiva.

De uma forma mais simples de compreender de como os conhecimentos estão ligados e hierarquizados de uma maneira horizontal ou vertical “a imagem ou representação global do conhecimento foi tomada de empréstimo à árvore: a árvore da ciência e a árvore das ciências.” (LEFEBVRE, 1991, p.36) essa representação cria uma perspectiva mais plausível de entendimento, pois, assim como uma árvore tudo tem um início, que se ramificando em outros por meio de processos gerando um complexo de estruturas. Nesse sentido a categoria de análise do território tens grandes potenciais para diversos estudos, portanto, “[...] o território usado é uma categoria inclusiva porque leva em conta todos os atores, e não apenas o Estado, como na acepção herdada da modernidade; todos os atores, e não apenas os que têm mobilidade, como nas mais clássicas noções de espaço de fluxos. [...]” (SILVEIRA:2011, p.80).

Nessa perspectiva, essa representação pode ser aplicada “numa série de trabalhos científicos, inclusive em matemática e em linguística, essa imagem foi formulado, esquematizado. A árvore é uma grafia; pode-se reencontrá-la na teoria dos conjuntos e das estruturas.” (LEFEBVRE, 1991, p.36). Esses conjuntos e estruturas são debatidos em diversas áreas do conhecimento geográfico, sendo o espaço geográfico sendo este “formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro no qual a história se dá [...]” (SANTOS, 2012, p.63).

Em relação à representação rede, geram uma possibilidade de compreender múltiplos caminhos que um objeto percorre para chegar na atual situação, portanto, “as redes e semi-redes permitem múltiplos percursos para ir de cada ponto a cada ponto (e até mesmo um número ilimitado de percursos).” (LEFEBVRE, 1991, p.36). Essas ideias de representação dialética tomam proporções e aplicabilidade na área da geografia.

Considerando as possibilidades e contribuições a aplicabilidade das metodologias possibilita a compreensão do que seja utilização de uma investigação mais precisa e seus conceitos, podemos observar que essa construção foi um processo de formação que teve avanços significativos em cada período apesar das complicações de cada momento na história.

Nesse sentido, a metodologia foi escolhida sabiamente, sendo o mais adequado para as pesquisas e sempre observando a neutralidade científica que é fundamental para não criar prejulgamentos sobre uma possível verdade. Na ciência geografia esses cuidados aplicados principalmente pela complexidade do objeto de estudo que é o espaço geográfico que abrange temas de estudo.

O processo de pesquisa e postura metodológica tem vários caminhos plausíveis e operacionais, porém o pesquisador desse está atendendo ao que diz a respeito de sua ciência e propor uma inovação de concepções que agreguem a ciência geográfica. Construir o conhecimento geográfico nas posturas metodológicas é algo que é necessário para algumas temáticas, pois, requer um aprofundamento mais complexo devido às especificidades dos elementos que estão sendo estudados, portanto é plausível utilizar tais posturas que vão além do tradicionalismo metodológico e conceitual.

A prospectiva e a busca de prever acontecimentos para o benefício da sociedade e na geográfica por possuir o objeto de estudos o espaço geográfico resultado de diversas interações humanas sobre diferentes escalas possibilita um maior entendimento da formação e das projeções futuras prevenindo possíveis impactos negativos a humanidade.

Cada procedimento metodológico responde a uma forma de estudar a geografia gerando respostas e essas respostas têm uma validação científica que segue vertentes e padrões para ser aceita como uma possível verdade. Nesse mar de caminhos, a tomada de decisões faz parte do processo de aperfeiçoamento do pesquisador que tem a missão de trazer resposta para a ciência geográfica.

2.2 - O Método

O método utilizado é o materialismo histórico-dialético. Esse método foi escolhido pela sua operacionalidade. Afinal, “[...] a Ciência é um procedimento metódico cujo objetivo é conhecer, interpretar e intervir na realidade, tendo como diretriz problemas formulados que sustentam regras e ações adequadas à constituição do conhecimento.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 25). Nesse sentido, deve-se considerar quatro princípios básicos: a mudança dialética, a ação recíproca, a contradição e a transformação da quantidade em qualidade ou lei do progresso por saltos.

A dialética considera o movimento e as mudanças que o objeto passa ao longo do tempo, partindo do princípio de que o estado e a função dos elementos estudados não irão permanecer imutáveis. Essas transformações darão origem a novas dinâmicas, sempre considerando que nada é absoluto ou definitivo, nessas transições tudo terá um passado, presente e futuro. Nessa perspectiva, o objeto tende a passar por fases até chegar ao estado atual e, por fim, sofrerá mudanças em um processo contínuo.

A primeira lei se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas

existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais. A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente [...]. A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna 30 repetições do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. (KONDER, 2004, p. 58-59).

Para a dialética, as forças internas produzem o encadeamento dos processos. Existindo então sequência onde nada está finalizado, é necessário compreender que, com o término de um evento, outro pode se iniciar. Sendo assim, é necessário entender que no desenvolvimento de um estudo existe sempre uma continuação devido às mudanças sequenciais que há de vir adiante. “O que constatamos atualmente é a existência, em todas as coisas, do encadeamento de processos que se produzem pela força interna daquelas (o autodinamismo). [...]” (POLITZE, 2007, p. 73).

Ao considerar o desenvolvimento histórico em espiral, todas as coisas passam por encadeamentos de processos. Essas fases se desenvolvem ao longo do tempo que está relacionado ao movimento ascendente. De acordo com Politze (2007, p. 77) “[...] chamamos a esse desenvolvimento “um desenvolvimento histórico” ou “em espiral”, e sabemos que se gera a si mesmo, por autodinamismo.”

Nesse sentido, a funcionalidade, organização e ocupação de certos elementos, podem sofrer uma variação de forma qualitativa ou quantitativa. Essas transformações podem explicar uma série de acontecimentos que proporcionaram a formação e a organização do objeto tal como é hoje. “Este movimento é possível, porque toda e qualquer coisa não é mais do que o resultado, no momento em que a estudamos, de um encadeamento de processos, isto é, de fases que saem uma das outras. [...]” (POLITZE, 2007, p. 77).

Essas transformações ocorrem pela existência das lutas de forças, que modelam as estruturas e os elementos contidos no espaço, ocasionando a mudança, segundo Politze (2007, p. 79). “[...], portanto, a dialética constata a mudança: mas, por que mudam as coisas? Porque não estão de acordo consigo próprias, porque há luta entre as forças. Entre os antagonismos internos, porque há contradição.” Nessa perspectiva, existem forças que podem centralizar ou expulsar para uma direção oposta, provocando a retração ou a expansão e conseqüentemente transformações organizacionais.

Ao pensar na ciência geografia observamos que a existe a necessidade do objeto de estudo passar diversas etapas metodológicas que dão suporte para avanços significativos para a pesquisa e, ao mesmo tempo, o período que estas ideias foram construídas passaram por momentos diferenciados quanto a aceitação e a difusão na área científica. Nesse sentido, a aplicação correta das bases científicas traz qualidade aos trabalhos acadêmicos.

O método consiste na essência de um trabalho científico que pode partir de uma lógica dedutiva ou indutiva, nesse sentido o dedutivo. “[...] Toda interpretação da natureza começa pelos sentidos e, das percepções dos sentidos e por uma via direta, firme e segura alcança as percepções do intelecto, que constituem as noções verdadeiras e axiomas” (BACON, 2002, p. 149). E o indutivo segue pelo contrário sendo o oposto. Nessa perspectiva, esses conceitos que atravessam as décadas e persistam nas produções científicas funcionam até hoje como uma herança metodológica que se replica nos trabalhos acadêmicos.

Pensar na reflexão geográfica é uma busca exaustiva por mar de concepções, conceitos significados e construtos, se apresenta como um processo que requer cuidados mais cautelosos na ciência geográfica, pois, tudo tem seus prós e contras, pois, nem toda postura metodologia responde perfeitamente à proposta do objeto de estudo.

Contudo, repensar para além das fronteiras que se perpassam e vão além dos dogmas científicos pode gerar um novo saber e avanços significativos, porém se a intenção é de fazer um trabalho geográfico este deve atender os parâmetros do objeto de estudo da geografia que é o espaço geográfico. Nesse sentido, é possível abordar o objeto por diferentes perspectivas, mas deve estar dentro das categorias de análise do objeto de estudo da geografia.

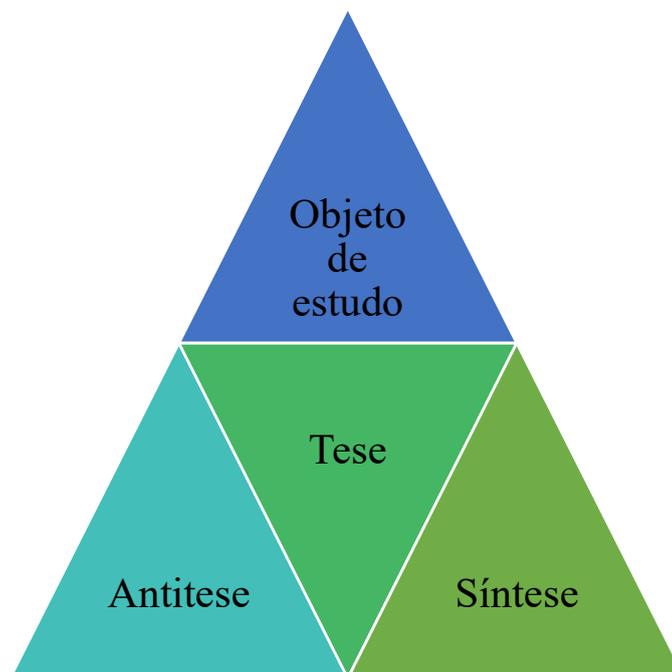
A prospectiva territorial tem um papel relevante para os estudos do objeto de estudo científico como o espaço geográfico onde diversas relações ocorrem simultaneamente, esse processo e acontecimentos geralmente seguem um padrão que o pesquisador da geografia tem a possibilidade de projetar uma infinidade de variáveis que dar a compreensão de uma previsão do que pode acontecer com base em dados e informações coletadas.

Os diferentes recortes espaciais do objeto de estudo possibilitam também todas essas capacidades que o geografo pesquisador tem para trazer essa compreensão de tudo aquilo que está acontecendo e vai acontecer por meio das projeções que tendem a revelar esses possíveis acontecimentos no presente e no futuro. Nesse sentido, a realidade pode ser observada por meio da análise de uma construção histórica, dos elementos e eventos que ocorrem no presente e das

possibilidades do que pode acontecer no futuro. As tendências que operam no espaço geográfico demonstram diversas informações que podem dar ao pesquisador, diversas respostas que norteiam as principais indagações, os eventos dentro das categorias do espaço geográfico e seus recortes espaciais.

Pensar o método do materialismo histórico e dialético requer uma análise mais aprofundada, pois, é um método específico da geografia, porém, no processo de construção, podemos observar diversas contribuições do passado que deram origem aos acontecimentos e aos processos que ocorre com o objeto de estudo sendo assim conseguimos construir antítese, tese e uma síntese. Essa perspectiva está representada na figura 1.

Figura 1 - Estrutura do método



Fonte: autor, 2022.

Sendo assim, toda ciência é um processo de construção e aperfeiçoamento para alcançar os objetivos primordiais do estudo do objeto a ser estudado e a visão de mundo e as diversas variações das concepções geográficas fazem parte dessa construção. “Consiste na observação daqueles fatos que permitam ao observador descobrir as leis gerais que regem os fatos da mesma natureza.” (RUSSELL, 1969, p.17). Esse princípio da observação em busca da descoberta de leis gerais que possibilitam entender o funcionamento das ações que geram um encadeamento de processos que gerou em diversas áreas o surgimento da busca pelos fatos que regem tais objetos de estudos separando o misticismo da ciência geográfica.

O método passa por dois períodos: “o de observação e o de descoberta de uma lei são, ambos, essenciais, e cada um deles é suscetível de um refinamento quase indefinido.” (RUSSELL, 1969, p.17). Nessa perspectiva, a observação e a descoberta possibilitaram um acúmulo de informações que confrontava o conhecimento popular, transformando inverdades que estavam no imaginário humano em falsos conceitos. “O método científico deve, pois, pela sua própria natureza, limitar-se às nossas opiniões mais solenes e oficiais.” (RUSSELL, 1969, p.18)

Neste assunto a lei fundamental e a lei dos reflexos quando o estímulo do um reflexo incondicionado, repetidamente, acompanhado, ou imediatamente precedido, por certos estímulos adequados, estes novos estímulos passarão, com o tempo, a produzir a mesma resposta que, anteriormente, só era provocada pelo estímulo próprio do reflexo incondicionado.” (RUSSELL, 1969, p.37)

De uma forma mais simples de compreender de como os conhecimentos estão ligados e hierarquizados de uma maneira horizontal ou vertical “a imagem ou representação global do conhecimento foi tomada de empréstimo à árvore: a árvore da ciência e a árvore das ciências.” (LEFEBVRE, 1991, p.36) essa representação cria uma perspectiva mais plausível de entendimento, pois, assim como uma árvore tudo tem um início, que se ramificando em outros por meio de processos gerando um complexo de estruturas.

Nessa perspectiva, essa representação pode ser aplicada “numa série de trabalhos científicos, inclusive em matemática e em linguística, essa imagem foi formulado, esquematizado. A árvore é uma grafia; pode-se reencontrá-la na teoria dos conjuntos e das estruturas.” (LEFEBVRE, 1991, p.36). Esses conjuntos e estruturas são debatidos em diversas áreas do conhecimento geográfico.

Em relação à representação rede, geram uma possibilidade de compreender múltiplos caminhos que um objeto percorre para chegar na atual situação, portanto, “as redes e semi-redes permitem múltiplos percursos para ir de cada ponto a cada ponto (e até mesmo um número ilimitado de percursos).” (LEFEBVRE, 1991, p.36). Essas ideias de representação dialética tomam, proporções e aplicabilidade em diversas áreas da geografia.

2.3 - O espaço urbano

O espaço urbano está em constante transformação por meio dos movimentos que modelam a organização urbana essas modificações tendem a atender as mais variadas lógicas para suprir a necessidade do sistema econômico que gera variações no uso do território e nesse sentido, se apresenta de forma desigual e reproduzindo as desigualdades sociais mediante um processo centralizador que impulsiona áreas com concentração de investimento de capital e atividades econômicas e, em contrapartida, promovendo a existência de áreas opacas de elementos essenciais para o desenvolvimento socioeconômico. Na perspectiva de Santos (2013, p. 119), “[...] em primeiro lugar, o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentado, como pela sua localização mais dispersa. Mudam, sobretudo, suas funções.”

A cidade, na compreensão do uso do solo em relação às atividades econômicas, é um local de relações de características não-agrícolas. O espaço urbano possui uma forte ligação com o fluxo de bens e serviços, onde se destaca o comércio. Os elementos e formas urbanas são transformados ao longo do tempo para atender às necessidades de cada período, nesse sentido, o solo urbano se apresenta como um suporte para instalação das atividades econômicas e dinâmicas sociais. “A cidade sob o ângulo do uso do solo, ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço de produção não-agrícola (ou seja, manufatureira ou propriamente industrial) e de comércio e de oferecimento de serviços [...]” (SOUZA, 2005, p. 27).

A cidade é onde ocorrem os mais diferentes processos, envolvendo a sociedade, destacando-se a acumulação de capital e a reprodução das classes sociais. Esses processos transformam as funções e as formas espaciais, materializando as atividades contidas no perímetro urbano, geradas pela organização urbana. Essas organizações impõem novas perspectivas e tendências sobre os elementos urbanos e a ocupação dos agentes. “A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. [...]” (CORRÊA, 1995, p. 37).

O espaço geográfico sendo “[...] um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários.” (SANTOS, 1988, p. 71) cria a possibilidade de diferentes organizações e modificações no espaço urbano com passar do tempo. Com o avanço da urbanização há uma reorganização da economia, além da evolução da ciência e da tecnologia informacional e

comunicacional que geram tendências e proporcionam uma diversificação das dinâmicas do território, alterando características do espaço urbano na qual o circuito inferior está inserido.

Essas alterações criam uma cadeia de processos que provocam variáveis estruturais, organizacionais e nas formas de como se mantém as ocupações dessas atividades. “A intensa urbanização, a reorganização do Estado e da economia, a monetarização da economia e da sociedade que vão se completando, os agregados de ciência, técnica e informação à vida social e ao território, [...]” (SILVEIRA, 2004, p. 3).

O uso desigual do território provoca a heterogeneidade do espaço urbano, estimulado por forças externas e internas que concentram elementos e infraestruturas oriundos de alto nível de investimento de capital em determinados pontos da cidade, enquanto outros se apresentam, com esses elementos, rarefeitos e organizados de maneira mais simples, causando uma variação de características distintas em cada fração do território. Portanto, “[...] o território usado é uma categoria inclusiva porque leva em conta todos os atores, e não apenas o Estado, como na acepção herdada da modernidade; todos os atores, e não apenas os que têm mobilidade, como nas mais clássicas noções de espaço de fluxos. [...]” (SILVEIRA:2011, p. 80).

O espaço urbano se apresenta, por meio da variação de seus componentes, articulados e fragmentados, moldados ao longo do tempo pelas forças internas e externas que geram tendências que refletem a condição da sociedade. Portanto, o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.” (CORREA, 1995, p. 9). Estas tendências criam necessidades e demandas que geram “funções urbanas que se materializam nas formas espaciais.” (CORREA, 1995, p. 10).

O Estado tem um papel fundamental nesse processo, pois, tem uma função de intermediário dos interesses econômicos e sociais. Suas ações geram novas organizações no espaço urbano, criando infraestruturas e processos que levam a normatizar as áreas urbanas, proporcionando funções e elevando as variáveis que operam nos movimentos econômicos dos territórios. Essas variáveis estão atreladas a diversos elementos como renda, capacidade de gerar empregos, desenvolvimento social, grau de escolaridade, centralização de investimentos de capital entre outros.

2.4 - A teoria dos dois circuitos da economia urbana

O espaço geográfico é onde ocorrem os diversos processos e transformações bem como as relações da sociedade sendo este “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro no qual a história se dá [...]” (SANTOS, 2012, p. 63). Portanto, o espaço geográfico é o resultado dessas ações humanas sobre esses objetos. Ao longo do tempo, por meio dessas ações, o uso do território gera novas reformulações sobre os objetos para suprir as necessidades criadas pelas dinâmicas e racionalidade do capital.

A teoria dos dois circuitos da economia urbana tem como princípio explicar o funcionamento do espaço urbano na perspectiva de estudos da realidade de um país subdesenvolvido. Existe então uma dependência significativa do circuito inferior considerando que o mesmo se apresenta em parte com atividades criadas por meio de imitações de técnicas e produtos que se originam do circuito superior atendendo com baixo custo uma parcela da população que não consegue consumir determinados serviços e mercadorias do setor moderno. “[...] o circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto o inferior à tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente recriada. [...]” (SANTOS, 2008, p. 43).

A teoria dos dois circuitos da economia urbana foi desenvolvida e apresentada por Santos em 1975. Trata-se de dois subsistemas compreendidos como circuito inferior e superior possuindo características distintas, conforme apresentado no quadro 1

Quadro 1 - Características dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos

	Superior	Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importante	Reduzido
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade Qualidade inferior
Preço	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional

Margens de lucro	Reduzida o por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papeis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Proposta da obra: O Espaço Dividido de Santos, 2008, p. 44.

O circuito superior se apresenta com altos níveis de investimentos financeiros, sendo este portador de tecnologias modernas e tendo a capacidade de manipular grande quantidade de mercadorias. De acordo com Santos (2008, p. 44), “[...] as atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, enquanto as do circuito inferior, tanto no comércio quanto na fabricação, trabalham com pequenas quantidades[...]”. Portanto, o circuito inferior é caracterizado por possuir baixo grau de investimento tecnológico e de capital, possuindo uma relevante fluidez de mercadorias, porém, com baixo acúmulo delas, trabalhando com pequenos volumes. “[...], contudo, no circuito superior às quantidades também podem ser reduzidas: é o caso das lojas especializadas, onde os preços são muito altos em virtude da qualidade do produto oferecido e de uma demanda bem específica, ligada a moda e a um tipo de clientela.” (SANTOS, 2008, p. 45).

O circuito inferior é auto inflacionário, possuindo a capacidade de criar novas atividades em resposta às demandas e necessidades impostas. De acordo com Santos (2008, p. 253), “[...] o fracionamento e a descontinuação das atividades do circuito inferior criam uma multiplicidade de serviços de contato e de articulação, assim como toda uma cadeia de outras atividades[...]”. A própria divisão do trabalho no circuito inferior torna-se um elemento que proporciona a multiplicidade das atividades por meio das trocas que impulsionam a fluidez da circulação da moeda através das ações que regem o comércio. “A extrema divisão do trabalho no circuito inferior constitui, em si mesma, um elemento multiplicador. Antes de mais nada, ela estimula, a utilização produtiva de capital. [...]” (SANTOS, 2008, p. 252).

A obtenção do emprego no circuito inferior se apresenta de forma mais simples e rápida, devido à elasticidade do circuito inferior, que possui a capacidade de absorver a mão-de-obra excedente provida da não absorção do mercado de trabalho do circuito superior. De acordo com Santos (2008, p. 255): “[...] a expansão da atividade industrial impõe uma especialização e, ao mesmo tempo, acarreta a redução relativa e mesmo absoluta do número de empregos. [...]”

O circuito inferior tem a capacidade de funcionar como um mecanismo que fornece empregos com uma retenção baixa de capital, saciando as necessidades das tendências de consumo para relevante parcela da população. “O funcionamento do circuito inferior, um mecanismo de integração a permanência, que interessa em primeiro lugar a toda uma massa de migrantes insolvente e não-qualificados. [...]” (SANTOS, 2008, p. 260).

Existe a possibilidade desses agentes do circuito inferior de formalizar ou não suas atividades. Em muitos casos possuem trabalhadores com carteira assinada ou se utilizam de mão de obra, mas sem assinar a carteira de trabalho. Outras vezes utilizam força de trabalho familiar ou mesmo uma parcela de funcionários registrado e outra não. Outra característica relevante é que esses agentes “[...] podem até mesmo constituir estabelecimentos não registrados que trabalham com empregados sem carteira e que não pagam nenhum tipo de benefício social.” (MONTENEGRO, 2006, p. 45).

Muitas vezes constituem estabelecimentos registrados com trabalhadores com carteira assinada, em outras ocasiões compreendem empresas registradas, mas que não trabalham com mão-de-obra com carteira assinada; outras vezes têm parte de seus empregados registrados e parte não, essencialmente a mão-de-obra familiar. Em certos casos esses pequenos estabelecimentos podem trabalhar com mão-de-obra com carteira assinada e não pagar impostos[...] (MONTENEGRO, 2006, p. 45).

Com a banalização dos objetos tecnológicos da comunicação, criam-se variáveis no atual período, provocando mudanças organizacionais na economia urbana relacionada ao consumo, produção e circulação de bens e serviços. Assim, “[...] a banalização de objetos ligados à comunicação, à informação e à imagem, variáveis centrais do período, tem implicações sobre o funcionamento da economia urbana, tanto no plano do consumo, como da produção e da circulação.” (MONTENEGRO, 2006, p. 136). Essas transformações impulsionam a capacidade de adaptação e renovação dos agentes do circuito inferior da economia urbana.

O circuito inferior possui as mais diversas formas de organizar o meio urbano por sua intensa divisão do trabalho, oferecendo uma gama de ocupações. Suas estruturas simples

possibilitam a facilidade de instalação, adaptação e mudanças de ramos. Em muitos casos, a jornada de trabalho se apresenta intensa e instável e até mesmo temporária, porém, não se deve confundir o circuito inferior com a ideia de setor informal, considerando que em muitos casos estes se formalizam por questões de demandas organizacionais do próprio espaço urbano. “O circuito inferior, graças às suas variadas formas de organização e à divisão interna do trabalho, é capaz de oferecer um grande número de ocupações, ainda que muitas vezes precárias e não regulamentadas. [...]” (MONTENEGRO, 2006, p. 15).

Levando-se em consideração esses aspectos, é possível compreender que o circuito superior da economia urbana à medida que não consegue absorver boa parte da mão-de-obra dos países subdesenvolvido, tende a tornar o circuito inferior uma válvula de escape para a sobrevivência daqueles que não foram absolvidos pelo setor moderno. Nesse sentido, a desigualdade provocada pelo sistema econômico, tende a possibilitar o crescimento das atividades do circuito inferior.

2.5 - O sistema econômico capitalista e o uso do território

O processo de formação socioespacial do Brasil passou por relevantes organizações em sua ocupação e função territorial. Nesse sentido, cada período teve sua conjuntura que está atrelada às dinâmicas sociais e econômicas a eles atribuídos. A princípio, como o Brasil foi colonizado e as atribuições que deram aos espaços e como eles eram controlados, possibilitaram as diversas características que estão associadas às estruturações das demandas políticas e econômicas de cada período com suas devidas especificidades.

A evolução tecnológica e um elemento a ser considerado, pois, possibilitou as conexões de espaços distantes, gerando movimentos de deslocamentos para atender as demandas econômicas intensificadas pelo surgimento das rotas marítimas, gerando trocas de mercadorias e fluxos econômicos com outros pontos do planeta. Esse processo mercantil gerou novas estruturações da economia global e impulsionou a ocupação de novos territórios, atendendo ao modo de produção da época. Nesse sentido,

Modo de produção, formação social, espaço — essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. (SANTOS, 1977, p. 86)

Cada etapa da formação socioespacial do Brasil teve intencionalidades a serem consideradas e contribuíram para uma diversidade de diferenciações dos usos desiguais do

território brasileiro, gerando funções e formas. Cada atribuição deu possibilidade de proporcionar uma divisão do trabalho produtivo de cada região brasileira, acrescida também das especificidades socioespaciais e socioeconômicas.

Quando trazemos a perspectiva de origem devemos considerar todos os elementos que deram origem a essa formação, nessa perspectiva a expansão marítima foi um das principais dinâmicas desse processo foi dela que se iniciou a demanda pela colonização do território brasileiro impulsionado pelos navegadores de outros países em busca de matéria-prima ou até de especiarias de outros territórios esse fluxo de relações comerciais foi o estopim de vários fenômenos geográfico ao longo da formação territorial. Nesse sentido,

PARA SE compreender o caráter da colonização brasileira é preciso recuar no tempo para antes do seu início, e indagar das circunstâncias que a determinaram. A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV, expansão de que a descoberta e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. (PRADO, 1974, p. 6)

As atividades de transformação estão ligadas diretamente com as mudanças das perspectivas dos territórios comerciais centrais e suas antigas rotas. De acordo com Prado (1974, p. 6), “O primeiro reflexo desta transformação, a princípio imperceptível, mas que se revelará profunda e revolucionará todo o equilíbrio europeu, foi deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente”. Esse deslocamento possibilitou novos paradigmas nas dinâmicas comerciais no espaço geográfico. Portanto, “Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu.” (PRADO, 1974, p. 7). Diante desses fatos,

Por meio desses marcos político-territorial muitos países se dedicaram as atividades de comércio marítimo, portanto, “tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora.” (PRADO, 1974, p. 7). Em uma situação de ocupação e exploração vai existir uma alta demanda de mão de obra que gerou tendências de envolvimento de tráfico humano e produtos que eram essenciais para esse processo, nesse sentido, “Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguidos de perto pelos ingleses, franceses e demais, procurarão outro caminho para o Oriente;” (PRADO, 1974, p. 7).

Com o avançar dos períodos, o território brasileiro deixa de ser um espaço de apenas exploração para tomar rumo a uma perspectiva de ocupação, passando a desenvolver a agricultura, isso demandou mão-de-obra que resultou no tráfico de escravos. As dimensões continentais do Brasil e a abundância de recursos intensificaram esse processo. Outro elemento era os incentivos financeiros para o povoamento, que atraíam pessoas para se fixar no território brasileiro. Nessa perspectiva, no processo de início de formação, “desde os últimos anos do séc. XV as costas brasileiras começam a ser frequentadas por navegantes portugueses e espanhóis. Não interessa discutir aqui prioridades” (PRADO, 1974, p. 15). Portanto, “o que muitos historiadores, ocupados mais em procurar glórias nacionais que em escrever história verdadeira, já fizeram à saciedade; aliás sem maiores resultados. De início aquelas viagens eram apenas de exploração.” (PRADO, 1974, p. 15)

As mudanças de visão do europeu no início foram sendo moldadas uma forte relação de posse foi se estabelecendo e algumas fortificações e estruturas defensivas foram erguidas para servir de suporte aos poucos os foram se estabelecendo relações políticas e econômicas internas promovendo uma ocupação segura e efetiva. Nesse sentido,

NO TERCEIRO decênio do séc. XVI o Rei de Portugal estará bem convencido que nem seu direito sobre as terras brasileiras, fundado embora na soberania do Papa, nem o sistema, até então seguido, de simples guarda-costas volantes, era suficiente para afugentar os franceses que cada vez mais tomam pé em suas possessões americanas. Cogitará então de defendê-las por processo mais amplo e seguro: a ocupação efetiva pelo povoamento e colonização. (PRADO, 1974, p. 18)

O modo de produção capitalista, possibilita diversas relações no território, gera modificações que deixam marcas na formação socioespacial. Essa construção histórica gerou uma formação social e econômica que atende às demandas de distintos períodos da formação territorial e política, gerando um complexo de elementos estruturados para atender às lógicas dos modos de produção.

O processo de formação socioespacial do Brasil, passou por diferentes etapas que tiveram suas demandas e intencionalidades, possibilitando sua configuração territorial inicial. Todas essas ações tiveram consequências que permeiam as mais diversas esferas da sociedade e dos usos desiguais do território.

Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha à desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma

material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem aos territórios e ao cotidiano. De um ponto de vista essencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação. (SANTOS, 2003, p.173- 174).

A evolução tecnológica e a possibilidade das expansões marítimas criaram os elementos necessários para o processo de ocupação territorial do Brasil que a princípio era utilizado apenas como uso de exploração de recurso foi aos poucos se estabelecendo relações de ocupação formada pela intencionalidade do modo de produção. Porém, o uso de mão-de-obra escrava e as relações de exploração do trabalho, somadas às funções de cada região, centralizaram riquezas e intensificaram as desigualdades e os conflitos ao longo dos períodos.

Essas técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle. (SANTOS, 2003, p.39).

Quando abordamos a temática de escala geográfica em uma perspectiva voltada para a gestão do território, observa-se que inúmeras possibilidades surgem neste discurso que envolve conceitos e práticas na operacionalidade da teoria geográfica. “Nos últimos anos geógrafos críticos, economistas políticos heterodoxos, sociólogos e urbanistas estiveram mais atentos com as variáveis geografias da estatalidade ao longo da geografia histórica do capitalismo moderno.” (BRENNER, 2018, p. 108). O sistema capitalista moderno provoca uma diversidade de variáveis que impulsiona as diferenciações dos territórios, gerando usos desiguais e, nesse processo, a atuação do Estado necessita intermediar os interesses econômicos e sociais em meio às especificidades do território.

Na perspectiva do reescalonamento, de acordo com Brenner (2018, p. 110), “A última década de pesquisas sobre reescalonamento de Estado deve ser situada em oposição ao cenário destas férteis discussões daquilo que poderia ser chamado de produção do espaço do Estado. “. Diante desse contexto, é possível considerar que existem inúmeras estratégias de como o Estado pode explorar através de uma reestruturação das demandas territoriais por meio das próprias iniciativas do planejamento em suas diferentes escalas, onde em muitos casos o geógrafo necessita de adaptações e reorientações conceituais. Portanto, “está reorientação conceitual significa que as estruturas escalares estatais agora estão sendo entendidas como historicamente maleáveis; elas podem ser rompidas e recosturadas através das próprias estratégias políticas que ativam.” (BRENNER, 2018, p. 112)

As modificações e tendências que operam no espaço geográfico tendem a seguir lógicas a partir do tamanho das escalas das áreas de atuação dos elementos que formam padrões ou diferenciações nos territórios, sendo necessário considerar múltiplas culturas e processos históricos. Nessa perspectiva, “os estudos de reescalonamento de Estado representam um meio importante para explorar as amplas questões sobre o espaço estatal – teóricas, metodológicas, históricas, conjunturais e normativo políticas – que foram apresentadas no início deste ensaio.” (BRENNER, 2018, p. 125). Nesse sentido,

Pois, como indicado, abordagens comparativas aos processos de reescalonamento do Estado envolvem necessariamente a investigação de trajetórias e percursos de mudança, e não unidades espaciais fixas e delimitadas. Por esta razão, elas não podem ser separadas a partir das tarefas e desafios da periodização. O movimento espiral de pesquisa sobre o reescalonamento de Estado, portanto, continua. (BRENNER, 2018, p. 134)

Uma reconfiguração referente a urbanização e as atividades econômicas são possibilidades de ocorrências com o avançar dos períodos possibilitando novas projeções e estimativas que necessitam de estudos precisos para uma possível intervenção de uma determinada escala “Tem-se nos últimos vinte anos a conformação de um novo mapa do Brasil, no referente à urbanização e à distribuição espacial das atividades produtivas e da renda, que o diferencia de seus vizinhos latino-americanos.” (LIMONAD, 2014, p. 1). Esses elementos que envolvem a cadeia produtiva e de renda são variáveis a serem consideradas em um possível planejamento que está relacionado às ações de caráter político e socioeconômico. Nesse sentido, “Em termos da urbanização, observa-se uma inversão radical das projeções e estimativas de uma crescente metropolização apontadas na década de 1980. Desde então, o Brasil passou por transformações, no âmbito político, econômico e social.” (LIMONAD, 2014, p. 1) Portanto,

Sem mudanças profundas na estrutura da sociedade, em geral, e nas relações entre Estado, mercado e sociedade, em particular, a maior presença do Estado nacional – por meio de investimentos e estratégias regulatórias – é insuficiente para reduzir as contradições sociais e ambientais no espaço urbano e regional brasileiro. A política escalar (e as escalas da política dos diversos agentes e interesses que a moldam), atrelada a uma visão geográfica e histórica mais apurada sobre as contradições que cercam a atuação e organização territorial do Estado desenvolvimentista brasileiro proporcionam subsídios importantes para lançar luz sobre tal paradoxo. (KLINK, 2013, p. 31)

As diferenciações dos fluxos relacionados à mobilidade e ao capital moldam dinâmicas que vão do local ao global. O Estado funciona como um interventor que financia movimentos de expansão e dispersão. Toda reorganização requer um planejamento que envolve fatores escalares e de uma compreensão das especificidades territoriais das regiões, como clima,

densidade populacional, renda, infraestrutura, matéria-prima, cultura, mobilidade e desenvolvimento social. Nessa perspectiva,

O aumento da mobilidade espacial e setorial do capital, a articulação com os fluxos globais, a privatização de empresas estatais, a internacionalização da economia – inclusive do capital imobiliário lado a lado com a mudança de atuação do Estado de interventor para financiador contribuíram para a expansão das fronteiras agrícolas; para a realocação e dispersão espacial da indústria pelo território nacional, inclusive no Nordeste, vis a vis à centralização das sedes administrativas principalmente nas regiões metropolitanas do Sudeste¹. (LIMONAD, 2014, p. 2)

Em relação aos deslocamentos e às mudanças de fluxos, esses fatores tendem a mudar a depender da escala geográfica. Portanto, “observa-se, assim, mudanças nos fluxos migratórios inter-regionais e regionais. Mudam o tipo de migrante, a escala e o tipo de migração. Migrantes sem instrução e sem renda dão lugar a migrantes com estudo de nível superior que se dirigem para fora das regiões metropolitanas do Sudeste.” (LIMONAD, 2014, p. 3). Esse comportamento diz muito como o espaço geográfico se organiza a depender de seu recorte espacial ao ponto que “Ao nível nacional as migrações de trabalhadores do Nordeste deixam de se dirigir para a Região Metropolitana de São Paulo e voltam-se para o interior do estado de São Paulo, para a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e para outros centros do Sul e do Sudeste.” (LIMONAD, 2014, p. 3). Esse movimento demonstra como o espaço geográfico é dinâmico e está em constante transformação, daí a importância de destacar os períodos que envolvem esses processos, pois, cada marco histórico tem suas diferenciações.

Numa perspectiva de uma dimensão urbana, é possível observar as especializações e diversificações dos lugares. Nesse sentido, “Conforma-se, assim, uma rede urbana complexa em que se verifica uma especialização, diversificação e complexificação dos lugares. Alteram-se as relações de centralidade com a formação de enclaves dispersos especializados (residenciais, bacias de emprego, atividades econômicas diversas)” (LIMONAD, 2014, p. 9). Essas relações diretas ou indiretas geram ações em diversas escalas articulando transformações no espaço urbano que geram demandas para o Estado, portanto, “em razão da ação indireta ou mesmo direta de agentes econômicos diversos, com destaque para as ações articuladas em diversas escalas de grandes empreiteiras secundadas por financiamentos estatais.” (LIMONAD, 2014, p. 9). Portanto,

Não há como pensar, assim, um lugar isoladamente, no tempo e no espaço, uma vez que os distintos atores sociais não estão enraizados no território como

plantas ou rochas, ao contrário podem se deslocar e estabelecer articulações em distintas esferas de poder e escalas geográficas. “(LIMONAD, 2014, p. 9)

As relações da escala do recorte espacial lugar são resultados de diferentes ações construídas historicamente por diversas práticas que moldaram a perspectiva das usabilidades dos espaços urbanos, “Por conseguinte, os lugares são resultantes da superposição e interpolação de diversas temporalidades, de diferentes práticas espaciais e concepções do espaço que nutrem a própria produção do espaço social em cada momento histórico.” (LIMONAD, 2014, p. 9).

O território é palco de diversos eventos que altera sua dinâmica e organização ao longo dos períodos. Essas modificações necessitam de um olhar mais atento e preciso, pois, cada caso possui suas especificidades e relações que moldam a perspectiva das tendências que opera o território. Nesse sentido, o planejamento e as políticas públicas tendem a se adaptar ou intervir nessas organizações, portanto, se nota que essa ação revela que os territórios são articulados e fragmentados pelos usos desiguais.

As alterações dos fluxos e fixos podem alterar toda uma cadeia de produção, nesse sentido, o estado tende a atuar como um intermediador das demandas econômicas e sociais. Esse processo requer estudos voltados para as escalas geográficas, pois, a dimensão do recorte espacial revela diferentes perspectivas voltadas as variáveis de cada eventos geográficos que se queira intervir ou estudar.

Ao observarmos as relações capitalistas no uso desigual do território é possível perceber as intencionalidades das ações que modelam o espaço geográfico em suas diferentes escalas e recortes espaciais. Tais transformações e tendências podem promover alterações nas dinâmicas econômicas que revelam as lógicas verticalizadas que são impostas por essas investidas, sutis, sobre cada ponto no mundo.

Nesse sentido, a globalização tem a capacidade de intensificar essas tendências do sistema econômico, impondo suas reorganizações e gerando formas de atender às necessidades externas ao território. Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento torna-se uma consequência dessas relações econômicas e da própria reprodução das classes. A divisão do trabalho gerado pela mundialização do capital criou formas de exploração social ao nível internacional.

O controle territorial tende a passar por diversas perspectivas sejam políticas, econômicas ou por influência de grandes corporações gerando brechas para modelar as tomadas de decisões “Por isso mesmo, havia uma abertura a partir da luta interna das classes, articulada

com uma mudança na divisão internacional do trabalho capitalista.” (Oliveira, 2003, p. 127). A divisão do trabalho é apenas uma forma de incorporar as diversas formas de controle, atraídas pela mão-de-obra barata de países subdesenvolvidos.

O termo subdesenvolvimento não é neutro: ele revela, pelo prefixo “sub”, que a formação periférica assim constituída tinha lugar numa divisão internacional do trabalho *capitalista*, portanto hierarquizada, sem o que o próprio conceito não faria sentido. Mas não é etapista no sentido tanto stalinista quanto evolucionista, que no fundo são a mesma coisa. (Oliveira, 2003, p. 128)

A industrialização e o mercado interno desses países subdesenvolvidos da maneira como foram implementados sob influências externas, criou movimentos migratórios do campo para as cidades gerando um quantitativo de mão-de-obra quase impossível de ser absorvido somado ao crescimento populacional possibilitou uma espécie de exército reversa tornando a relação empregatícia cada vez mais perversa. “Daí derivou uma explicação para o papel do “exército de reserva” nas cidades, ocupado em atividades informais” (Oliveira, 2003, p. 130).

Essas relações econômicas tendem a operar em um sentido de atender às demandas do sistema econômico globalizado. “O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia.” (Oliveira, 2003, p. 130). Outro ponto a ser considerado seria a dependência de uma moeda externa que já é um indício dessa relação de controle, porém, “o que não quer dizer que suas próprias formas de capital - dinheiro, no futuro, não possam libertar-se da forma dólar, mas quer dizer que também, nesta hipótese, funcionarão como moedas globais” (Oliveira, 2006, p. 2 - 3). A possibilidade do uso de moedas globais como alternativa ao dólar torna-se um veículo de escape dessas relações impostas pelas ações externas ao território.

Para o capital não existe fronteiras ele acessar os lugares de diversas maneiras e possibilita os usos e desusos dos espaços globalizados gera reorganizações e modificações para suprir suas demandas por meio do controle dos meios de produção e das forças que operam no território, onde o Estado vai funcionar como um intermediador dessas relações. “É neste sentido que existe uma acumulação comandada pelo capital-financeiro, ou uma acumulação à dominância financeira” (Oliveira, 2006, p. 3).

Os impactos dessa forma de controle criam uma dependência econômica uma forma de subjugação que intensifica a desigualdade social, porém, o problema não nas indústrias, mas na forma como são implementadas, privatizadas, vendidas, centralizadas e descentralizadas, pois, existem setores estratégicos que causam abalos nas dinâmicas econômicas, principalmente nas áreas que são essenciais e que não tem possibilidade de livre concorrência.

As relações territoriais em muitos casos são multifacetadas tem diversas implicações mediante uma relação de encadeamento de processos que possibilitam o controle das ações e tendências em uma construção histórica que deixa marcas e impulsiona as atividades capitalistas em cada período dando condições para atender as lógicas do sistema econômico globalizadas, internas e externas ao espaço que sofre as ações dessas dinâmicas econômicas e sociais.

É necessário repensar as formas como os elementos econômicos são implementados e planejar como estes poderiam ser inseridos em uma nova dinâmica. Essas relações de tomada de decisões geralmente têm consequências, sendo assim se faz necessário compreender quais poderiam ser benéficas econômica e socialmente. Portanto, existe uma busca por uma relação de intervenção que atenda os interesses próprios e, ao mesmo tempo, fortaleça as relações econômicas internas, externas e as demandas sociais.

2.6 Formação socioeconômica de Alagoas

Alagoas possui uma formação distinta que combina vários elementos em seu território, essas variáveis moldam a configuração econômica e social em cada período, revelando os rearranjos e funções das intencionalidades em cada época, construindo as bases para a realidade das etapas de construção dos meios que deram forma as atividades do passado e do presente. Essa dinâmica construída historicamente possibilitou atender às demandas socioeconômicas através das ações sobre o espaço que gera fatores que organizam as mais diferentes áreas que controlam os diferentes pontos no espaço geográfico. Nesse sentido,

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existente nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural [...] (SANTOS, 1988, p. 106).

Diante dessa construção espacial, Porto Calvo teve uma função importante para esse processo, pois funcionou como um núcleo de irradiação, sendo um dos elementos que contribuiu para as primeiras atividades no território. A princípio, atividades voltadas à agricultura e expansão territorial. Na figura 2, é possível observar o centro comercial de Porto Calvo do século XIX exercendo seu papel econômico e função social para as demandas da época.

Figura 2 - Centro comercial da cidade: Porto Calvo, AL - [Século XIX]



Fonte: IBGE, 2022.

Nesse sentido, “um assentou no norte, e teve Porto Calvo como núcleo de irradiação. O segundo situa-se no centro do litoral e se desenvolveu em torno das lagoas, que deram nome ao povoado inicial: Alagoas ou Alagoa do Sul e Alagoa do Norte.” (DIÉGUES JR., 2006, p. 43). E logo após “Prolongou-se pelo Vale do Mundaú, a cujas margens assentaram os fundamentos da economia local: os engenhos de açúcar. O terceiro foco situou-se ao sul; Penedo é o seu centro de expansão” (DIÉGUES, JR., 2006, p. 43). Nesse sentido,

Alagoas encravada entre dois grandes centros comerciais que a comprimiam – Pernambuco e Bahia –, através dos quais exportava parte da sua produção de açúcar e algodão, desde cedo a nova Capitania, logo depois Província, começara a exportar aquêles e outros produtos diretamente para os portos estrangeiros. (SANT’ANA 1970, p. 27)

Ao longo do tempo, as transformações oriundas das dinâmicas territoriais produzem um movimento contínuo que se origina das modificações voltadas às tendências do sistema econômico, criando as variáveis do uso desigual do território sobre o espaço geográfico. Esse sistema de organização econômica possui lógicas estruturadas de forma verticalizada, centralizando os elementos em pontos com maior investimento de capital, reproduzindo pontos rarefeitos de elementos para o desenvolvimento socioeconômico. Nessa perspectiva,

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 264)

As tendências que estão ligadas a diferentes conjunturas da configuração do território possibilitam variáveis que devem ser consideradas em um encadeamento de processos que estruturam as especificidades de cada elemento conectado a uma determinada configuração. O Estado, por sua vez, tem a capacidade de intermediar as relações de interesses entre as demandas sociais e econômicas, gerando novas alterações nas funções e formas do espaço geográfico em seus mais diferentes recortes e escalas. Portanto,

Neste ambiente, nesta terra de tão variada fisionomia, é que se desenvolveu a atividade do homem, iniciada na terceira década do século XVI, quando Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, visitou as suas terras, penetrando o São Francisco. Aí, junto à elevação existente e que deu o nome ao povoado – Penedo – deixou, possivelmente, os primeiros povoadores do território sul de sua capitania, como antes os havia deixado, por certo, as margens da lagoa do Sul ou Manguaba, donde haver o povoado recebido o nome de Alagoas do Sul, mais tarde, Alagoas, hoje Marechal Deodoro. (DIÉGUES JR 1944, p. 9)

O território Alagoano está em constante transformação por meio dos movimentos que modelam a organização espacial, essas modificações tendem a atender as mais variadas lógicas para suprir a necessidade do sistema econômico que gera variações no uso do território e nesse sentido, se apresenta de forma desigual e reproduzindo as desigualdades sociais mediante um processo centralizador que impulsiona áreas com concentração de investimento de capital e atividades econômicas e, em contrapartida, promovendo a existência de áreas opacas de elementos essenciais para o desenvolvimento socioeconômico. Diante dessa relação,

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de sistema de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p21).

O território possui uma forte ligação com o fluxo de bens e serviços, onde se destaca o comércio. Os elementos e formas instalados no território são transformados ao longo do tempo

para atender às necessidades de cada período. Nesse sentido, o solo se apresenta como um suporte para a instalação das atividades econômicas e dinâmicas sociais. Sendo assim,

O território brasileiro inclui zonas de densidade e zonas de rarefação, em toda uma gama. A cartografia tradicional enfatizava a densidade demográfica, isto é, a densidade dos homens, ainda que esse cálculo aritmético pudesse esconder a importância das nucleações e, segundo as escalas adotadas, as diferenças entre subáreas. [...] (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 260)

Neste território, ocorreram os mais diferentes processos, envolvendo a sociedade, destacando-se a acumulação de capital e a reprodução das classes sociais. Esses processos transformam as funções e as formas espaciais, materializando as atividades contidas em seu espaço, geradas pela organização territorial que, por meio da ação de planejamento do Estado e das grandes corporações, possibilita novas modificações através da globalização. Essas organizações impõem novas perspectivas e tendências sobre os elementos da ocupação, dos fluxos de circulação de bens e serviços. Nesse sentido,

Uma das características do presente período histórico é, em toda parte, a necessidade de criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc. Os países distinguem-se, aliás, em função das possibilidades abertas a essa fluidez. Por isso um dos capítulos mais comuns a todos eles é a produção do seu equipamento, isto é, da criação ou aperfeiçoamento dos sistemas de engenharia que facilitam o movimento. Na medida em que esse movimento, dentro de cada país, possa interessar à divisão do trabalho internacional ou continental, o equipamento viário e infoviário passa também a ser do interesse de outros países. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 261)

O espaço geográfico cria a possibilidade de diferentes organizações e modificações no espaço com o passar do tempo. Com o avanço das ações sobre o território, há uma reorganização da economia, além da evolução da ciência e da tecnologia informacional e comunicacional que geram tendências e proporcionam uma diversificação das dinâmicas do território, alterando características do espaço. Essas alterações criam uma cadeia de processos que provocam variáveis estruturais, organizacionais e nas formas de como se mantêm as ocupações dessas atividades. Outro ponto a ser considerado:

Até então, o grande gênero tropical fora o açúcar. Outro virá emparelhar-se a ele, e o sobrepujará em breve: o algodão. Embora conhecido imemorialmente, o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizadas para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do século XVIII permitirão o seu aproveitamento em medidas quase ilimitadas, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o

comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo. (PRADO JR. 2011, p. 136)

O uso desigual do território de Alagoas provoca a heterogeneidade no espaço, estimulado por forças externas e internas que concentram elementos e infraestruturas oriundos de alto nível de investimento de capital em determinados pontos, enquanto outros se apresentam, com esses elementos, rarefeitos e organizados de maneira mais simples, causando uma variação de características distintas em cada fração do território. A organização territorial se apresenta, por meio da variação de seus componentes, articulados e fragmentados, moldados ao longo do tempo pelas forças internas e externas que geram tendências que refletem a condição da sociedade. Na figura 3 é possível observar um fragmento da estrutura urbana de Maceió e seu potencial.

Figura 3 - Vista panorâmica da cidade: Praça Floriano Peixoto: [Palácio Floriano Peixoto]: Maceió, AL - [Século XIX]



Fonte: IBGE, 2022

Nesse sentido, o algodão “teve também nos primórdios de nossa colonização uma atividade acentuada, facilitando o povoamento do interior alagoano, com as plantações que ajudaram as fazendas de gado a se fixarem na zona sertaneja” (LIMA, 1965, p. 242-243). De acordo com Tenório (1996, p. 76), nota-se, que “crescia a produção do açúcar, registrando o porto de Maceió, índices ascendentes de movimento. O açúcar continuava a liderar a produção, sempre seguido do algodão”. Nesse sentido,

Indústrias surgem e se desenvolvem no Estado, podendo apontar-se ainda o beneficiamento e transformação de produtos agrícolas, a de laticínios que vem tomando grande incremento nos últimos anos, a de cerâmica com a produção

de artefatos de barro, telhas e tijolos, a de sabão, a de mobiliário com a produção de móveis de madeira e vime, etc. (DIÉGUES JR., 1944, p. 14).

Nesse sentido, considero que, diante dessas dinâmicas, o Estado tem um papel fundamental nesse processo, pois tem uma função de intermediário dos interesses econômicos e sociais. Suas ações geram novas organizações no território por meio do planejamento, criando infraestruturas e processos que levam a normatizar as áreas do território, proporcionando funções e elevando as variáveis que operam nos movimentos econômicos dos territórios. Essas variáveis estão atreladas a diversos elementos como renda, capacidade de gerar empregos, desenvolvimento social, grau de escolaridade, centralização de investimentos de capital entre outros. Tal elemento está associado a essas ações que modificam o território, impactam significativamente as organizações espaciais em diferentes escalas. Outra questão a ser considerada nessa formação é que, “O mundo rural alagoano é marcado pela estrutura fundiária problemática, refletindo a concentração das melhores terras em poucos e grandes estabelecimentos[...]” (CARVALHO, 2012, p. 21). Nessa perspectiva, “por um modelo agrícola que revela a centralização da produção em poucas atividades, como a pecuária e a cana-de-açúcar, ocupando menos de um quinto da área com as atividades das demais lavouras” (CARVALHO, 2012, p. 21). Diante desses fatos, União dos Palmares teve uma importante contribuição para a economia canavieira. Na figura 4 abaixo, é possível observar uma estação experimental de cana-de-açúcar.

Figura 4 - Estação experimental de cana-de-açúcar: União dos Palmares, AL - [Século XIX]



Fonte: IBGE, 2022.

Diante de uma variedade de elementos que existem no território, que são resultados das relações de uma construção histórica e geográfica provenientes de intencionalidades existentes nas demandas sociais e econômicas nos recortes do espaço geográfico. Cada ação tomada gera uma reação em cadeia, modificando as conjunturas espaciais e as funções dos espaços. O planejamento do Estado possibilita novas reconfigurações e essa relação gera movimentos de adaptação às novas tendências e demandas. Nesse sentido,

Têm características extraordinárias e positivas. São massivos, capilarizados, chegam às famílias mais pobres e nas localidades mais distantes. São eles que movimentam parte considerável do comércio local e dinamizam a produção da economia popular. O pequeno comércio e as feiras de bairro da capital e as do interior do Estado têm suas dinâmicas determinadas, em grande parte, por essa renda social (CARVALHO, 2012, p. 87).

Entre as variáveis existentes, o nível de desenvolvimento sociais e econômico tem maior impacto nessas alterações, pois se por um lado pode beneficiar grandes, médias corporações, também existe a possibilidade de gerar mais desigualdades sociais a depender de como essas ações de planejamento ou políticas são implementadas. Nessa perspectiva, o Estado entra como intermediador dos interesses pertinentes a essas manifestações espaciais.

No avançar dos períodos a configuração da organização empresarial de Alagoas sofre mudanças relevantes por diversas influências no contexto do capital, em contrapartida, as intervenções políticas e as internacionalizações das empresas moldam as dinâmicas empresariais para atender as lógicas e demandas do sistema econômico. Repensar as desnacionalizações como um parâmetro para o desenvolvimento é outro ponto a ser considerado nessa dinâmica, sendo necessário para compreender o possível desmonte de áreas estratégicas para a economia.

Essas variáveis estabelecem conexões com a realidade da economia e de como o circuito superior se organizou e se adaptou em relação às influências exercidas sobre a área de atuação desses empreendimentos de alto investimento de capital. A princípio, o Pós-Guerra proporcionou uma crise no modelo econômico. 1973 foi basicamente a época em que os ideais neoliberais ganharam força e começaram a se enraizar nas organizações econômicas, o cenário de taxas de crescimento relativamente baixas e a inflação impulsionou esses ideais.

A queda dos níveis necessários de lucros das empresas e o aumento do processo inflacionário, culminou em uma crise generalizada das economias de mercado. A receita neoliberal, então, era manter um Estado forte, no controle monetário, mas fraco em todos os gastos sociais e intervenções econômicas. A estabilidade monetária e fiscal deveria ser a meta suprema de qualquer governo. (ANNA, 2017 p.2)

O capital tende a passar por crises e se reinventar beneficiando os territórios que tem o domínio dos elementos que manipulam as novas e velhas demandas que organizam as econômicas de mercado, justificadas pela inflação crescente de uma crise que se generaliza, sendo proposto uma receita perversa que prioriza manter o controle monetário em detrimento dos gastos sociais. Nessa perspectiva, “grandes fusões, aquisições e projetos de investimentos no exterior foram financiados por recursos públicos, no âmbito da política industrial operada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),” (Rocha, 2014, p.77). Ou seja, os bancos têm um papel primordial para esse processo que molda as estruturas e formas de como o circuito superior foi implementado.

A princípio o papel do Estado nos anos 80 passou por processos de reajustes onde ocorreu uma divisão dos elementos públicos que passaram a ser vendidos com o argumento de controlar a inflação e o déficit das atividades do circuito superior na perspectiva das estatais, outro elemento e a descontinuação das taxas tarifárias sendo abolidas como tentativa para atrair as multinacionais, essas tendências se intensificaram ao longo dos anos. “À medida que o próprio papel do Estado era rediscutido no fim dos anos 80, com uma redefinição dos limites de espaço público e privado, uma malha de transformações passaria a refletir o receituário “*neoliberal*” posto em prática. [...]” (ANNA, 2017, p.2). Nesse sentido, tais políticas se tornaram ortodoxas e tinham um papel de intensificar a entrada de capital estrangeiro no país, como afirma o teórico que:

Políticas econômicas de caráter ortodoxo com o objetivo de controlar a inflação e o déficit público eram acompanhadas por uma drástica mudança na estratégia de desenvolvimento: as empresas estatais passaram a ser vendidas, barreiras tarifárias abolidas e empresas multinacionais cortejadas, numa tendência que veio a se acelerar no decorrer da década de 90. (ANNA, 2017, p.2)

Nota-se que ocorreu uma ação de contrarreforma nos anos de 1990 e 1992, no governo Collor, criou-se então um modelo baseado nas privatizações e do livre comércio sem intervenção governamental. “No Brasil, o processo de contrarreforma do Estado tem início durante o governo Fernando Collor (1990/1992), com a implantação de um programa baseado no modelo do chamado Consenso de Washington” (ANNA, 2017, p.3). Sendo assim, esse modelo está fundamentado “[...] a partir da abertura comercial, das privatizações e da desregulamentação financeira.” (ANNA, 2017, p.3)

Esse processo de implementação de modelos neoliberais possibilitou que o país tornasse vulnerável as oscilações do capital internacional e das tendências de mercado que criam instabilidades econômicas, essas variações têm a tendência de orquestrar as regras que cria um

problema contínuo no setor econômico e social. Esses impactos são intensificados pelas crises e reorganizações do capital estrangeiro, que de certo modo tendem a ter uma fuga quando as relações não são favoráveis. Nesse sentido, esse modelo funciona:

Como pano de fundo, temos o país ao sabor das frequentes turbulências que conduzem o capital internacional, o que é fruto de um modelo de desenvolvimento extremamente voltado para fora e cronicamente dependente. Os humores externos continuam a ditar as regras da sustentabilidade do problema financeiro crônico do setor público brasileiro. (ANNA, 2017, p.3)

A entrada de capital estrangeiro foi se intensificando ao longo dos anos a partir de 1995, esses fluxos de investimento possibilitou uma reorganização das atividades econômicas que ganharam um viés de domínio que se inclinava para o processo de privatizações de áreas de setores estratégicos na economia. Nesse sentido, “O crescimento dos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e o avanço das empresas de capital estrangeiro (ECE) na economia brasileira foram enormes a partir de 1995. [...]” (ANNA, 2017, p.4). Essa dinâmica de entrada de capital estrangeiro possibilitou que:

“[...] Nesse ano, o acumulado de IED era da ordem de U\$S 43 bilhões, de acordo com o *Censo de Capitais Estrangeiros* do Banco Central, que envolveu um total de 6.332 empresas com participação estrangeira. Destas, em 4.902 empresas a participação estrangeira era superior a 50%.” (ANNA, 2017, p.4)

Com a possibilidade de ocorrer as privatizações esse caminho tomado funcionou como uma ferramenta de entrada de capital de países que tinham intencionalidades de participações nos lucros e nas estruturas que ali já estavam, aos poucos foram comprando diversos setores importantes da economia e do todas elas as mais almejadas foram as estatais.

O governo de FHC aderiu aos processos de privatizações, sendo o meio pelo qual o capital estrangeiro consegue conquistar setores estratégicos como os das telecomunicações e da energia elétrica. Nessa perspectiva, “As privatizações também se constituíram como uma importante forma de ingresso do capital externo, no país. [...]” (ANNA, 2017, p.4). Essa dinâmica de certa maneira tira a autonomia do governo intervir como o controle de preços e de mercado, portanto, “[...]Deve-se assinalar que a participação estrangeira foi particularmente elevada em diversos setores da economia, incluindo empresas públicas federais, estaduais e municipais. [...]” (ANNA, 2017, p.4). Nesse sentido, “[...] durante o governo FHC, os processos de privatizações das empresas públicas, foram os meios mais importantes utilizados pelo capital estrangeiro para entrar no setor de serviços, de forma especial o de telecomunicações e energia elétrica.” (ANNA, 2017, p.4). Esses setores são essenciais para o desenvolvimento econômico de um país, principalmente o energético, essencial em várias áreas da economia.

A capacidade de influência da área política tem uma relevante força de reorganização na economia nacional. Considerando vários fatores de ordem de controle do território nacional, o Estado tem um papel de mediador dos interesses sociais e econômicos. Nessa perspectiva, observa-se que nesse período do governo muitas empresas tiveram destaque no contexto internacional, chamando a atenção para o potencial econômico.

Esse processo teve forte influência na estrutura do país, principalmente na dimensão da economia e na política. Sendo assim, existe uma necessidade de proteção da capacidade de expansão econômica e dos investimentos nacionais na busca de uma melhor posição econômica visando um melhor equilíbrio, promovendo melhorias na atuação das empresas nacionais e estatais, onde a demanda da atuação do Estado será de fundamental importância. Nessa perspectiva, “Trata-se de um fenômeno importante e de amplo impacto na estrutura do país, que deve ser estudado não apenas em sua dimensão econômica, mas também política.” (Rocha, 2014, p.78).

A necessidade de proteção e expansão de investimentos brasileiros no exterior é uma questão que mobiliza atores e grupos de interesse empresariais em busca de melhoria na posição relativa de seus negócios, demandando atuação do Estado, seja ela direta, seja em forma de regulação. (Rocha, 2014, p.78)

A participação do Estado foi crucial para a atração e criação de empresas transnacionais no país, esse movimento de formação passou a ter mais força no ano de 2005. Essa postura possibilitou uma capacidade de internacionalização dos setores econômicos do país, tendo como o Banco BNDES como o principal financiador, nota-se que, de certo modo, este teve um papel de fomento a esse processo que criou diretrizes de políticas de internacionalização da economia industrial. Portanto, “a forte participação do Estado foi uma característica importante no recente movimento de formação de empresas transnacionais privadas, que ganhou força a partir de 2005.” (Rocha, 2014, p.79).

O poder político criou elementos para a geração de uma organização empresarial de capital privado por meio da entrada de capital estrangeiro, promovendo a internacionalização das empresas nacionais, favorecendo os setores de economias de origem internacional. Essa dinâmica reestruturou a construção civil e as atividades que trabalham na extração de recursos naturais, modernizando e gerando dependência do capital estrangeiro. Por outro lado, essa mesma política poderia ter investido mais nos setores de avanço tecnológico, que têm pouca competitividade. “[...] Paradoxalmente, a mesma política industrial preconizava, em sua fase de formulação, o apoio a setores mais intensivos em tecnologia, cuja falta de

competitividade e deficit na balança comercial persistem na economia brasileira.” (Rocha, 2014, p.79) Nesse sendo, é possível observar que:

A questão em análise diz respeito à influência de fatores políticos na fase de execução da política industrial do governo federal. Durante a gestão Lula, o processo de internacionalização de empresas privadas induzido pelo Estado tendeu a favorecer o empresariado de setores nos quais o Brasil já é competitivo, como o de construção civil e os intensivos em trabalho e recursos naturais. (Rocha, 2014, p.79)

Setores estratégicos tende a ser valiosos geralmente se inicia com o controle de empresas estatais defendidas, porém, com o advento das iniciativas neoliberais no passado e nos governos de direita criaram bases ao pensamento econômico nacional de desmonte das Estatais, estas foram sumariamente vendidas parcial ou totalmente para a entrada do capital estrangeiro com a ideia de que geraria modernização que de fato ocorreu, contudo, todas as escolhas têm consequências, uma delas é as oscilações de preços pela flutuação do dólar e das quedas dos preços das ações a depender do humor econômico. Essa relação gera modificações nas relações territoriais das indústrias nacionais que operam em espaços competitivos desfavoráveis, nas quais algumas delas acabam sendo compradas ou descontinuadas por diversos fatores.

Observa-se que há vários elementos nesses processos que de certo modo colocaram em desvantagem econômica e em situação de dependência tecnológica ou de capital estrangeiro. Nesse sentido, essa relação deixa sem muito espaço para tomadas de decisões nos setores privados que acabam controlando os preços em situações paralelas às hegemônias econômicas de capital exterior. Nesse sentido, essa dinâmica aponta que essas:

Empresas estatais, como Petrobras, firmas de controle privado também participaram com destaque desse movimento – e são os casos privados o objeto do presente estudo. Apesar de o investimento direto brasileiro no exterior (IDE) ser ainda muito baixo em relação ao total que circula na economia global, diversas empresas do país ganharam importância internacional (Rocha, 2014, p.78)

Nessa perspectiva, para o capital não existem fronteiras a serem superadas, possibilitando o controle de áreas estratégicas de outros países sem muito esforço. Por outro lado, a abertura econômica internacional é uma necessidade diante de uma globalização, porém, se faz necessária uma estratégia na qual fortaleça o mercado interno e os setores de interesse do país, fazendo com que exista um equilíbrio entre o privado e o estatal.

Esse equilíbrio foi desarticulado por meio dos ideais neoliberais que teimam em privatizar tudo sem nenhum controle e estratégia. Essas dinâmicas de pensamento colocam em

risco a autotomia econômica do país, que tende a cada vez mais privatizar e entregar as estruturas essenciais investidas com capital público a investidores de diversos países. Em contrapartida, as superpotências mundiais, por meio dessa dinâmica, governam essas estruturas e elementos essenciais para o desenvolvimento de um país.

Essa iniciativa cria possibilidades e instabilidades econômicas que não afetam o sistema capitalista, pois o mesmo se reinventa nas crises, mas afeta o desenvolvimento social. Nem sempre o desenvolvimento econômico está atrelado a uma perspectiva social, pois acumular capital sem melhorar o poder de compra gera desigualdades que afetam o mercado interno, mas para as atividades internacionais, os países que operam nessa perspectiva são atraentes pela mão-de-obra barata. Nesse sentido,

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de sistema de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p21).

Sendo assim, a organização do espaço econômico tende a ópera sobre as perspectivas dos interesses do sistema econômico a benéficos das hegemonias. Esse interesse reflete em investimentos em diversos setores e suas principais origens são apontadas no gráfico 3.

As hegemonias formam uma cadeia de atividades e processos na qual as privatizações vão funcionar como uma ferramenta de acesso aos setores de um determinado país. Essa tomada de controle injeta capital, porém, o mesmo tem potencial de sair rapidamente quando não é favorável, gerando períodos de desvalorização e valorização quando retorna. Esse processo de entrada e saída manipula as tomadas de decisões políticas em diferentes escalas.

Conclui-se que os movimentos neoliberais possibilitaram uma reorganização do uso do território nacional, criando margem para intensificar a entrada de capital do exterior, desenvolvendo um sistema capitalismo interna cada vez agressivo, tomando pontos estratégicos da economia nacional e gerando uma possível dependência econômica. Esse movimento agiu como uma fermenta para gerar estruturas que pudessem possibilitar uma extensão das economias hegemônicas.

Ao pensar na relação do capital em diversos fatores e elementos formaram uma conjuntura que retro alimentou esse movimento de maneira interna e internacionalmente, impulsionando uma acumulação de capital cada vez mais perversa e desigual com o argumento

de superar as crises que o próprio sistema causou. Nesse sentido, apresenta-se como uma das diversas formas do desenvolvimento capitalista, de uma hegemonia que se instala nas mais diversas esferas do sistema econômico e político.

Esse processo se inicia com o advento da abertura comercial, instabilidade econômica e da desregulamentação do mercado financeiro. Esses fatores foram usados para implementação de uma reorganização do capitalismo com uma perspectiva internacional baseada no pensamento hegemônico do neoliberalismo. Esse processo resultou na abertura comercial para o capital estrangeiro e nas vendas das empresas privadas e estatais aos grupos internacionais. Como Consequência ocorreu um desmonte e um retrocesso dos avanços econômicos que ocorreram no passado.

Outro ponto fundamental a ser destacado é que boa parte dessas compras, aquisições e fusões foram financiadas com recursos públicos. Essa demanda tinha como objetivo desvincular o poder do estado no setor público, reduzindo suas capacidades de intermediar em setores estratégicos para intensificar os lucros dos setores privados internacionais com o argumento que com a venda o governo conseguiria saldar algumas dívidas externas. Porém, as dívidas permaneceram e o processo de privatização continuou.

Esse caminho tomado pelo Estado, possibilitou a oportunidade necessária para o enfraquecimento dos setores estratégicos de capital nacional que aos pouco foram absorvidas pelas organizações de capital estrangeiro financiadas pelos recursos públicos. Esse processo de desnacionalização das empresas estatais e privadas deixa claro as intencionalidades de controle e aquisição da economia.

Esses investimentos externos, deixou marcas na qual o poder de decisão do exterior cresceu exponencialmente, em contrapartida, do enfraquecimento da capacidade do Estado de executar políticas voltadas a um viés social. Essa relação de investimentos criou situação de vulnerabilidade as mudanças externas onde os balanços das ações, dividendos, valorização e desvalorização da moeda perseguem as relações políticas e econômicas que acabam cedendo incentivos e subsídios a essas organizações de capital estrangeiro.

3. AS FORÇAS DE INTERFERÊNCIA E RESISTÊNCIA NAS ATIVIDADES DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM MACEIÓ, UNIÃO DOS PALMARES E PORTO CALVO

3.1 - A força de expansão

A expansão das atividades do circuito inferior impulsiona novas perspectivas com capacidades para se adaptar às novas reorganizações do espaço urbano. De acordo com Santos (2013, p. 119), “[...] em primeiro lugar, o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentado, como pela sua localização mais dispersa. Mudam, sobretudo, suas funções.” O uso desigual do território amplia as variações dessas atividades, que conseqüentemente origina novos pontos de aglomeração mediante uma variedade de fatores. Essa expansão é provocada pelas oscilações econômicas urbanas em sua formação, criando um crescimento de agentes que usam esse meio de sobrevivência como alternativa ao emprego formal.

Vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais econômicas culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001 apud AMBRAMOVAY, 2002, p.13.).

A vulnerabilidade social é um resultado de uma construção histórica que revela diversas tomadas de decisões que configuram as relações socioeconômicas do território, se apresentando como herança que possibilitou diversas marcas na população. As incertezas criadas por um processo da não absorção da mão-de-obra excedente, gerou um sistema econômico com um grande exército reserva de trabalhadores que buscam alternativas para conseguir alguma renda nos ramos do circuito inferior. Essa realidade possibilita novas demandas para o acesso a melhores condições de trabalho e oferta de empregos, para aqueles que estão buscando sobreviver diante da realidade urbana com suas especificidades e diferentes realidades que moldam as relações econômicas e sociais.

O conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001, apud AMBRAMOVAY, 2002, p. 34 -35).

O território tende a se modificar para atender as demandas econômicas impostas pelas necessidades de fluidez e de estrutura, quando surgem elementos que condiciona aglomerações de atividades impulsiona possibilidades de materializações essenciais para as relações econômicas e sociais, gerando uma força estruturada na capacidade de reproduz as ações sobre o espaço urbano, porém, em outros momentos, reorganizações também podem gerar situações desfavoráveis para o desenvolvimento. Nesse sentido, “a noção de território vulnerável, ganha um sentido mais concreto, na medida em que falamos de lugares concentradores de condições sociais sistematicamente reprodutoras das desigualdades e da pobreza, pois, neles prevalecerem condições desfavoráveis ao acesso e uso de recursos” (RELATÓRIO OBSERVATÓRIO, 2005, p. 58).

O Desemprego é um elemento que possibilita a expansão do circuito inferior da economia urbana, que em muitos casos são provocados primeiramente pela não absorção de toda mão-de-obra e conseqüentemente pela falta da diversificação econômica no território, esse fator cria limites e barreiras para o avanço socioeconômico. O poder de compra é outro elemento a ser considerado, nessas relações impactam vários setores das economias da cidade, pois, é esse fator que determina em que circuito das economias a população pode consumir, tendo a capacidade de influenciar as relações sociais da maior parcela dos habitantes. Nesse sentido,

É muito dinheiro criado nessa economia sem produção que entra no consumo dos segmentos mais pobres, dinamizando a economia popular. Os comerciantes e os pequenos produtores que recebem esse dinheiro refazem esse estoque, produzem mais mercadorias e serviços numa espiral que chega até a classe média. (CARVALHO, 2012, p. 100)

O espaço geográfico é um conjunto de objetos e ações que, com o avançar dos períodos, vão ocorrendo novas reorganizações, que reconfiguram os elementos e o comportamento do território. Nesse sentido, é possível observar que diversas modificações ocorreram ao ponto de não ser possível comparar as características do espaço urbano de hoje com o do final do século XVII da revolução industrial por consequência das especificidades distintas de cada momento de avanço tecnológico, sendo assim as relações no espaço geográfico é uma consequência de um complexo de sistemas e estruturas que se reorganiza de evolução em evolução. (SANTOS, 1985. P 15). Nessa perspectiva, “O espaço habitado se tornou um meio geográfico completamente diverso do que fora na aurora dos tempos históricos. Não pode ser comparado, qualitativa ou estruturalmente, ao espaço do homem anterior à Revolução Industrial” (SANTOS, 1988, p.3).

O circuito inferior é marcado por diversas transformações no espaço urbano, que impacta nas relações socioeconômicas, ou seja, vão existir ações sobre o território que alteram seu funcionamento gerando expansões e retrações em momentos favoráveis e desfavoráveis, portanto, o território tem a capacidade de funcionar como um sistema vivo, nesse sentido, “O território tende a funcionar dentro de um modelo de sístole e diástole, um modelo combinado segundo o qual alguns dos seus pontos tendem a reunir recursos e forças, levando a fenômenos aglomerativos, enquanto em outras partes é o contrário do que se verifica” (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 303).

O espaço urbano é um produto do espaço geográfico, consequência de um território usado, cujas, as suas reorganizações têm tendências a serem desiguais construídas por períodos históricos, e de um processo que atende hierarquias, com o propósito de atender as lógicas do sistema econômico capitalista. As variações criadas de elementos concentradores gerando pelas demandas do capital impulsiona a expansão do circuito inferior, em contrapartida, as políticas de transferência de renda possuem um potencial para intervir nas vulnerabilidades sociais, porém, ainda há a necessidade de geração de ofertas de empregos onde a renda baixa tem a possibilidade de intensificar os problemas socioeconômicos e expandir ainda mais essas atividades.

Perante tais fatores, existe uma busca para atender às necessidades de repensar as políticas públicas visando solucionar as lacunas que ampliam os problemas sociais e possibilitam barreiras aos avanços socioeconômicos. É fundamental a ampliação de estudos voltados para as devidas intervenções no território urbano para reduzir o atraso social relacionado aos problemas econômicos.

3.2 - A retração

O elemento da circulação dos bens e serviços tem uma relevante função para o surgimento das atividades do circuito inferior. Contudo, com as adversidades geradas pela existência da desigualdade territorial que condiciona as variações no espaço urbano, a velocidade de circulação pode reduzir ou aumentar, esse fator torna-se como reflexo da condição social contida nos pontos do espaço.

As variações dos elementos inseridos no território têm a capacidade de revelar as características das relações das formas de ocupação influenciadas pela organização urbana. Cada localização no território urbano tem um grau de dificuldade para que as atividades do circuito inferior possam se estabelecer em uma determinada área. Essas fronteiras estão

relacionadas aos custos de manutenção e investimento, onde a elevação pode impossibilitar o acesso e os ganhos. Neste caso, é importante destacar que agentes desse subsistema tende a trabalhar com baixos acúmulos de capital isso significa que as variações dos valores adquiridos podem como possibilidade ocasionar o fechamento desses estabelecimentos ou na abertura de outros mais rentáveis por meio da capacidade de adaptação nos ramos. De acordo com Santos (2013, p.107), “[...] a organização interna de nossas cidades, grandes, pequenas e médias, revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutuamente se causam, perpetuando a problemática”.

A forte capacidade do circuito inferior de se organizar, se adaptando, renovando e se deslocando é um reflexo das dinâmicas da modernização, onde o mesmo imita por meio de técnicas simples. Nessa perspectiva, o circuito inferior “[...] é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos processos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas” (SANTOS,2008, p.38). Essa reprodução, em algumas situações com barreiras regulamentadoras a serem superadas, sofre um processo de retração e depois se adapta pela busca de novas brechas no sistema urbano.

Variáveis como o poder de compra e as distribuições de renda são fatores que podem gerar modificações no comportamento das atividades do circuito inferior, bem como suas implementações no território. Nesse sentido, existe a possibilidade do custo-benefício de uma determinada localidade torna-se inviável quebrando adversidades que impõem um processo de dispersão ou retração desse subsistema econômico havendo a possibilidade de se descocarem para outras áreas com melhores condições de se manterem ativos ou até mesmo mudarem de ramos.

3.3 - A centralização e dispersão

Os agentes das atividades do circuito inferior possuem a capacidade de se adaptar, seja nas áreas periféricas ou centrais, podem alterar o ramo, deslocar para outra localidade, possibilitando novas condições para se manter por meio de um processo de inovação com uso de técnicas simples. Segundo Silveira (2010, p. 6), “Não é incomum que, em áreas periféricas, os agentes do circuito inferior mudem de ramo, conservando a localização. Uno e segmentado, o meio construído urbano está, por isso, em metamorfose permanente, levando a buscar novas condições de produção e, em definitivo, de vida”. Tal condição ocorre devido às diversas

possibilidades de reorganização existentes no espaço, que geram as necessidades de consumo que criam tendências a determinadas atividades e seus ramos no circuito inferior, essa dinâmica faz com que estes se adaptem às novas regras.

Nessa perspectiva, de acordo com Santos (2008, p. 20). “Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial [...]” Esses diversos elementos centralizadores e dissipadores existem em ambos os locais centro e periferia são construindo ao longo do tempo por mudanças e combinações de estruturas sobre esses espaços gerando as diferenças espaciais.

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativamente e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vêm as diferenças entre os espaços (SANTOS, 2008, p. 20)

O espaço urbano se transforma, alterando seus processos por meio das funções que ele exerce nos territórios mediante forças internas e externas, possuindo a operacionalidade de gerar atividades econômicas de acordo com suas características favoráveis e demandas. O circuito inferior, de acordo com Santos (2008, p. 38), “é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos processos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas”. Nessa relação, o circuito inferior funciona atendendo às tendências e necessidades de consumo de uma relativa parcela da população que não consegue acessar por completo o setor moderno, recriando produtos por meio de técnicas simples e brechas no sistema.

Os agentes da economia do circuito inferior, sejam no centro ou na periferia, são influenciados por tendências a se deslocar, quando não conseguem se manter em uma determinada localidade. O deslocamento pode ocorrer de maneira simples, pois as estruturas utilizadas são de baixo custo, seja nas periferias ou no centro. As vantagens e desvantagens impulsionam esse movimento contínuo em uma determinada escala de tempo.

Apesar da capacidade de adaptação, o espaço urbano vai possuir elementos que criam barreira e dispersão das atividades. Sendo assim, o processo dessa dinâmica está centrado em várias causas, como a normatização, fiscalização, impostos, variação dos custos de se manter em um determinado ramo ou até mesmo a redução do fluxo de clientes. Nesse sentido, deslocam-se para lugares nos quais é possível continuar suas atividades em plenas condições. “[...] A circulação é uma condição maior de realização da vida econômica e social. Entretanto,

nem todos os bens podem atingir todos os pontos do espaço e, nem todos os indivíduos podem em busca dos bens desejados [...]”.

Em outros casos, os agentes do circuito inferior podem ter dificuldade de se estabelecer em determinadas locas da cidade quando custos são mais elevados ou quando o fluxo se torna reduzido, gerando um custo-benefício ineficaz. Nesse sentido, eles acabam se deslocando para outros bairros que possuam melhores condições de sobrevivência de suas atividades econômicas. “Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1995, p.36)”.

Essa relação de deslocamento, quando os elementos necessários para manter as atividades em funcionamento, pode ocorrer de maneira simples ou forçada, provocada pelas normas que regem o uso do solo urbano. Segundo Santos (2008, p. 254), “[...] A própria instalação, frequentemente precária, não é empecilho. O mesmo local poderá servir para uma nova atividade, ou então o deslocamento se fará facilmente para seguir as migrações de atividades no interior da cidade [...]”. Essa possibilidade de se deslocar para outros bairros está ligada à estruturação da cidade, quanto maior o grau de investimento, maior a possibilidade de geração de economias populares nesses pontos.

Com a existência de áreas com maior fluidez no centro e na periferia, com capacidade de melhores condições de circulação de capital, bens e serviços, geram fatores essenciais para atrair essas atividades, gerando concentração de agentes do circuito inferior nesses pontos. Esses locais contêm uma significativa força de atração, levando a se estabelecerem e, quando esses elementos são escassos, ocorre o processo inverso, proporcionando a dispersão.

Esses deslocamentos entre periferia e centro são resultados de um processo que dispersa e concentra essas atividades devido às constantes transformações que criam possibilidades de reorganizar os espaços urbanos pelas forças impostas ao território. Contudo, existem limites nesses espaços onde podem ocorrer momentos de saturação das atividades do circuito inferior que tende a buscar novos pontos de comércio com melhores possibilidades de se manter.

Uma das características do presente período histórico é, em toda parte, a necessidade de criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc. Os países distinguem-se, aliás, em função das possibilidades abertas a essa fluidez. [...] (SANTOS & SILVEIRA, 2012, p. 261)

Ao considerar as escalas de tempo, podemos observar que as condições e funções do espaço urbano podem ser alteradas por meio das forças econômicas e do Estado. Santos afirma que “Em primeiro lugar, o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho

consideravelmente aumentado, como pela sua localização mais dispersa. Mudam, sobretudo, suas funções” (2013, p. 119).

Tais mudanças impactam a organização urbana e, conseqüentemente, funcionam como um elemento de movimento das atividades do circuito inferior. Essa dinâmica gera diversas variáveis originadas pelo sistema econômico globalizado que organiza os territórios por forças internas e externas, onde os agentes possuem a capacidade de se deslocar, adaptar e trocar de ramo diante das dificuldades apresentadas por essas imposições de transformação. Os custos que oscilam, os preços dos aluguéis, as fiscalizações e normatizações fazem parte desse processo.

3.4 - A capacidade de renovação e adaptação

Nessa dinâmica de renovar e se adaptar, o centro fica em evidência por possuir uma diversidade de variáveis envolvendo as estruturas, recursos, prestações de serviços privados e públicos, além da capacidade de administração exercida por essa área. Estruturas e empreendimentos fixados nesse espaço como bancos, correios, hospitais, escolas entre outros somados a uma estrutura de transporte, possibilitam um intenso fluxo de capital e de pessoas em busca de serviços gerando uma circulação considerável de bens essa realidade concentra aglomerados de atividades oriundas do circuito inferior da economia urbana. Nessa perspectiva, segundo. A intensa especulação dos lugares também provoca as diferenciações do território, onde a capacidade de permeabilidade dos agentes do circuito inferior age para acessar os espaços de movimento.

Os agentes do circuito inferior tendem a se adaptar aos fluxos e as regras gerando atividades renovam à medida que criam condições para geração de aglomerados. De acordo com Santos, (2013, p.107), “A organização interna de nossas cidades, grandes, pequenas e médias, revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutuamente se causam, perpetuando a problemática”. Com as variações nos preços de manutenção ou redução nos ganhos, resultam em adaptações, ou deslocamentos para outras áreas urbanas.

Com a organização interna do espaço urbano, se apresenta com os componentes essenciais concentrados em lugares estratégicos ou específicos, promovendo a capacidade de aglomerar atividades econômicas que precisam se adaptar e renovar para atender às demandas de consumo. As variações de circulação podem destituir os espaços e, a cada grau de dificuldade, maior a necessidade de se adaptar aos novos desafios. Com a possibilidade de uso

de tecnologias da comunicação, é possível contornar até certo ponto os graus de fluidez dos lugares.

Uma das características do presente período histórico é, em toda parte, a necessidade de criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc. Os países distinguem-se, aliás, em função das possibilidades abertas a essa fluidez. [...] (SANTOS & SILVEIRA, 2012, p.261)

A cidade se revela como um reflexo das relações sociais sobre o território urbano, que está condicionado às variações financeiras, às diferenças étnicas e à construção histórica. Essas características resultam de ações passadas que deixam seus vestígios que influenciam algumas tomadas de decisão. Diante dessa realidade, defende Santos (2008, p.208) que “[...] as cidades são o reflexo de sua realidade social atual, que pode ser analisada segundo o nível de rendas, segundo as atividades profissionais, segundo as distinções étnicas”. Os elementos do contexto da sociedade têm a possibilidade de condicionar mudanças as estruturas espaciais gerando o uso desigual do território na concentração dessas atividades nos diversos locais da cidade concentrando, dispersando e se adaptando, pois, essas fontes de renda de certo modo se apresentam como um mecanismo de escape para a baixa de oferta de empregos formais.

A saturação das atividades do circuito inferior também pode ocorrer em locais que possuem elementos de investimento estrutural que tende a concentrar essas atividades no mesmo perímetro, geralmente em escolas, bancos, praças e hospitais, entre outros. A concorrência cria a necessidade de se adaptar e renovar os ramos econômicos. “O crescimento da cidade e a concentração de atividades em áreas centrais geraram processos de saturação, provocando o deslocamento de população e de setores produtivos, como comércio, serviços e indústria.” (TROLEIS; DANTAS; MORAIS, 2012, p. 2). Em consequência da competição pelos lugares em melhores condições, essa demanda estimula os preços dos aluguéis dos pontos de ocupação, impulsionando a busca por mudanças e modificações nas atividades do circuito inferior.

Considerando que existe uma intensa seletividade espacial no que se refere ao uso do território, os agentes buscam lugares favoráveis para suas atividades, esses locais tornam-se pontos de concorrência e disputas e como consequência impõem dificuldades para entrada de novos agentes quando o território exibe um grau de saturação. (SILVA e SILVA, 2016, p.473)

O término de uma atividade tem como resultado, em alguns casos, a própria saturação. Um aumento significativo de agentes do circuito inferior comercializando os mesmos produtos podem resultar na mudança de ramo e recomeçar quando há possibilidade de obter melhores ganhos necessários para manter a atividade em funcionamento, quando é necessário também

existe necessidade de ocupar outros bairros com melhores condições se estabelecer e com uma manutenção de dispersas mais acessíveis. Segundo Santos (2008, p.254), “[...] A própria instalação, frequentemente precária, não é empecilho. O mesmo local poderá servir para uma nova atividade, ou então o deslocamento se fará facilmente para seguir as migrações de atividades no interior da cidade [...]”. Essa capacidade de adaptação e deslocamento funciona como uma força de resistência dos agentes do circuito inferior da economia urbana.

A capacidade de transformação dos ramos é alimentada por períodos desfavoráveis de nessas atividades, segundo Santos (2008, p.254) “a pequena quantidade de capital investido permite que o artesão ou comerciante mudem de atividade sem muito problema, se a conjuntura faz com que ele sinta a necessidade de uma reconversão [...]”. Esses períodos ocasionam um processo de adaptação a diferentes variáveis que esses agentes tendem a suportar, se modificando por meio das organizações impostas pelo sistema econômico.

A necessidade de transformação constante do espaço urbano resulta na necessidade de modernização, alterando as estruturas e criando novas tendências de consumo que promovem a necessidade de renovação e adaptação pelas novas perspectivas que esses agentes são submetidos. Santos (2008, p.255) afirma que “a modernização, acompanhada por uma mudança na estrutura do consumo, repercute diretamente na estrutura do circuito inferior. Esses agentes facilitam então o consumo desses produtos, produzindo-os ou comercializando-os com técnicas menos modernas”.

As relações de adaptação e modificação dos agentes do circuito inferior estão centradas na busca por recursos ou brechas no sistema que possibilitem estes ganhar alguma vantagem para sobreviver. Nota-se que cada vez mais as tecnologias estão presentes nessas atividades econômicas, o uso das redes sociais fica cada vez mais evidente, além das máquinas de cartão de crédito e das transferências via PIX.

A capacidade de adaptação desses agentes está relacionada às possibilidades e ações que estão sendo inseridas no espaço urbano, onde cada vez mais ocorrem transformações e ocupações. Nesse sentido, os agentes vão possuir habilidades de resolver as dificuldades das mudanças do território. De acordo com Santos (2008, p. 253) “[...] o circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais [...]”. Considerando que existem tendências que modificam o uso do território de uma forma que se molda às lógicas do sistema capitalista, as adaptações são cada vez mais necessárias. Nessa perspectiva, o circuito inferior, de acordo com Santos (2008, p.38) “é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam

parcialmente ou não se beneficiam dos processos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas”. Para cada reformulação imposta, surgiu uma constante renovação, criando novas formas dos agentes do circuito inferior atuarem no espaço urbano.

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um contínuo no tempo, mas variam quantitativamente e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vêm as diferenças entre os espaços (SANTOS, 2008, p.20).

É notório observar que o circuito inferior está conectado com as relações da pobreza urbana, onde uma das principais dificuldades é acessar os locais onde existe uma maior especulação dos pontos, pois, em muitos casos as oscilações nos ganhos podem afetar a capacidade de pagar pelos espaços mais privilegiados, as dificuldades podem se agravar quando ocorre uma incidência na redução do consumo da população em alguns períodos do ano.

Segundo sua capacidade de pagar pelas localizações e de adaptar-se às normas existentes, os agentes ocupam certas áreas do meio construído. Entretanto, as localizações não são permanentes, mas tendem a ser efêmeras, ao sabor das distintas equações entre o custo da localização e a capacidade de agregar valor aos produtos e serviços. (SILVEIRA, 2010, p.6)

O Estado tem potencial para gerar modificações sobre o espaço urbano, criando racionalidades que possibilitam uma ordem sobre as estruturas do território. De acordo com Castro (2005, p.127), “A administração é então constituída de um conjunto de organizações que participam da execução de múltiplas tarefas de interesse geral que cabem ao Estado”. A capacidade de resistência dos agentes do circuito inferior gera brechas e variações de consumo para um determinado contingente populacional com um poder aquisitivo reduzido através de suas adaptações. Segundo Santos, (2008, p. 201) “Por um lado, no seu aspecto atual, as cidades dependem muito das estruturas jurídicas da propriedade do solo urbano, da importância do papel do Estado ou de organismos privados interessados na construção[...]”. Essa relação de dependência tem a possibilidade de revelar a existência de fatores internos e externos que influenciam as dinâmicas urbanas.

3.5 - A dependência do circuito superior

De acordo com Santos (2008, p. 253) “[...] o circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais [...]”. Essa habilidade de metamorfose cria condições e possibilidades para os agentes do circuito inferior acessarem diversos pontos do espaço urbano, porém, ainda existe uma dependência para com o circuito superior, portanto, através de sua modernização provoca alterações nas dinâmicas dos agentes do subsistema inferior.

Considerando que o excedente de mão-de-obra se origina da incapacidade de absorção de mão-de-obra na expansão industrial, de acordo com Santos (2008, p. 192), “[...] as técnicas mais eficazes para a expansão industrial foram concebidas como se a mão-de-obra fosse escassa”. Esse contingente de desempregados existentes nos espaços urbanos está em constante busca pela sobrevivência, onde o circuito inferior tem a possibilidade de se expandir absorvendo esses trabalhadores. Nessa perspectiva, afirma Santos:

A expansão da atividade industrial impõe uma especialização e ao mesmo tempo acarreta a redução relativa e ao mesmo tempo absoluta do número de empregos. O circuito inferior, por sua capacidade de inchamento, intervém então para absorver o excesso de mão-de-obra. (2008, p. 255)

Com o processo de modernização, ocorrem as tendências de consumo e de concentração de atividades, o circuito inferior funciona como um mecanismo que facilitar o acesso a mercadorias paralelas ao setor moderno adaptando aos elementos conjunturais da organização do território urbano dando oportunidade de compra desses produtos a população com menor poder de consumo e que não conseguiria acessar de maneira direta do circuito superior. Nessa perspectiva. Santos (2008, p. 255) afirma que “a modernização, acompanhada por uma mudança na estrutura do consumo, repercute diretamente na estrutura do circuito inferior. Facilita então o consumo de produtos modernos, produzindo-os ou comercializando-os com técnicas menos modernas”.

3.6 - Os mecanismos de formalização e fiscalização

O espaço urbano tem a capacidade de promover o desenvolvimento de processos de normatização visando criar uma ordem ou padrão das atividades econômicas através dos elementos e ações inseridas no território havendo processos que reorganizam as relações, funções e formas espaciais de gerir os espaços. Essas modificações se apresentam de forma qualitativa e quantitativa, padronizando uma variedade de atividades econômicas e sociais, gerando os usos desiguais dos territórios por meio de uma força administrativa do Estado. Assim, Corrêa (1995, p. 36) nos mostra que “[...] estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.”

Segundo sua capacidade de pagar pelas localizações e de adaptar-se às normas existentes, os agentes ocupam certas áreas do meio construído. Entretanto, as localizações não são permanentes, mas tendem a ser efêmeras, ao sabor das distintas equações entre o custo da localização e a capacidade de agregar valor aos produtos e serviços. (SILVEIRA, 2010, p.6).

O circuito inferior possui essa capacidade de se adaptar a diferentes possibilidades até um certo nível de padrões, desde que os condicionantes sejam favoráveis. Sendo possível observar que, em uma situação desfavorável, vão existir elementos que dificultaram a formalização. A variação dos ganhos a longo prazo torna as atividades instáveis oscilando de maneira contínua, ou seja, em alguns casos, qualquer acréscimo em despesas pode inviabilizar a formalização.

Tais condicionantes estão ligados às formações das normativas jurídicas, socioeconômicas e políticas das cidades, atreladas à força do Estado e dos interesses das instituições privadas. Segundo Santos (2008, p. 201) “[...] por um lado, no seu aspecto atual, as cidades dependem muito das estruturas jurídicas da propriedade do solo urbano, da importância do papel do Estado ou de organismos privados interessados na construção[...]”. Esses processos são movidos pelas forças internas e externas que transformam as variáveis ao longo do tempo, que em alguns casos podem dificultar a implementação das atividades do circuito inferior, promovendo sua retração ou expansão.

O Estado possui uma relevante força regulamentadora capaz de normatizar o território com a possibilidade de repreensão dos agentes que não passaram pelo processo de formalização. De acordo com Castro (2005, p.127) “[...] a administração é então constituída de um conjunto de organizações que participam da execução de múltiplas tarefas de interesse geral que cabem ao Estado”. Essa capacidade administrativa gera novas reorganizações entre os espaços.

Áreas centrais têm uma considerável capacidade de atração e circulação, tal característica tem a possibilidade de concentrar atividades do circuito inferior. Toda via, com esses atributos, vêm as barreiras administrativas, sociais e econômicas que têm uma certa contribuição na organização dos territórios dos agentes do circuito inferior, pois essas modificações acionam as habilidades de adaptação para resistirem ou contornarem essa nova ordem. A repreensão nessa dinâmica é um mecanismo de controle que se confronta com as habilidades de adaptação e renovação dos agentes do circuito inferior, podendo ser feita até mesmo por forças militares para coibir práticas ilegais e até mesmo confiscar as mercadorias, se for o caso.

A atração inicial dos agentes do circuito inferior que não se formalizaram tem como explicação ao intenso grau de circulação possibilitando melhores ganhos para continuar com as atividades nessa área, porém, é importante ressaltar que esses ramos possuem baixo acúmulo de capital, com as baixas ofertas de incentivo ocorrem as dificuldades de se manterem normatizados e formalizados, nesse sentido aqueles que não aderem aos padrões geralmente

são vítimas de perseguições. A força administrativa organiza o território para criar um padrão de captação das diversas atividades, recursos mediante taxas ou impostos para manutenção do uso do solo urbano e da regulamentação da comercialização dos produtos.

O espaço urbano vai possuir lugares com maior rigidez para os agentes do circuito inferior, destacando primeiramente o centro pela força de administração e demais bairros com maior desenvolvimento administrativo. Cada setor desse subsistema vai exigir um certo grau de adaptação a essa normatização. Essa rigidez provoca conflitos que se apresentam como uma resistência a esse processo de formalização, criando dois grupos, um que adere ao processo e outro que permanece no estado de informalidade.

4. AS FORÇAS DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DAS ATIVIDADES DO CIRCUITO INFERIOR EM MACEIÓ, UNIÃO DOS PALMARES E PORTO CALVO

A princípio estas cidades estão localizadas na mesorregião do leste alagoano e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022) a Mesorregião do Leste Alagoano é formada por seis microrregiões sendo estas a microrregião do litoral norte alagoano, microrregião de Maceió, microrregião da Mata Alagoana, microrregião de Penedo, microrregião de Maceió e microrregião Serrana dos Quilombos. Essa mesorregião tem forte influência no cultivo da cana-de-açúcar, tal atividade se iniciou com a força de trabalho escravo banida posteriormente. Nessa perspectiva, segundo Lima (1965, p. 143) “A formação do povo alagoano tem seu início com as conquistas portuguesas das terras brasileiras, desde a época do comércio das especiarias, que constituíram a base de riquezas avidamente procuradas no Oriente.”

A mesorregião leste alagoana possui um acervo histórico e econômico que possibilita a reflexão das dinâmicas territoriais na região canavieira, bem como estudos relacionados às atividades do circuito inferior da economia urbana. De acordo com Lima (1965, p. 165), “Com o passar dos tempos, os aglomerados mais completos definiram as cidades, significando a concentração de habitações com áreas de indústria, poderes constituídos, centros de comércio, transporte e demais concentrações culturais.”

4.1 Maceió

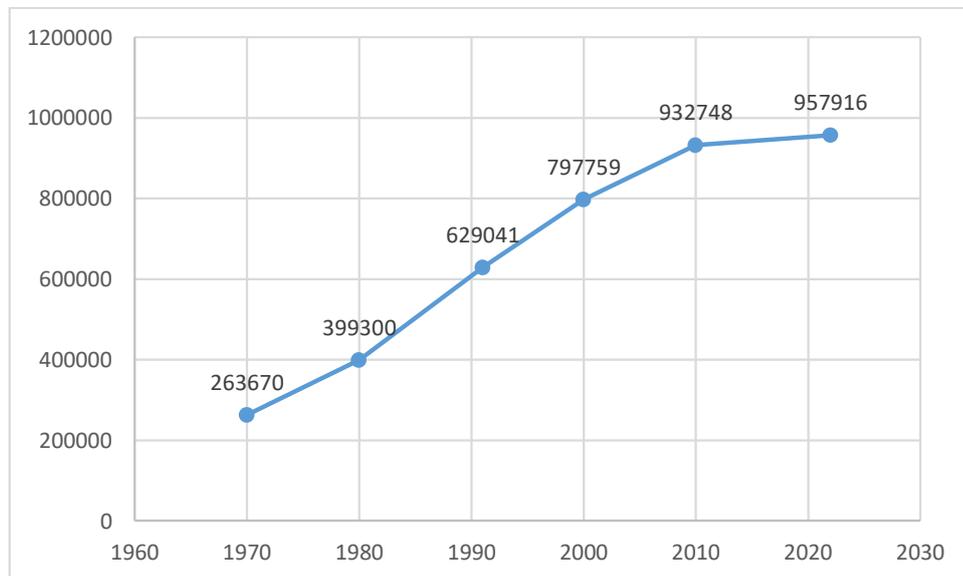
Maceió representada no mapa 1 tem sua localização na mesorregião leste de Alagoas. De acordo com IBGE (2022) tem seus limites formados da seguinte maneira ao norte com os municípios de Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Luís do Quitunde, Flexeiras e Messias; ao sul, com o município de Marechal Deodoro e Oceano Atlântico; a oeste faz fronteira com Rio Largo, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco; a leste, com o Oceano Atlântico. Possui uma economia relativamente adensada, com um avanço urbano considerável nos últimos períodos.

Mapa 1 - Político-Administrativo de Maceió



Fonte: Alagoas em dado e informações, 2020.

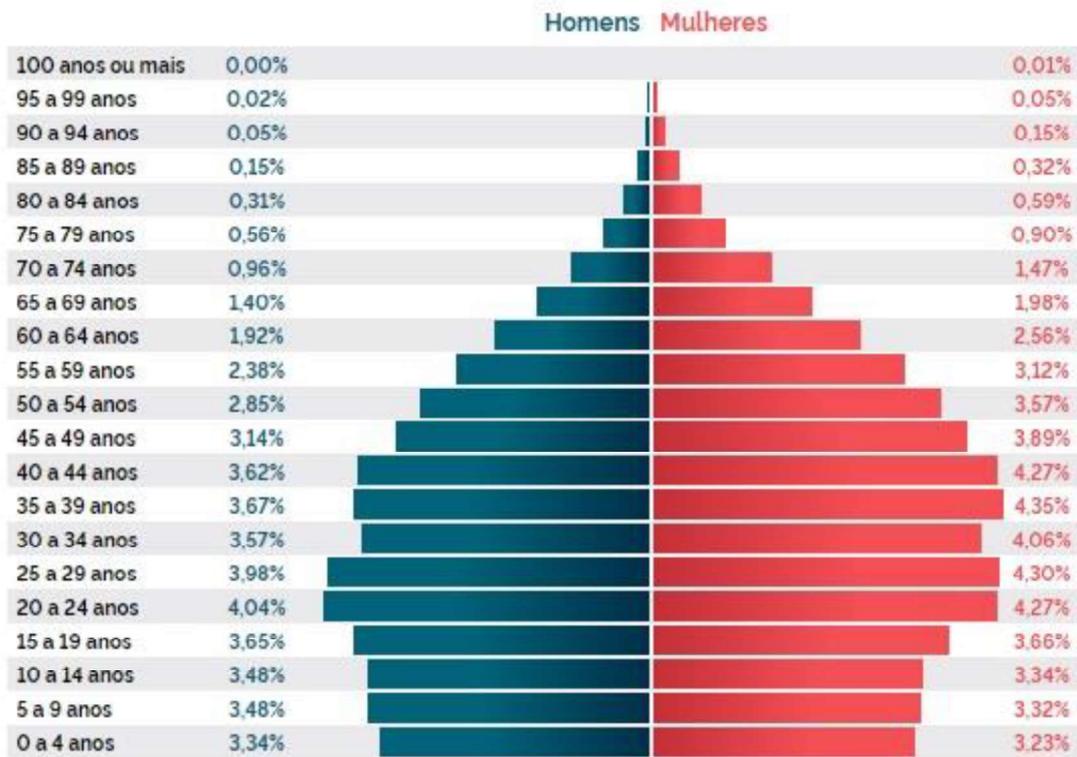
O crescimento de uma cidade capital com Maceió é dinâmico e pode revelar diversos fatores atrelados a essas oscilações de crescimento e redução da população. Observa-se que dos espaços urbanos pesquisados este território apresentou uma relevante elevação demográfica devido ao seu potencial econômico além dos seus espaços relativamente valorizados e de sua localização estratégica. Nesse sentido a geração de empregos formais e informações tem o potencial de se expandir a medida que as novas demandas surgem através das forças que controlam os pontos de ocorrência de atividades socioeconômicas que agregam uma solidez para manter a expansão populacional e consequentemente das atividades econômicas que estão em constante mudanças para se adaptar as possibilidades e adversidades do espaço urbano. Nessa perspectiva, tal relação está representada no gráfico 1.

Gráfico 1 - Maceió: Crescimento populacional

Fonte: adaptado pelo autor com base em dados do IBGE, censo 2022

Ao observar o censo demográfico de Maceió, nota-se que existe relação de crescimento da população mais idosa e uma redução do número de crianças e adolescentes nessa configuração. Consequentemente nesse ritmo de redução da natalidade e crescimento de uma população mais envelhecida poderá provocar um aumento considerável nas atividades de prestação de serviços especializados para atender as necessidades desse grupo e também existe possibilidade de uma redução da oferta de mão-de-obra. Todavia, o mercado é adaptativo e tem a capacidade de se moldar e se reinventar à medida que surgem tais condições, mas isso não significa que não terá consequências e transformações de como a economia vai se portar diante dessas mudanças a longo prazo. Portanto, é necessário compreender que essas oscilações de comportamento estão conectadas como a sociedade cria os meios para essa mudança de relação socioespacial. Nesse sentido, podemos observar tal formação através da figura 5.

Figura 5 - Maceió: pirâmide etária



Fonte: IBGE, 2022.

Por ser uma cidade com uma relação demográfica de adensamento, com seus espaços cada vez mais disputados em uma relação de valorização e desvalorização contínua, faz com que a densidade demográfica atinja no ano de 2022 cerca de 1880,77 habitantes por km², conforme a figura 6. Esse fato se dá pela capacidade de atração que Maceió exerce, gerando expansões e concentração de população no perímetro urbano. Essa saturação é benéfica para as atividades do circuito inferior, que depende dos fluxos provocados pela formação desses aglomerados constantes no espaço urbano de Maceió.

Figura 6 - Maceió: densidade demográfica



Fonte IBGE 2022

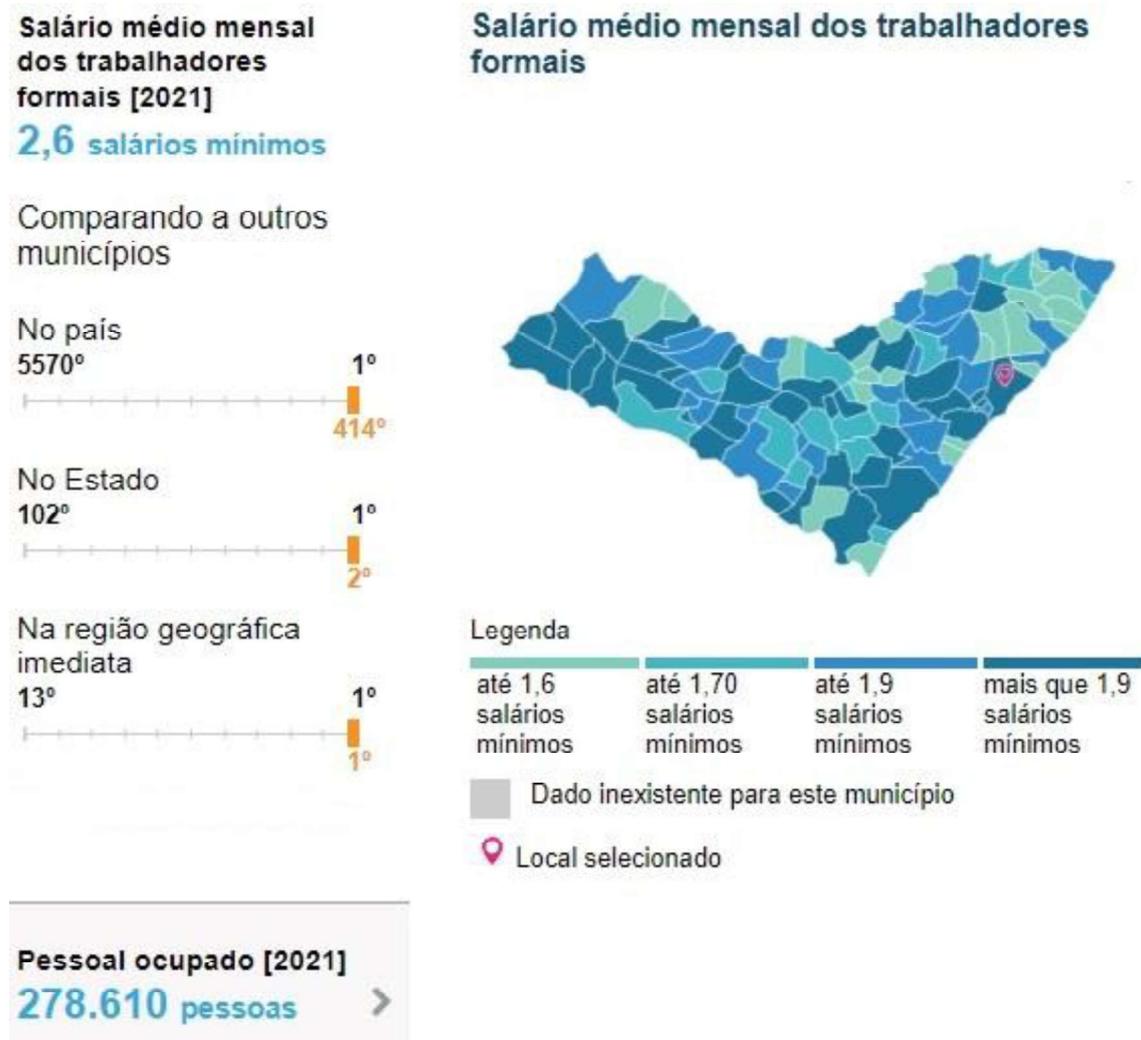
Com passar do tempo, Maceió cresceu intensamente na urbanização por meio de novos elementos que possibilitaram uma racionalização do território, criando assim uma força verticalizada que atende as lógicas do sistema econômico, modelando o espaço urbano e gerando movimentos que impulsionam a viabilização de atividades econômicas criando processos que se transformam seguindo as tendências do sistema econômico.

Quanto maior a cidade, mais intensas são suas relações econômicas de forma quantitativa e qualitativa. Maceió por ser uma cidade capital tende a concentrar diversas atividades em seu perímetro isso faz com que os espaços sejam modelados para atender os fluxos constantes que ocorre no espaço urbano, além do alto grau de investimentos públicos e privados que impulsiona as atividades do circuito inferior e superior. Santos (2008, p.62) admite que “os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo, em que, também, se modifica”.

É importante ressaltar que os trabalhos formais gerados pelos setores da econômica do circuito superior também contribuem para a manutenção das atividades do circuito inferior, pois criam demandas de consumo e geram fluxos de capital que retroalimentam os agentes desse subsistema. Portanto, a renda da população de uma média dos trabalhadores de uma determinada cidade pode possibilitar a expansão de novos pontos de comércio para atender às

necessidades de consumo impostas pela economia. Nesse sentido, a média mensal dos trabalhadores formais está representada na figura 7.

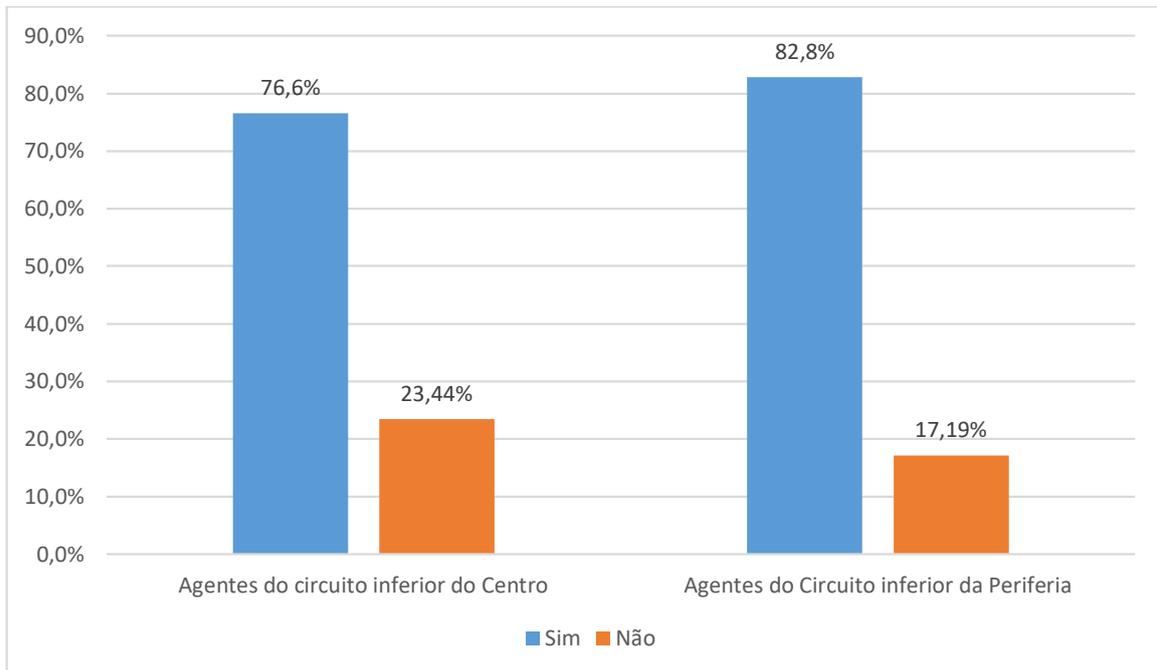
Figura 7 - Maceió: Salário médio mensal dos trabalhadores formais



Fonte: IBGE cidades, 2022.

Elementos como fluidez de pessoas, bens e serviços tem a possibilidade de atrair tais atividades. O adensamento populacional gera necessidades de consumo e as variações dos custos para se manter uma atividade econômica provoca uma busca por adaptações em espaços que se encontram em disputa, concorrência, saturação e especulação dos preços do solo urbano gerando deslocamentos nos espaços urbanos como pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Maceió: agentes do circuito inferior que já se deslocaram entre o centro e periferia



Fonte: elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

Nesse sentido, observa-se que esta cidade possui um alto poder de administração, isso promove relações de controle e organização sobre o espaço urbano. Regras e leis são aplicadas para essas finalidades que possibilitam um certo grau de organização mesmo em espaços periféricos dentro de seu perímetro. Contudo, o circuito inferior possui um alto poder de permeabilidade, adentrando nos mais variados espaços, seja centro ou periferia. A necessidade de consumo promove a atração desses agentes do circuito inferior no perímetro urbano.

O que determina um ramo do circuito inferior a resistir ou a se mover em um determinado espaço será sua capacidade de adaptação as adversidades e as mudanças constantes das relações econômicas, pois, uma simples alteração nos ganhos pode promover um fechamento de uma atividade e o surgimento de outra. Os custos para se manter esses pontos também sofrem alterações, criando a possibilidade de deslocamentos para áreas mais favoráveis e rentáveis a esses ramos.

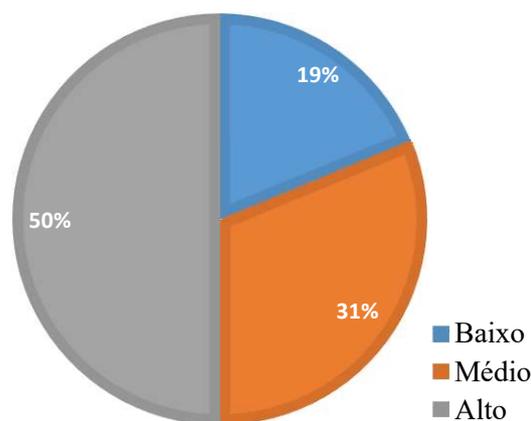
Outro ponto a ser considerado é a capacidade de atração que Maceió exerce, pois, esse movimento de pessoas bens e serviços vem também de cidades que conurbaram sendo estes os municípios de Satuba, Rio Largo e Marechal Deodoro graças a extensa área urbana ou até mesmo aquelas que possui um sistema de transporte urbano que se conecta com essa capital.

Apesar dessas intensas relações econômicas, o circuito inferior segue um padrão, esse sendo um resultado de uma relação socioeconômica que advém das desigualdades sociais e da reprodução de classes.

A princípio, o centro tem a capacidade de atrair atividades do circuito inferior pelas suas estruturas e investimento de capital em pontos estratégicos. O poder administrativo exercido por esse espaço envolve diferentes fatores e variáveis econômicas e sociais. Nesse sentido, o centro tem força para concentrar e dispersar e, quando ocorre essa dispersão, a tendência é que os agentes busquem por locais mais favoráveis nas periferias que já possuem um certo grau de infraestrutura e circulação de bens e serviços.

Quando os ganhos e os aluguéis dos pontos não são favoráveis, geram movimentos de concentração e dispersão em novos pontos da cidade. A saturação dos locais de atividades torna-se outro fator para o deslocamento, somado à capacidade do espaço urbano de se normatizar pela força do Estado. Os fluxos de pessoas têm um importante papel para os movimentos de criação de atividades do circuito inferior nesse sentido, nota-se a existência de uma variação considerável no gráfico 3 que revela que essa variável é percebida pelos agentes que podem simplesmente se deslocar para áreas com melhores circulações quando é possível e vantajoso.

Gráfico 3 - Maceió: fluxo de pessoas no centro de acordo com os agentes do circuito inferior.

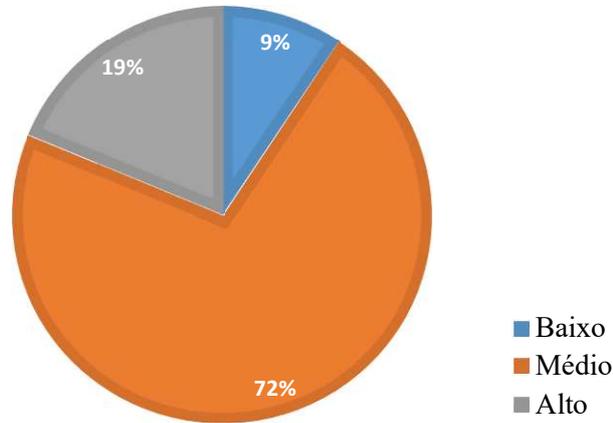


Fonte: elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023

Esse mesmo fluxo tende a variar também na periferia, com pontos com baixa, média e alta circulação representada no gráfico 4. A periferia de Maceió tem diversas possibilidades de retroalimentar o circuito inferior por possuir graus de investimentos em infraestruturas públicas

e privadas, esses elementos têm forte capacidade de atrair um relevante fluxo de pessoas, bens e serviços.

Gráfico 4 - Maceió: fluxo de pessoas na periferia de acordo com os agentes do circuito inferior



Fonte: elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023

A renda da população está ligada ao poder de compra, em alguns casos a entrada de um grupo populacional a essas atividades está conectada a um complemento da renda familiar devido à elevação do custo de vida que, em uma capital, tende a ser mais elevado que em cidades médias ou pequenas. Os gastos variam de localização, bairros de alto padrão ou com elementos atrativos têm a possibilidade de agregar valor aos imóveis e aos pontos comerciais. Os principais custos para manter as atividades no centro e na periferia estão em destaque nos quadros 2 e 3.

Quadro 2 - Maceió: principais despesas fixas dos agentes do centro

Aluguel	Impostos
Contas água	Contas de energia
Reposição de mercadorias	Custo com transporte
Impostos	Aluguel

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

Quadro 3 - Maceió: principais despesas fixas dos agentes na periferia

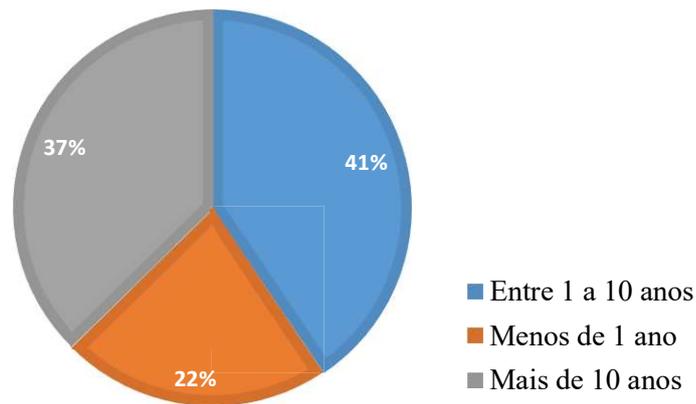
Aluguel	Impostos
Contas água	Contas de energia
Reposição de mercadorias	Custo com transporte
	Aluguel

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023

A variação do tempo de atividades (gráfico 5) em um determinado ramo é um elemento a ser considerado nessas dinâmicas de deslocamentos entre bairros e em muitos casos a

descontinuação de uma atividade não significa que agentes saiu do subsistema econômico, apenas mudou sua localização ou se adaptou a um novo comércio com melhores condições de ganhos futuros. Há casos em que a duração pode exceder mais de 10 anos devido aos condicionantes favoráveis do espaço de ocupação, ligada à capacidade de resistência às adversidades impostas pela organização urbana.

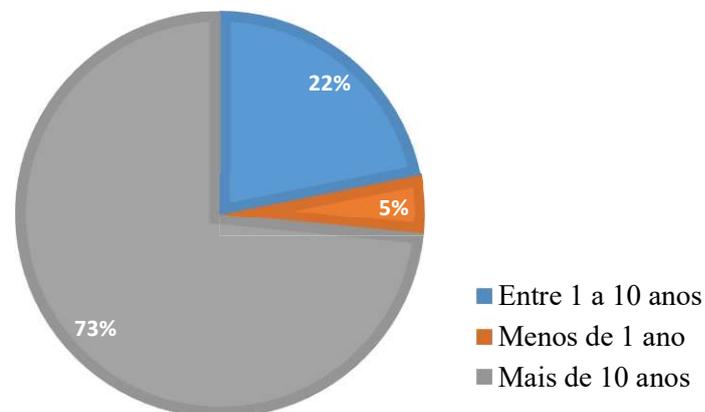
Gráfico 5 - Maceió: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior do centro.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

A periferia por mais desenvolvida que seja vai possuir características específicas em seus pontos de ocupação com graus de investimentos variados que possibilitam aglomerações de atividades do circuito inferior atraídos pelos fluxos e benéficos dessas áreas em potencial criando uma duração de atuação desses agentes no território que muda conforme as reorganizações do espaço urbano que estão inseridos. Essa dinâmica está representada no gráfico 6.

Gráfico 6 - Maceió: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior na periferia



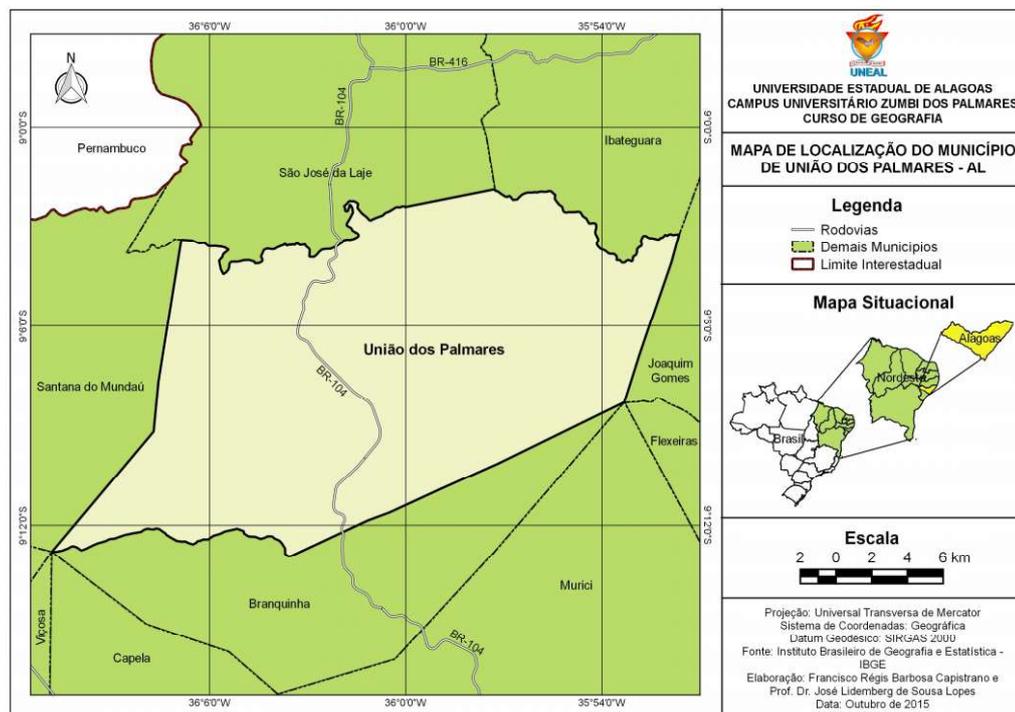
Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

Conforme o espaço urbano de Maceió se desenvolve novas atividades do circuito inferior são criadas pela força de atração dos pontos de comércio existentes no centro e nas periferias criando atividades do circuito inferior que se espalham conforme suas capacidades de adaptação e renovação perante as mudanças impostas pelas necessidades do sistema capitalista que reproduz as desigualdades dos espaços urbanos.

4.2 União dos Palmares

A cidade de União dos Palmares (Mapa 2) é um município que está localizado na mesorregião leste alagoana e na microrregião dos quilombos. Suas fronteiras limitam-se ao norte com os municípios de São José da Laje e Ibateguara, ao sul com Branquinha, a leste com Joaquim Gomes e a oeste com Santana do Mundaú. A cidade possui uma diversidade de dinâmicas distintas oriundas das diferenciações do território.

Mapa 2 - Localização do Município de União dos Palmares

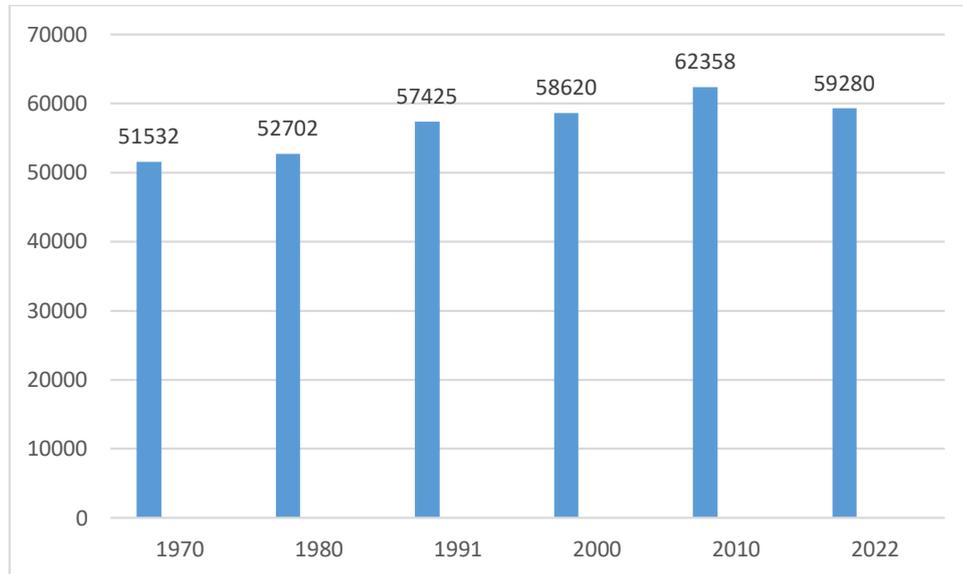


Fonte: CAPISTRANO & LOPES, 2015.

Na configuração do crescimento populacional de União dos Palmares, nota-se um crescimento constante até o ano de 2010 e uma redução no ano de 2022. Esse fator está correlacionado a diversos elementos: envelhecimento da população, migrações entre cidades e até mesmo a oferta de empregos formais em baixa, esse último cria um fluxo de saída justificada pela oferta em outros pontos do território brasileiro. Nesse sentido, o espaço urbano precisa de uma diversificação da economia para gerar um equilíbrio na oferta de trabalho e

consequentemente conseguir reter esses grupos que se evadiram da cidade. Essa dinâmica está representada no gráfico 7

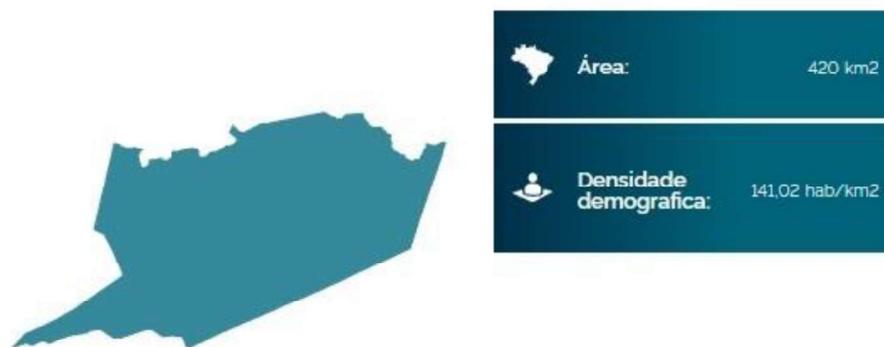
Gráfico 7 - União dos Palmares: Crescimento populacional



Fonte: adaptado pelo autor com base em dados do IBGE, censo 2022

Por ser considerada uma cidade polo com grande potencial turístico e econômico, União dos Palmares possui densidade demográfica de 141,02 hab./km² conforme a figura 8. Sendo assim, é uma cidade que, apesar do tamanho, tem a possibilidade de expansões ligadas à economia e ao perímetro urbano. O seu comércio com algumas áreas especializadas em prestação de serviços cria um fluxo constante de capital que é um dos fatores que atraem as atividades do circuito inferior.

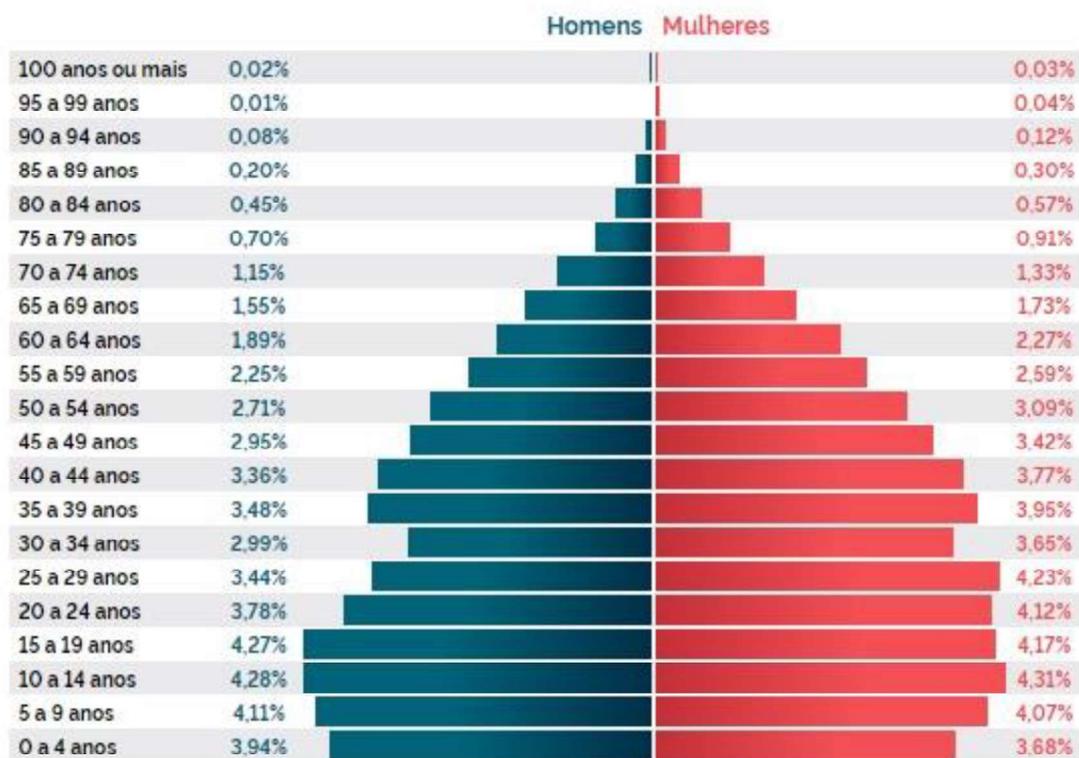
Figura 8 - Densidade demográfica de União dos Palmares



Fonte: IBGE 2022

Em relação à pirâmide etária, pode-se observar uma tendência do encurtamento da base, revelando um número menor de natalidade. Consequentemente, a população está tendo menos filhos e existe a possibilidade do envelhecimento populacional gradativo. Esse fator vai, de certo modo, influenciar a oferta de mão-de-obra a longo prazo, sendo necessárias futuras adaptações no campo econômico. Nesse sentido, essa análise está representada na figura 9.

Figura 9 - União dos Palmares: Pirâmide etária



Fonte: IBGE 2022

Inicialmente, com a chegada das ferrovias, criou a possibilidade de uma circulação mais efetiva para períodos passados, gerando dinâmicas que possibilitou a atração de fixos que impulsionaram a circulação de bens e serviços. Esse processo de racionalização do espaço urbano provoca uma força centralizadora que auxilia na capacidade de União dos Palmares de atrair fluxo de pessoas de outros municípios vizinhos.

Mais jovem que Porto Calvo, a cidade de União dos Palmares, surgida às margens do Rio Mundaú numa área em que a resistência negra havia inicialmente impedido a expansão da cana (LIMA, 1992, pp. 81-83), acompanhou um pouco mais de perto a vida urbana regional na primeira metade do século XX em função das possibilidades de circulação que foram-lhe abertas pela chegada das ferrovias. A estação ferroviária, a cerca de 0,5 km das margens do Rio Mundaú onde teve início a cidade, já havia direcionado a localização de alguns fixos, como as agências do Banco do

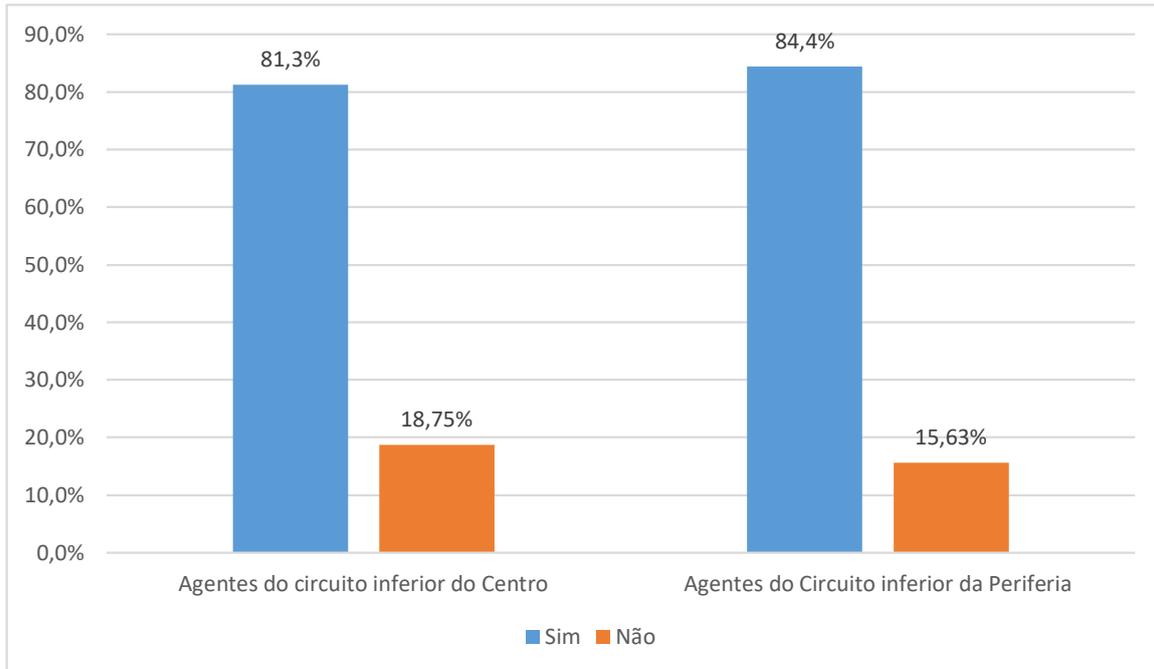
Brasil e dos Correios, para suas proximidades. Tudo isso termina condicionando o ingresso de União dos Palmares no período de racionalização do espaço urbano. (SILVA, 2017, p. 129)

União dos Palmares é caracterizada por ser polo da zona da mata alagoana. Esta cidade se apresenta como a principal da microrregião dos quilombos desatacando-se por possuir uma atividade econômica relativamente intensa no comércio relacionado a prestação de serviço, turismo, agricultura e entre outras atividades, portando a capacidade de atrair pessoas de municípios próximos. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), o município tem uma área de 420,376 Km².

Esse papel não é compreensível sem mencionarmos a construção da BR – 104 e a instalação da Usina Lajinha (1936) no município. Embora o vizinho município de São José da Laje sediasse uma das mais antigas e maiores usinas da Região Canavieira, a emancipação dos municípios de Santana do Mundaú (cuja principal estrada demandava a cidade de União dos Palmares) e de Branquinha (a cerca de 10 km de União dos Palmares) durante a década de 1960, assim como a ampliação dos serviços bancários e de saúde sediados no espaço urbano palmarino, confirmaram as novas formas de intercâmbio geográfico de União dos Palmares com os centros urbanos do seu entorno. (SILVA, 2017, p. 132)

Por ser considerada uma cidade, polo e ter um desenvolvimento econômico com um relativo potencial para o surgimento das atividades do circuito inferior seja no centro outro, periferia está desenvolve fluxos consideráveis de bens e serviços que retroalimenta os ramos econômicos dos agentes do circuito inferior. A relação de movimento entre a periferia e o centro é bem evidente, sendo esse fator relacionado com as capacidades administrativas do município que segue regras para a implementação de uma atividade econômica de forma legalizada, mesmo que nem todas venham a aderir a esse processo de formalização. No gráfico 8 é possível visualizar os deslocamentos entre centro e periferia.

Gráfico 8 - União dos Palmares: agentes do circuito inferior que já se deslocaram entre o centro e periferia

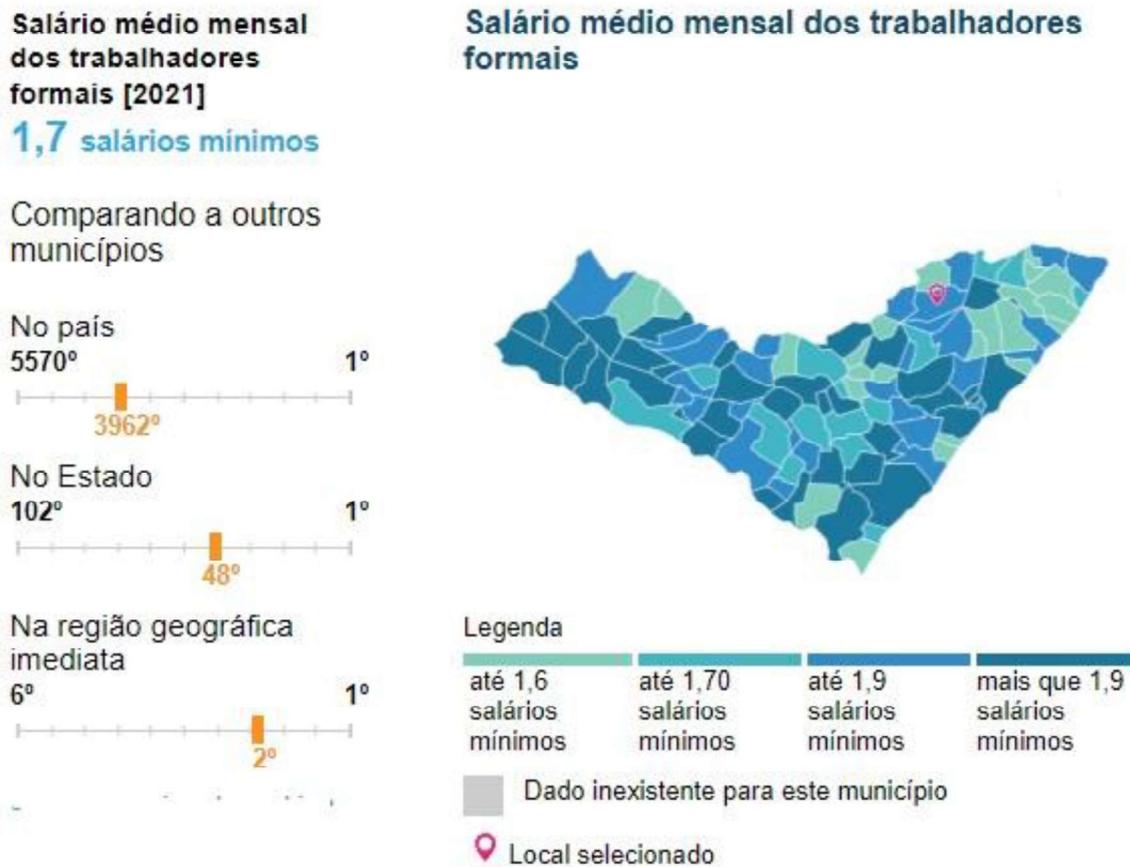


Fonte: elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

Os agentes do circuito inferior têm uma alta capacidade de adaptação e renovação frente às adversidades impostas pela organização urbana, isso faz com que eles consigam burlar algumas regras e ter uma habilidade de permeação no espaço urbano. Isso não significa que não haverá represálias nessa relação de luta e resistência.

Em relação à União dos Palmares, devemos levar em consideração alguns fatores que levaram ao adensamento de atividades do circuito inferior nas periferias. Um dos primeiros pontos a ser destacado é a falência da Usina Laginha, que desempregou uma quantidade expressiva de trabalhadores que tiveram que buscar outras alternativas de sobrevivência mediante a perda de seus empregos nas atividades do circuito inferior. Sendo assim, nota-se uma relevante importância dos salários médios dos trabalhadores formais representados na figura 10, que em muitos casos são consumidores dos produtos dos agentes do circuito inferior e possibilitam os ciclos econômicos do espaço urbano.

Figura 10 - União dos Palmares: Salário médio mensal dos trabalhadores formais



Fonte: IBGE cidades, 2022.

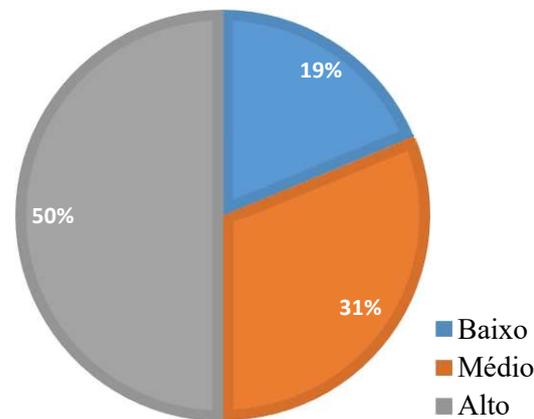
A outra questão seria a cheia de 2010¹ que destruiu as ruas da Ponte e do Jatobá e deixou diversas famílias desabrigadas, porém, com intervenção do estado, essas famílias foram remanejadas para novos bairros construídos por intermédio do programa Minha Casa Minha Vida. Não demorou muito e esses locais acrescentados no espaço urbano de União dos Palmares ganharam vida e um adensamento econômico próprio e diversificado. Com esse novo grupo populacional, algumas atividades do circuito superior também foram sendo inseridas nos perímetros desses bairros, como postos de combustíveis, atacadões, oficinas especializadas, supermercados de grande e médio porte, entre outros que se concentram nos bairros junto à BR.

O centro de União dos Palmares tem em seus perímetros importantes agrupamentos de atividades sendo exercidas que, a princípio, têm um elevado grau de investimento de capital

¹ Cheia de 2010, foi transbordamento do rio Mundaú, que destruiu as ruas do Jatobá e da Ponte afetando famílias e atividades econômicas em União dos Palmares.

público e privado, onde os fluxos de pessoa, bens e serviços tendem a ser mais elevados que em outras áreas. Esses elementos têm o poder de atrair os agentes do circuito inferior para exercer seus ramos de comércio, porém, essas áreas são altamente normatizadas para se estabelecer nesses pontos é necessário seguir regras e padrões para o uso do solo urbano aqueles que não se adaptam ou não conseguem burlar as normas são dispersos para outros pontos da cidade com menor fiscalização sendo mais específico a própria periferia que tem ganhado pontos de concentração de atividades econômicas. No caso do centro de união dos Palmares, 50% dos pesquisados afirmam que esse fluxo se apresenta alto, 31% como médio e 19% alegando que se apresenta como baixo (gráfico 9).

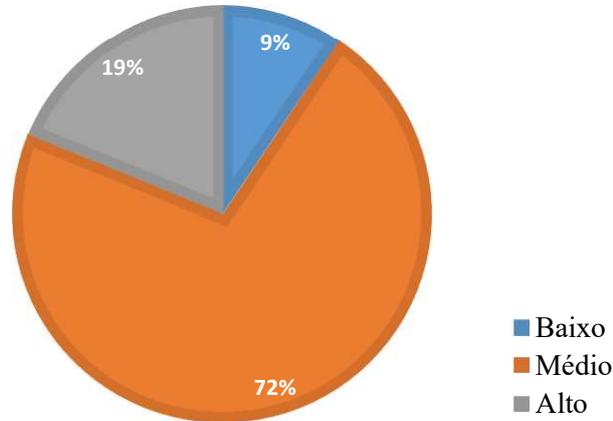
Gráfico 9 - União dos Palmares: fluxo de pessoas no centro de acordo com os agentes do circuito inferior.



Fonte: elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023

Na periferia, 72% afirmam que esse movimento de pessoas está mediano, alto com 19% e apenas 20% como baixo. Mesmo na periferia, existe um fluxo ressonável de pessoas, possibilitando que locais periféricos se tornem atrativos para as atividades comerciais. Desse modo, “Numa situação em que as virtualidades de cada localização estão sempre mudando, instala-se o que bem se pode denominar de guerra dos lugares” (SANTOS, 2012, p. 268–269). Esse fluxo se revela no gráfico 10.

Gráfico 10 - União dos Palmares: fluxo de pessoas na periferia de acordo com os agentes do circuito inferior



Fonte: elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023

Observa-se que para implementar uma atividade do circuito inferior em qualquer área, requer arcar com custos significativos em relação aos ganhos, como aluguéis, contas de água, reposição de mercadorias, impostos, contas de energia, custos com transporte. Essa relação pode ser observada nos quadros 4 e 5. O custo-benefício pode variar de local e essa possibilidade contribui para os movimentos de deslocamento dos agentes do circuito inferior.

Quadro 4 - União dos Palmares: principais despesas fixas dos agentes do centro

Aluguel	Impostos
Contas água	Contas de energia
Reposição de mercadorias	Custo com transporte
Impostos	Aluguel

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

Quadro 5 - União dos Palmares: principais despesas fixas dos agentes na periferia

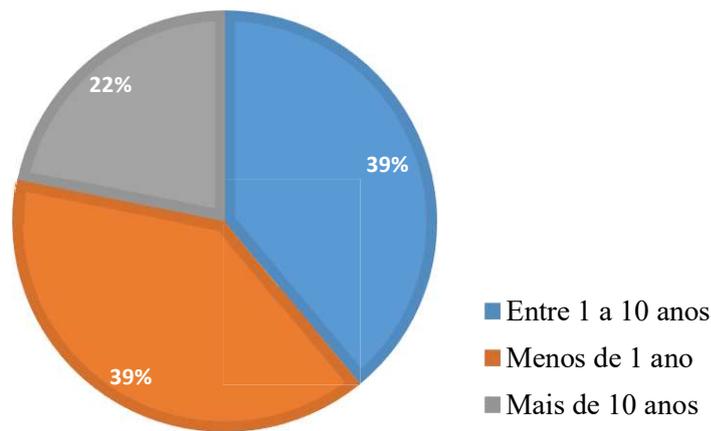
Aluguel	Impostos
Contas água	Contas de energia
Reposição de mercadorias	Custo com transporte
	Aluguel

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023

O tempo de atividade também pode variar por oscilações econômicas que influenciam o abrir ou fechar de uma atividade. Diante dessa realidade representada no gráfico 11, observa-se que no centro de União dos Palmares, 40% estão atuando entre 1 a 10 anos, menos de 1 ano,

40% e mais de 10 anos, 20%. Essa duração também está relacionada à capacidade de adaptação, aqueles que não se manter geralmente mudam de ramo ou se deslocam para outras áreas com melhores condições de se manterem e terem seus ganhos garantidos. Em uma situação de aumento do desemprego, essas atividades tendem a se expandir no espaço urbano como um mecanismo de sobrevivência ou alternativa ao trabalho formal.

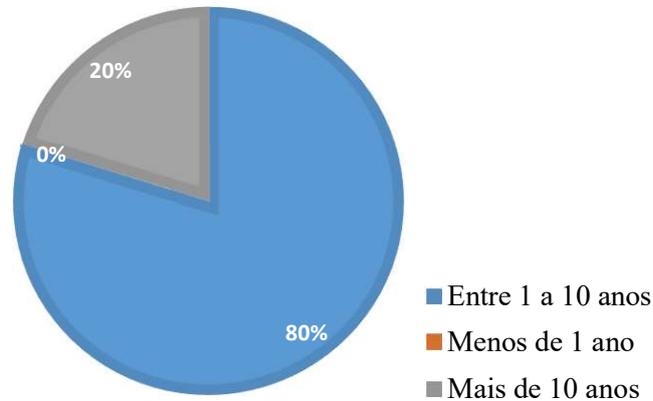
Gráfico 11 - União dos Palmares: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior do centro.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

Na periferia de União dos Palmares, o comércio está em um processo de desenvolvimento, já se observa uma diversidade de atividades econômicas formais e informais atraídas pelos novos fluxos e contingente populacional dessas. Em uma situação de encarecimento dos pontos e da especulação dos espaços urbanos, o tempo dessas atividades tende a ter uma variação. Aqueles com maior capacidade de adaptação conseguem resistir por maior tempo nos espaços de ocupação. A capacidade de se renovar tem que ser levada em consideração, pois o fim de um ramo pode ser o início de outro. Nesse sentido, o tempo de atividades está em destaque no gráfico 12.

Gráfico 12 - União dos Palmares: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior na periferia



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

O Índice de desenvolvimento urbano para longevidade – IDL apresentado na tabela 1 está considerando o bem-estar, habitação, cultura, saúde, educação e trabalho. Esses elementos revelam a realidade de União dos Palmares com uma nota relativamente baixa, com um total de 12.3, ficando no rank 327 do índice agregado, destacando a necessidade de avanços significativos. Essa característica pode alimentar a expansão das atividades do circuito inferior.

Tabela 1 - Índice de desenvolvimento urbano para longevidade - IDL

Município	Índice agregado		Índice 60-75 anos		Índice 75+ anos	
	Nota	Rank	Nota	Rank	Nota	Rank
União dos Palmares, AL	12.3	327	11.91	333	11.89	330

Fonte: Instituto de longevidade Mongeral AEGON / FGV, 2017

É notório que essa nota é considerada baixa, por colocar a cidade em uma classificação, ficando em trecentésimo vigésimo sétimo no ranking. O motivo está atrelado na necessidade de melhorias em vários setores econômicos e sociais essenciais para o desenvolvimento humano em diversos aspectos. Nesse sentido,

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de sistema de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 21).

A cidade de União dos Palmares possui uma estrutura econômica bem estruturada, pois é identificado na tabela 2 um mercado de trabalho bem ativo, isso se reflete nas criações de

empregos diretos e indiretos no espaço urbano. Essa dinâmica gera movimentos de capital em grande e pequena escala possibilitando a existência de elementos essenciais para a formação do circuito inferior até porque esse subsistema possui uma dependência do circuito superior para existir imitando como baixos investimentos por técnicas os produtos necessários para o consumo da maior parte da população.

Tabela 2 - União dos Palmares: pessoas com ocupações formais

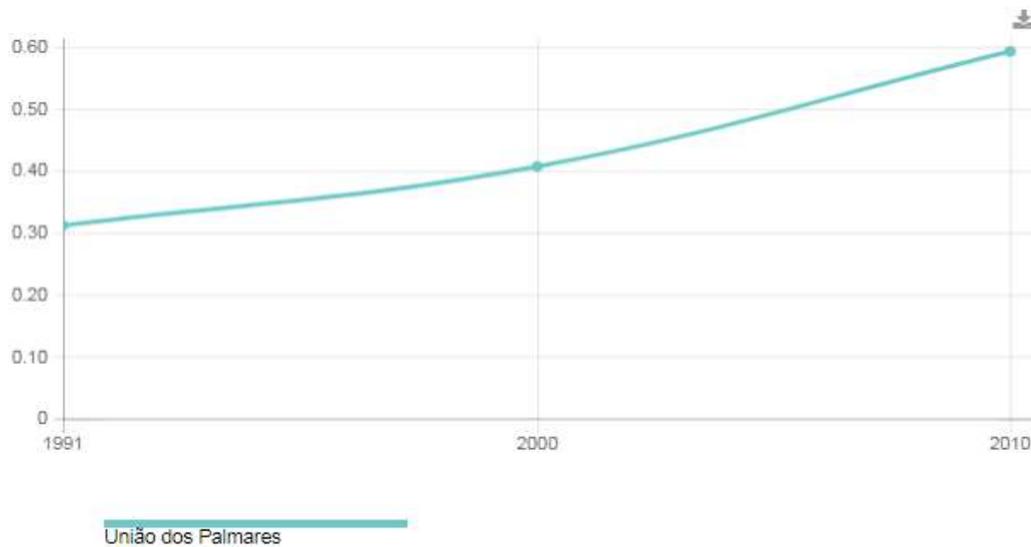
Atividades econômicas	2011	2012
Agropecuária	462	438
Comércio	1343	1323
Construção civil	1353	450
Indústria	3696	2402
Serviços	2604	1968
Total	9458	6581

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, 2012.

Em relação ao IDH (gráfico 13), União dos Palmares se revelava com um baixo índice, o necessário deveria ser o mais próximo de 1.0. A problemática está relacionada à falta de elementos que condicione uma melhor classificação, estão atrelados à educação, saúde e distribuição de renda. Elementos que foram construídos historicamente e fragilizam a população, intensificam a busca por alternativas de melhoramento da renda que podem estar associados ao crescimento das atividades do circuito inferior. A desigualdade de poder de compra é um fator que leva a muitos a criar novas formas de obter recursos financeiros, mesmo que seja nos setores das atividades informais.

Gráfico 13 - União dos Palmares: índice de desenvolvimento humano

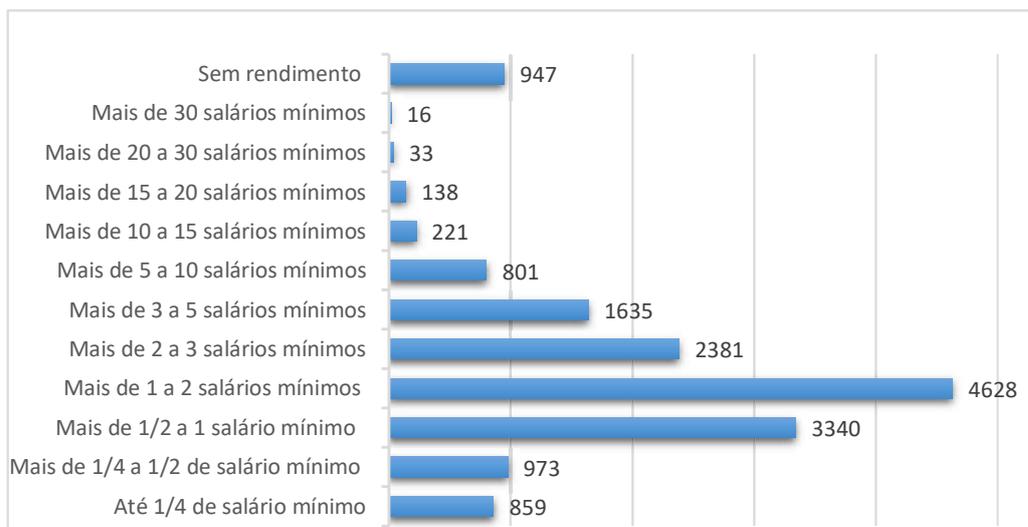
IDH



Fonte: IBGE, 2010.

As políticas que atuam na transferência de renda têm sua importância para amortecer esses impactos das desigualdades sociais. Portanto, a renda (gráfico 14) e a geração de empregos são importantes para as dinâmicas econômicas e sociais do território. De acordo com Santos (2008, p. 21) “[...] O nível de renda também é função de localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor”.

Gráfico 14 - União dos Palmares: rendimento mensal familiar por número de domicílios particulares



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do sistema SIDRA do IBGE, censo 2010.

Nota-se que a cidade de União dos Palmares tem um potencial econômico relevante para gerar novas atividades econômicas devido ao seu crescimento ao longo dos anos e por diversos investimentos públicos e privados que aos poucos foram inseridos em seu território. A normatização desses espaços é uma tendência que impõe novos padrões, existindo grupos que vão aderir ao processo e outros não por uma infinidade de motivos relacionados aos ganhos e benéficos desse processo.

4.3 Porto Calvo

Porto Calvo (Mapa 3) localiza-se na mesorregião leste de Alagoas, na microrregião da Zona da Mata. Conforme o IBGE (2022) possui 260,158 km² de área. Faz fronteiras com Jundiá, Matriz de Camaragibe, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi e Jacuípe. Possui um comércio relativamente variado com uma economia estável. Possui forte ligação com a cultura da cana-de-açúcar. Sendo assim, essa cidade possui forte potencial turístico e econômico.

Mapa 3 - Político-Administrativo de Porto Calvo

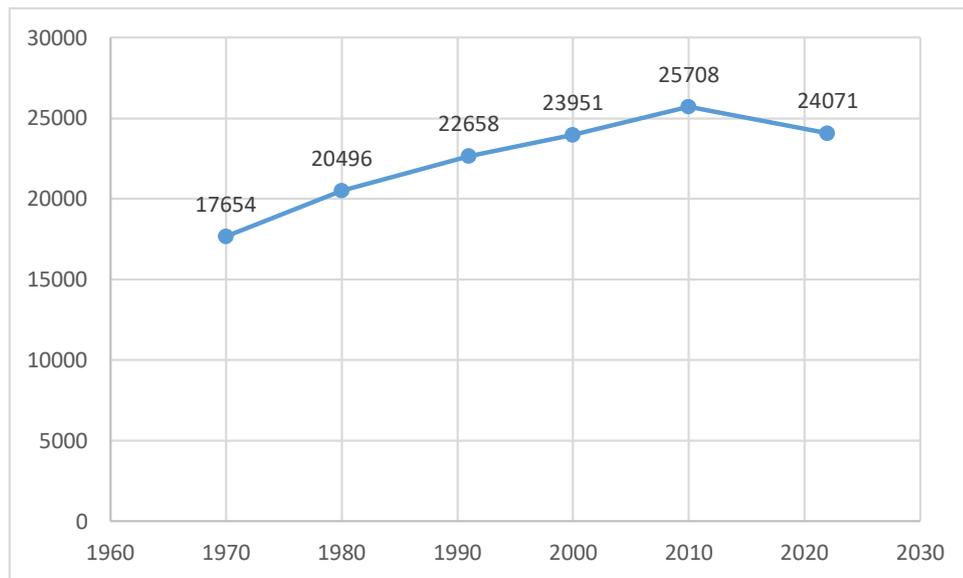


Fonte: Alagoas em dado e informações, 2020.

Em relação ao crescimento populacional de Porto Calvo, ocorreu um crescimento até o ano de 2010 e uma redução em 2022. Nota-se que existe uma dinâmica de perda de população

nos últimos anos atribuída às forças de atração de outras cidades e também pela relação do envelhecimento da população. Uma das alternativas para conter esse fluxo de escape é a diversificação da economia em diversos setores com uma maior capacidade de geração de empregos, apesar do circuito inferior ter essa capacidade ainda é dependente do superior formação um sistema complexo que requer uma atenção mais detalhada para futuras intervenções no sistema econômico.

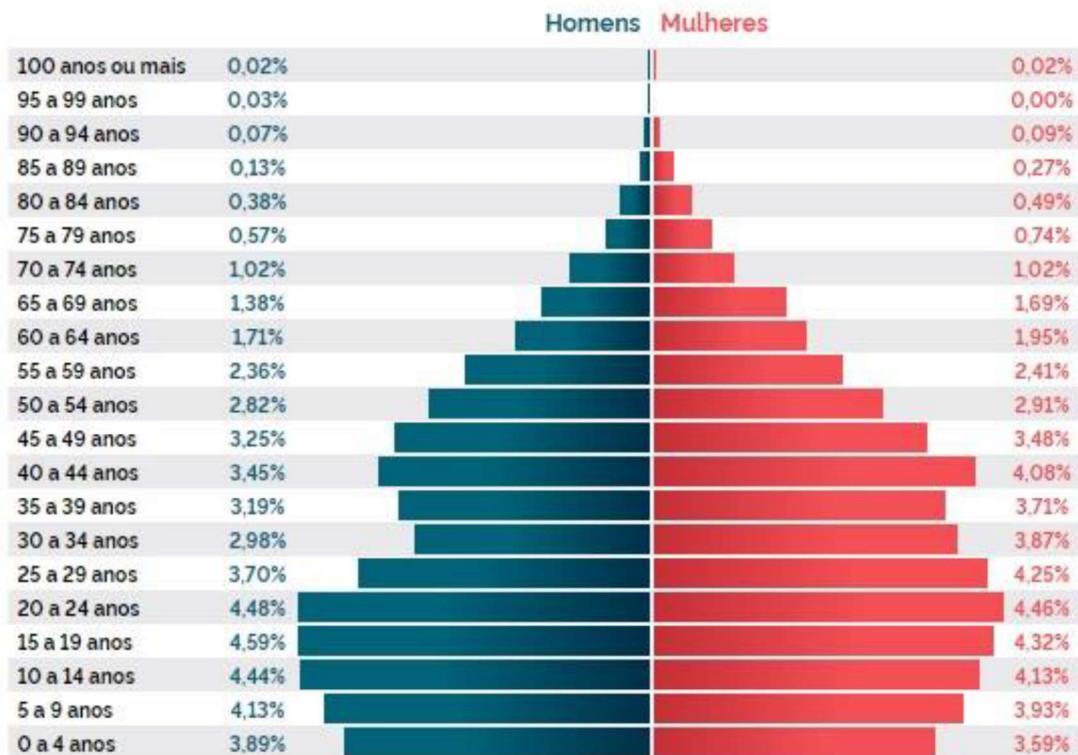
Gráfico 15 - Porto calvo: Crescimento populacional



Fonte: adaptado pelo autor com base em dados do IBGE, censo 2022

Em relação à pirâmide etária de Porto Calvo, pode-se contemplar o processo de encurtamento das bases revelando uma taxa menor de natalidade. Tal situação torna-se uma tendência com consequências futuras nas dinâmicas econômicas referente à configuração das ofertas de mão-de-obra e das possibilidades do sistema econômico, que tem que se adaptar a esse contexto. Portanto, “[...] o circuito inferior [...] graças à contiguidade, à soma de suas ofertas e demandas e à densidade comunicacional, [...] pode desenvolver uma certa capacidade de organização dessas áreas menos valorizadas do meio construído urbano” (SILVEIRA, 2010, p. 85). Nesse sentido, tal relação está representada na figura 11.

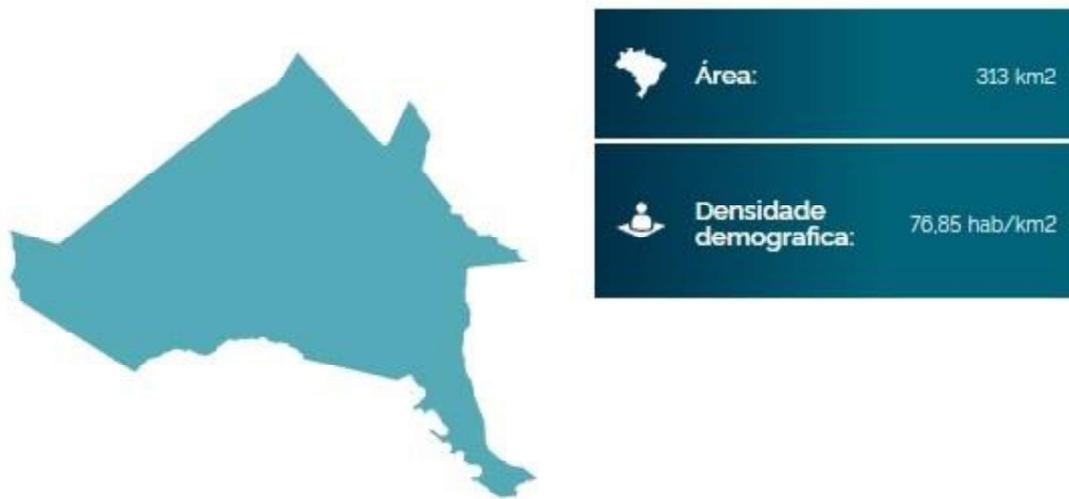
Figura 11 - Porto Calvo: pirâmide etária



Fonte: IBGE, 2022.

Por ser uma cidade pequena, a densidade demográfica é relativamente menor em relação às outras cidades pesquisadas, mas vale ressaltar que ainda o circuito inferior está presente em suas mais variadas dinâmicas econômicas, atendendo às necessidades de consumo desta população. Essa capacidade vem do circuito inferior conseguir “ocupar bairros, ruas, becos, terminais rodoviários, praças e porões, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos” (ARROYO, 2017, p. 57). Nesse sentido, é possível observar essa realidade na figura 12.

Figura 12 - Porto calvo: densidade demográfica



Fonte: IBGE Cidades, 2022

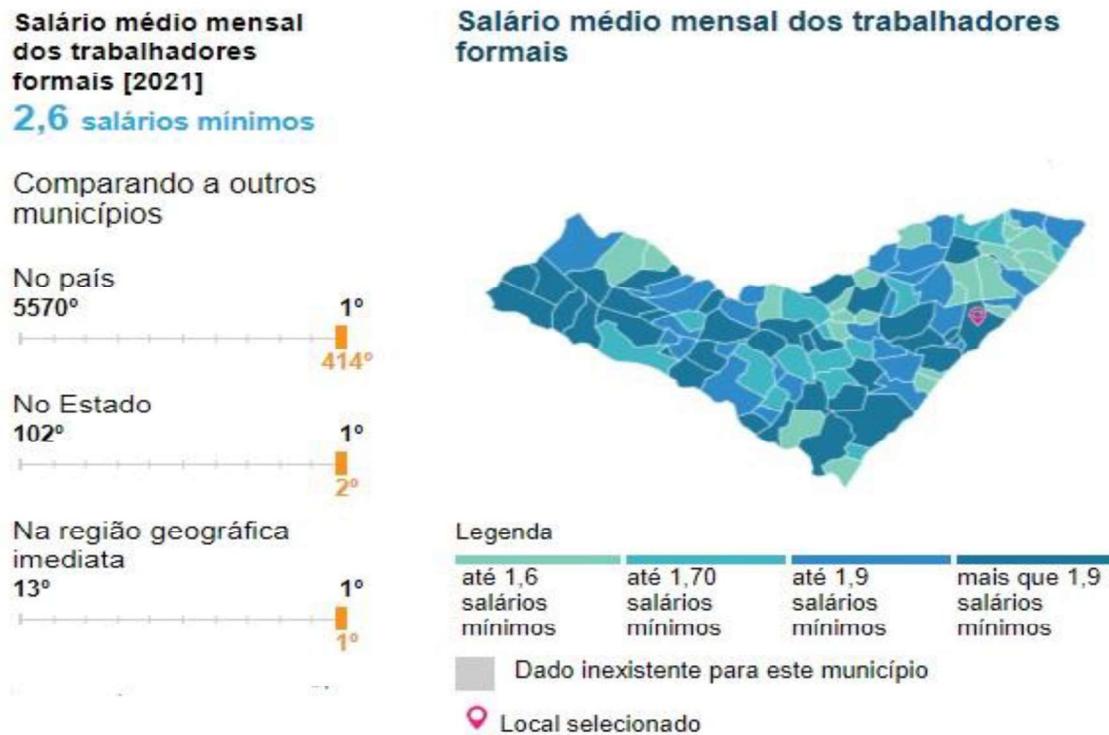
Esses elementos inseridos no processo de formação dessa cidade possibilitaram as mais diversas dinâmicas no espaço urbano, em contrapartida, a não contemplação das vias férreas causou um desaceleramento inicial. Contudo, consegue ascender como um dos principais centros comerciais das cidades pobres do norte de Alagoas, como afirma Silva Porto Calvo, foi

Originada de um pequeno porto para o transporte do açúcar na área canavieira mais antiga de Alagoas, com ocupação iniciada em cima de um pequeno morro à margem esquerda do Rio Manguaba a cerca de 20 km do litoral, a cidade de Porto Calvo, que havia perdido expressividade urbana por não ter sido contemplada com as ferrovias, começa nos anos 1960 a ascender como o principal centro de distribuição de bens e serviços para minúsculas cidades extremamente pobres do norte de Alagoas. (SILVA. 2017, p. 119-120)

Apesar de Porto Calvo ser uma cidade menor em relação as outras estudadas demonstra um padrão similar quando se trata das atividades do circuito inferior, quando se observa o centro e a periferia os agentes desse subsistema econômico tendem a se concentrar no centro devido as suas capacidades de adaptação e renovação de seus ramos, eles resistem e sobrevivem atendendo as necessidades de consumo daqueles que não conseguem acessar o setor moderno. Isso não significa que não existam agentes atuando nas periferias dessa cidade, pois eles conseguem existir em ambas as localidades e se deslocar de pontos quando favorável e necessário. O ponto a ser considerado são os salários médios dos trabalhadores formais, que

de certo modo têm forte influência no consumo de produtos do circuito inferior. Esses fatos podem ser observados na figura 13.

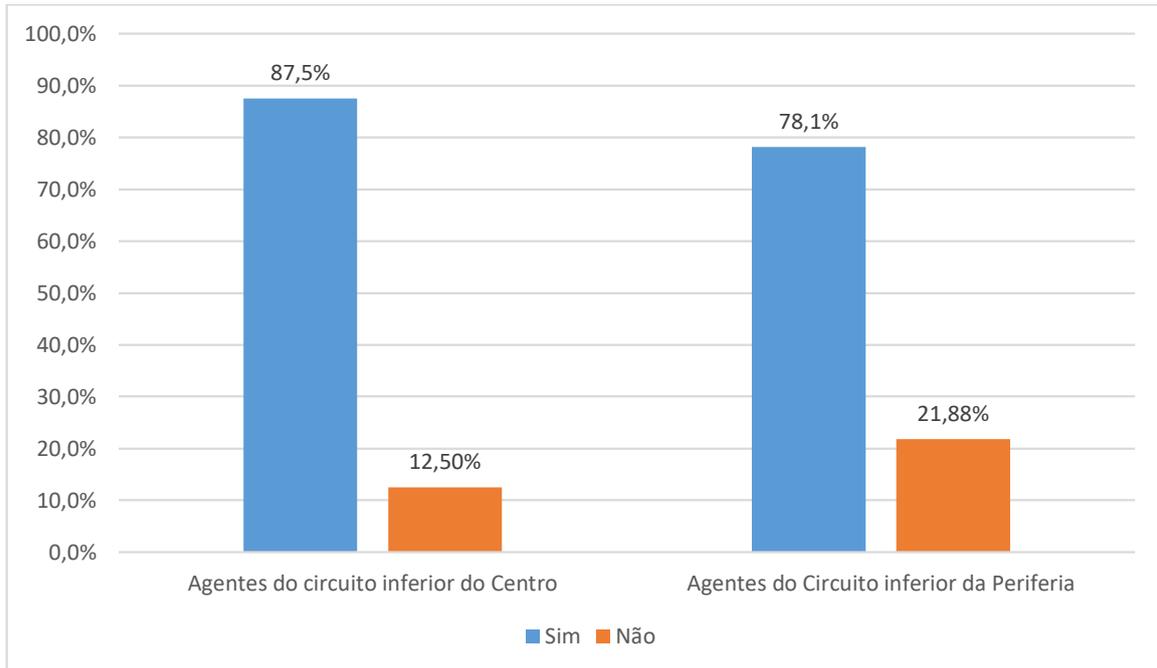
Figura 13 - Porto Calvo: Salário médio mensal dos trabalhadores formais



Fonte: IBGE Cidades, 2022.

Essa relação de centralização e dispersão entre centro e periferia ocorre de maneira contínua ao longo do tempo, esses serviços podem fechar e reabrir em outras localidades dessa cidade de maneira muito simples, pois, as estruturas que servem como bases são geralmente de baixo custo e de baixo investimento a depender dos ramos econômicos implementados. Essa dinâmica é representada no gráfico 16.

Gráfico 16 - Porto Calvo: agentes do circuito inferior que já se deslocaram entre o centro e periferia



Fonte: elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

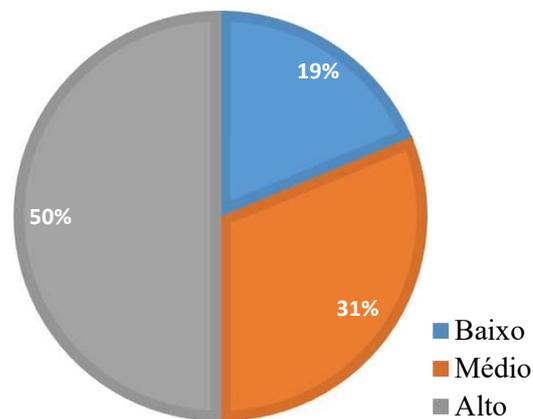
O centro apresenta características mais atrativas por possuir uma maior circulação de capital e de pessoas e por ser uma área administrativa, é local de tomadas de decisões, isso faz com que centralize elementos necessários para implementação dos ramos econômicos dos agentes do circuito inferior. Contudo, oscilações econômicas possibilitam que, em algum momento, precisem deslocar suas atividades para a periferia.

Os impostos cobrados e os aluguéis também variam de localidade. No centro, tende a ser mais elevados que nas periferias do espaço urbano. Esse processo gera um movimento de atração e dispersão das atividades do circuito inferior. Os custos do solo urbano são menos elevados nas periferias, porém, os fluxos podem ser menores a depender dos bairros, pois devemos considerar o poder de compra da população que é um dos fatores que deve ser considerado, assim também como o desemprego que expande esse subsistema.

Mesmo em cidades menores, os movimentos de deslocamento ocorrem, mesmo que em uma escala de tempo mais lenta. Centro e periferia possuem suas especificidades capazes de gerar novas perspectivas econômicas, onde os agentes do circuito inferior têm habilidades de se adaptar aos mais diferentes níveis de dificuldade no espaço urbano. Toda via, em cidades menores, haverá locais de pouco adensamento econômico, em muitos casos as próprias residências são utilizadas para fins comerciais. Naturalmente, o centro desta, por possuir

poderes administrativos e concentrar fluxos de bens e serviços, gera aglomerações de pontos comerciais de maior circulação de capital, criando uma força atrativa para este subsistema econômico. Em relação aos fluxos, estes podem ser observados no gráfico 17.

Gráfico 17 - Porto Calvo: fluxo de pessoas no centro de acordo com os agentes do circuito inferior.

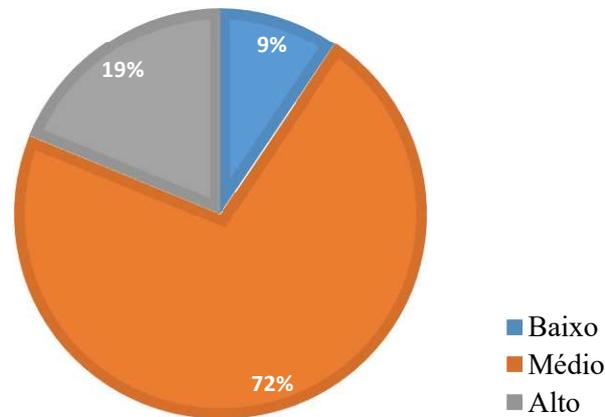


Fonte: elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023

A maior incidência de fluxos médios na periferia é resultado das investidas dos agentes em se adaptar mesmo em locais que possivelmente necessitariam de melhores investimentos. A necessidade de consumo existe em todos os lugares que habitam populações. Esse elemento faz com que gere possibilidades de se estabelecerem para atender às demandas locais. Isso revela que o mínimo necessário é o suficiente para manter algumas atividades em funcionamento nessas áreas.

Com o tempo e a medida que uma cidade desenvolve suas atividades econômicas o centro tende a saturar e sofre com especulações nos aluguéis dos pontos criando um movimento de deslocamento dos agentes por pontos mais acessíveis. Essas dinâmicas são de fato uma capacidade de dessas atividades de se espalhar pela cidade ao nível que se adaptam os graus de fluxos e de resistência dos espaços urbanos. Esses fluxos estão representados no gráfico 18.

Gráfico 18 - Porto Calvo: fluxo de pessoas na periferia de acordo com os agentes do circuito inferior



Fonte: elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023

Assim como qualquer cidade existe custo para manter uma atividade econômica previstos para acontecerem e podem variar conforme a localidade em muitos casos os deslocamentos ocorrem para reduzir as despesas que se elevam devido à organização dos espaços urbanos e da competição por locais melhores com maiores fluxos e circulação de capital. Sendo assim, os principais gastos estão em destaque nos quadros 6 e 7.

Quadro 6 - Porto Calvo: principais despesas fixas dos agentes do centro

Aluguel	Impostos
Contas água	Contas de energia
Reposição de mercadorias	Custo com transporte
Impostos	Aluguel

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

Quadro 7 - Porto Calvo: principais despesas fixas dos agentes na periferia

Aluguel	Impostos
Contas água	Contas de energia
Reposição de mercadorias	Custo com transporte
	Aluguel

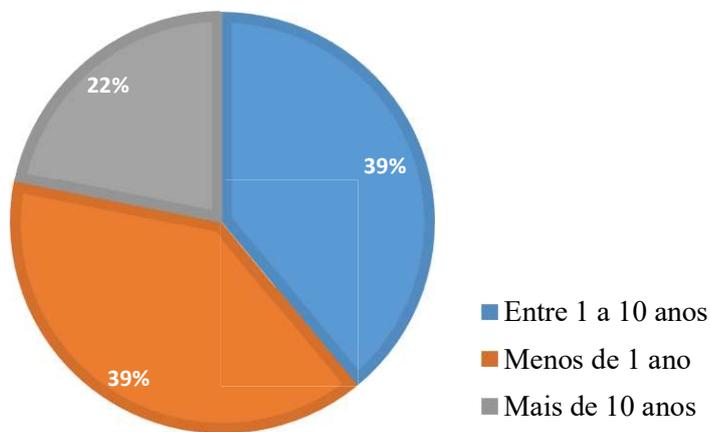
Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023

O tempo de atividade pode variar conforme as reorganizações econômicas em períodos de maior geração de empregos formais que de certo modo geram estabilidades financeiras aos trabalhadores, possibilitando essas variações principalmente por sabermos que o desemprego expande o circuito inferior. Todavia, ainda há grupos que se mantêm nesses ramos econômicos por mais tempo devido à baixa capacidade de absorção dos trabalhadores gerados pela forma

de como o sistema capitalista reproduz as desigualdades espaciais para atender suas necessidades.

As diferenças da percepção dos fluxos dos agentes do circuito inferior no centro dependem do ramo que em eles atuam e das características da cidade. Sendo que haverá pontos com mais fluxos do que outros e haverá momentos de baixo movimento durante o ano. Contudo, esses movimentos de pessoas e mercadorias são necessários para a manutenção e continuação das atividades econômicas exercitadas nesses locais, possibilitando a variação do tempo de atividades. Diante do que foi exposto no gráfico 19, observa-se a configuração dessa dinâmica.

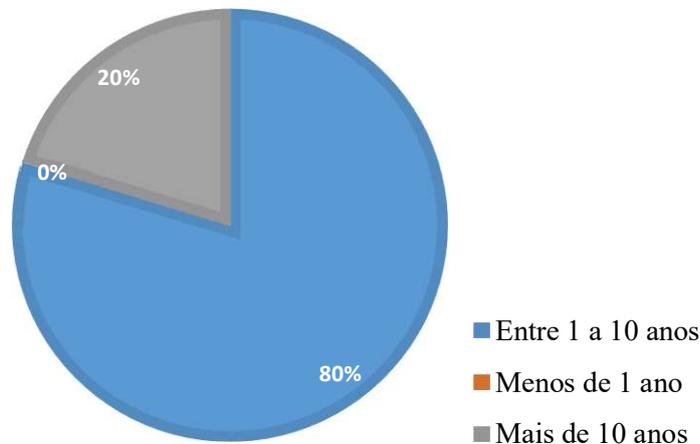
Gráfico 19 - Porto Calvo: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior do centro.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

A periferia é um local de acontecimentos econômicos gerados pela necessidade de consumo dos grupos populacionais que a habitam. Nesse sentido, quanto maior o grau de dificuldade, mais vai exigir da capacidade de adaptação. A configuração da renda da população também pode influenciar na duração desses ramos, principalmente em momentos de crises econômicas. A mudança de ramo também deve ser considerada, pois, se um serviço ou produto perde a demanda, os agentes tendem a mudar para outros setores de comércio. O tempo de atividade está representado no gráfico 20.

Gráfico 20 - Porto Calvo: tempo de atividade nos atuais ramos dos agentes do circuito inferior na periferia



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da aplicação dos questionários, 2023.

Cidades menores, como Porto Calvo, possuem suas dinâmicas econômicas próprias, onde os agentes do circuito inferior tendem a seguir um padrão de adaptar, renovar, deslocar e ter resistências às mudanças econômicas. A normatização dessas atividades é um processo lento que nem todos estão dispostos a aderir sendo de necessário planejar intervenções mais humanas e eficazes, pois, o crescimento desse circuito é um reflexo da desigualdade territorial e econômica que gerar um exército de trabalhadores informais que utilização desse subsistema para sobreviver.

4.4 O padrão de movimento do circuito inferior da economia urbana nas cidades

Ao observar as três cidades, Maceió, União dos Palmares e Porto Calvo, estas foram escolhidas pelas diferenciações de características distintas e notáveis tanto no tamanho e nos potenciais econômicos para as atividades do circuito inferior da economia urbana. As intensidades de ocorrência dos agentes nos mais diferentes pontos desses espaços que também estão em níveis de ocupações e organização diversificado, mas sobretudo existem elementos que possibilitam um padrão de comportamento referente as movimento de deslocamento de atividades desse subsistema para outros pontos dentro desses espaços urbanos.

Primeiramente temos que considerar que um agente do circuito inferior não irá se deslocar para outro ponto sem que isso seja realmente necessário ou até mesmo favorável, principalmente pela capacidade dos mesmos se adaptarem bem as adversidades das relações econômicas que interferem principalmente em situações de baixos ganhos, momentos de fluxo

de clientes reduzidos ou até mesmo questões relacionadas aos preços das matérias-primas e das oscilações dos custos para se manter em um determinado local.

Por padrão, esses deslocamentos podem ocorrer a qualquer momento que seja necessário, pois os pontos de interesse podem ser alterados conforme o espaço urbano se modifica. Esses aglomerados tendem a ocupar áreas de grandes fluxos, mas conseguem também em áreas de menor fluxo, como bairros mais periféricos, pela necessidade de consumo que vai existir nesses locais. Outra questão a ser considerada é a própria saturação de atividade do circuito inferior no espaço urbano, que pode moldar situações de concorrência, disputas e mudanças de ramos. Esses fatores acontecem nas cidades pesquisadas e tornam-se elementos que possibilitam essa relação de deslocamento entre bairros e centros. No quadro abaixo, destaco os principais elementos que possibilitam uma transferência de uma atividade do circuito inferior para outros pontos da cidade.

Quadro 8 - Principais elementos que possibilitam o movimento de deslocamento

Elementos	Razões
Econômico	Quando preços de se manterem em um determinado lugar muda, alterando os custos para a manutenção das atividades.
Estrutural do território	Quando as estruturas que o espaço urbano são modificadas ao longo do tempo alterando as vantagens e desvantagens.
Organização das funções	Quando as funções dos lugares são alteradas modificando as razões pelas quais se fixaram nestes pontos
Pelos benefícios	Quando os benefícios são reduzidos ou elevados.
Por repreensão	Por força da relação das normas criadas pelo poder do Estado que se estabelecem para fixar uma atividade econômica legalizada em um determinado lugar do espaço urbano que poderá resultar em repreensões do agentes que não estão aderindo.

Fonte: autor, elaborado pela aplicação das entrevistas aos agentes do circuito inferior

Diante do que foi observado através das análises dos dados, foi possível perceber um ciclo que representa esse movimento de deslocamento dentro do espaço urbano representado na figura 14. Sendo assim, as atividades do circuito inferior vão passar por estágios que iniciam pelas ocupações das áreas que apresentam uma capacidade de atrair os agentes e logo após começa os processos de expansão atrelados a capacidade desse subsistema de absorver a mão-de-obra trabalhadora, porém com o crescimento vem a saturação que é basicamente quando se atingi um determinado limite desses comerciantes e quanto mais aglomeram surgiu a necessidade do Estado e das forças reguladoras de intervir gerando ações de controle, além disso, a própria economia tem a capacidade de criar situações adversas que provoca deslocamentos gerando um loop.

Figura 14 - Ciclo de deslocamento das atividades do circuito inferior



Fonte: Autor, 2023.

Esse movimento contínuo é um reflexo da condição econômica e social de uma determinada população que usa os meios para conseguirem recursos para se manter em situações nas quais necessitam completar a renda ou até mesmo buscar a fonte principal de seu sustento. Esses deslocamentos também estão associados ao quanto um perímetro recebe investimento de capital e de estrutura que gera fluxos de pessoas, bens e serviços. Sendo assim, a maneira como as esferas de poder que regem o território para atender as lógicas do sistema

econômico cria possibilidades de deslocamentos de agentes para outros pontos do espaço urbano, essa realidade acontece devido à capacidade dos agentes do circuito inferior de imitar se utilizando de técnicas simples o circuito superior gerando uma relevante dependência.

Esse padrão de movimento ocorre também independentemente da variação do ramo de atividade. Considerando que o espaço urbano está em constante modificação no avançar dos períodos, é apenas uma questão de escala de tempo para que o ciclo de deslocamento de inicie. O desemprego e a desigualdade também são um fator que retroalimenta esse processo.

5. CONCLUSÃO

Apesar das diferenças em tamanho e densidade econômica, as atividades do circuito inferior apresentam um padrão ao se estabelecer em uma determinada área e alguns elementos precisam estar presentes nesse processo. Em uma relação contínua, a organização urbana impõe padrões e normas que geram movimentos dentro do espaço urbano que contribuem para centralização e dispersam atividade do circuito inferior.

A capacidade de adaptação dos agentes desse circuito possibilita um processo de luta e resistência para a sobrevivência, impulsionada pelas variáveis disponíveis em cada espaço urbano, como o poder de compra, a produção de empregos e a qualidade de vida nesses espaços. Devemos considerar também que essas relações foram construídas historicamente, onde os espaços privilegiados são para poucos.

O circuito inferior torna-se um caminho para aqueles que não adentraram no mercado formal de trabalho, gerando uma válvula de escape para o exército reserva de trabalhadores do espaço urbano. A legalização de uma atividade nem sempre significa melhores condições para esses agentes onde nessa situação parte dos ganhos são utilizados para pagar pelo uso do solo no perímetro da cidade.

Nessa dinâmica, existem diversas forças atuando nos deslocamentos dessas atividades a primeira delas é o próprio Estado que cria regra de normatização e punições para aqueles que não aderem essa perspectiva, as outras estão relacionadas a saturação dos espaços usados para manter as atividades que podem sofrer especulação. A centralização e a dispersão podem ocorrer de forma contínua a depender das condicionantes que estão atrelados às reorganizações urbanas dos territórios. A força de atração existe em ambas as áreas, periferia e centro, tudo vai depender dos elementos que estão inseridos nesses locais.

REFERÊNCIAS

- Alagoas em dado e informações. Mapa: Político-Administrativo de Maceio. Disponível em <<https://dados.al.gov.br/catalogo/uk/dataset/municipio-de-maceio/resource/dbc525fc-515e-4cd0-ad2e-63ba21f337cb>> acessado em 04/06/2018.
- Alagoas em dado e informações. Mapa: Político-Administrativo de Porto Calvo. Disponível em <<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/municipio-de-porto-calvo/resource/aeb5619f-11c2-4dd4-94f0-35c579725a84>> acessado em 04/06/2018.
- ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. pp. 53:62. In: Dantas, A; Arroyo, M; CATAIA, M.(org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. - Natal: 2017. Sebo Vermelho. 556p
- ANNA, Eduardo Pimentel Sant. Mundialização do capital e desnacionalização econômica no Brasil recente (1995/2002). (1967-1969). **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói: UFF/AB PHE, 2017.
- BACON, Francis. **Novum Organum: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/norganum.html>. Acessado em: 19 mar. 2014
- BAUMGARTEN, Maíra. **A prática científica na “Era do Conhecimento”: metodologia e transdisciplinaridade**. Sociologias. Porto Alegre, nº 22, jul./dez. 2009.
- BRENNER, Neil. **Perguntas abertas sobre o reescalonamento de Estado**. In: BRANDÃO, Carlos Antônio; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Orgs.). Escalas espaciais, reescalonamentos e estatalidades: lições e desafios para a América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 107-139.
- CAPISTRANO, Francisco Régis Barbosa; LOPES, Jose Lidemberg de Sousa. **Mapa de Localização do Município de União dos Palmares – AL**. Universidade Estadual de Alagoas, União dos Palmares. 2015.
- CARVALHO C.P. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 5ª ed. EDUFAL, Maceió, 2012.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1. Ed. São Paulo: Ática S.A, 1995.
- DIÉGUES JR., M. **O engenho de açúcar no Nordeste: documentação da vida rural**. Maceió: EDUFAL, 2006.
- DIÉGUES JR., M. **Alagoas e seus municípios**. Maceió: Imprensa Oficial, v. 1, 1944.
- DIÉGUES JR., M **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2ª ed. 2012.
- ESCOTT, M. P. e VALENCIA, L. R. **Idiosincrasia, un factor clave en la transferencia tecnológica**. Comunicación, cultura y política, número 7, p.191-212, 2016
- GATTI, A. **O Problema da Metodologia da Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais**. In: Maria Lúcia Rodrigues & Moemia Pereira Neves (Org.) Cultivando a Pesquisa - Reflexões Sobre a Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Franca: Unesp, Fev/1998.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa** -Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Censo de 2022**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=censo+2022>>. acessado em 27/06/2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Índice de desenvolvimento humano**. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> acessado em 27/06/2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/uniao-dos-palmares/panorama>. Acessado em 01/01/2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/porto-calvo/panorama> acessado em 01/01/2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>. Acessado em 01/01/2024.

Instituto de longevidade Mongeral AEGON / FGV. **Índice de desenvolvimento urbano para longevidade - IDL** <https://idl.institutomongeralaeagon.org/cidades-pequenas> acessado em 02/12/2022.

KLINK, Jeroen. A escalaridade e a espacialidade do (novo) desenvolvimentismo: uma exploração conceitual para o debate. In: BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (Orgs.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.19-37.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: brasiliense, 2004.

KORTE, Gustavo. **Introdução a metodologia transdisciplinar**. São Paulo: Núcleo de Estudos Superiores Transdisciplinares, 2000

KUARK, F. S.; MANHÃES F. C.; MEDEIROS; C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991, p.34, 35 e 36.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil, 1965.

LIMONAD, Ester. **Estado, espaço e escala no Brasil**: subsídios para a reflexão. In: Scripta Nova, v. XVIII, n. 493 (41), 1 nov. 2014. (19 p.)

LIMA, I. F. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Ed. do Brasil, Série Normal, v. 14, 1965.

MAMIGONIAN, A. **O Mundo no final do século XX e início do século XXI**. Boletim Paulista De Geografia 2018 p. 173–205.

MAMIGONIAN, A. **visão geográfica do brasil atual**: estado, crises e desenvolvimento regional. Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social, Foz do Iguaçu. 2019. p. 007-044

MEDEIROS, D. A. de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana**: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas dissertação (Mestrado em geografia) departamento de geografia São Paulo, 2013.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE **Dados Abertos** disponível em <http://trabalho.gov.br/dados-abertos> acessado em 04/12/2022

- MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo.** 2006. 203 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco de. **As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização.** In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 33-60.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003, p. 121-150.
- POLITZER, G. **Princípios elementares de filosofia – 3 ed.** - Centauro: São Paulo, 2007.
- PRADO JR., Caio. **Caráter Inicial e Geral da Formação Econômica Brasileira.** In: História econômica do Brasil. 26ª ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1974
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., [1942] 2011.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RUSSELL, Bertrand. **A perspectiva científica.** 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. Capítulo I, p. 17-48.
- ROCHA, Danilo. Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 22, n. 51, p. 77-96, sep. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/38802>>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SANTOS, M. **Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais.** Boletim Paulista De Geografia, 2017.
- SANTOS, M. **Manual da geografia urbana.** 3ª ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** Tradução Myrna T. Rego Viana. 2ª ed., 1reimpr, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** Ed Edusp. 2004. São Paulo.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.
- SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: formação social como teoria e como método.** Boletim Paulista de Geografia – BPG, n. 54, 1977. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092>
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SILVA, F. A. **A pobreza na Região Canaveira de Alagoas no século XXI: do Programa Bolsa Família à dinâmica dos circuitos da economia urbana**. Tese (Doutorado em geografia) – instituto de geociências. Universidade Estadual de Campinas. 2017
- SILVEIRA, M. L. **Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas** –Cuadernos del cendes, año 21, n° 57, sep-dic, tercera época, 2004
- SILVEIRA, M. L. **O lugar defronte os oligopólios**. In: DANTAS, Aldo et al. (org.). *Lugar-mundo: perversidade e solidariedade: encontros com o pensamento de Milton Santos*. Natal: EDUFRN, 2011. p. 80-100.
- SILVEIRA, M. L. **Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana**. In: XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - espaço de socialização de coletivo. Porto Alegre. Anais... Associação de geógrafos Brasileiros. 2010.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O território brasileiro: do passado ao presente. // Diferenciações no território*. In: **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 249-258; 259-278.
- Sistema IBGE de recuperação Automática – SIDRA**, Senso de 2010, disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3562>> acesso em 28/06/2022
- SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- SANT'ANA, M. M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, Museu do Açúcar, 1970.
- TROLEIS, A. L.; DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D. **A configuração de novos territórios urbanos em Porto Alegre-RS/Brasil: o núcleo sub-habitacional de Vila Dique** In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Anais... Universidad Nacional de Colombia, 2012. p. 1-16
- TENÓRIO, D. A. **Visão geral da Província das Alagoas no Segundo Reinado**. In. TENÓRIO, D. A. *Capitalismo e Ferrovias no Brasil*. Curitiba: HD Livros, 1996.

ANEXOS

Roteiro de entrevista aos comerciantes do circuito inferior mais antigos

Primeira parte: Introdução

⇒ Iniciando com explicações do que se trata a entrevista:

A pesquisa trata-se um estudo voltado aos comerciantes do circuito inferior da economia urbana que tendem a adaptar a diferentes conjunturas tende a absorver grande parte da mão-de-obra que não está inserida no mercado de trabalho do setor moderno. Torna-se um mecanismo de escape para o desemprego em momentos de vulnerabilidade social ou instabilidade econômica.

Será uma entrevista anônima não será necessário se identificar e as perguntas serão voltadas as dinâmicas da economia e do comércio desse local.

⇒ Solicitação de permissão para entrevistar e gravar a entrevista.

Diante do que foi dito você concorda em ser entrevistado?

Segunda parte: Aquecimento

- Quando você iniciou essa atividade? E por qual motivo?
- Qual o número de profissionais que atuam nesta área?
- Como se formou esse aglomerado de atividade de econômica? (existe alguma história desse local ?)

Terceira parte: Questões principais

- Você já identificou represálias ou impedimentos de atuação de atividades neste local?
- Já ocorreu a necessidade de se deslocar para outro lugar da cidade?
- Quais os motivos de uma mudança de ponto de comércio?
- Quais as vantagens de estabelecer uma atividade econômica neste local?
- Quais as desvantagens de estabelecer uma atividade econômica neste local?
- Como os agentes fiscalizadores tratam os comerciantes irregulares?
- As instabilidades econômicas e os impostos cobrados afetam essas atividades econômicas?

- Você presenciou comerciantes mudar de ramos de comercio e se adaptar?
- Esse local tem um fluxo pessoas capaz de manter as atividades?

Quarta parte: Questões secundárias

- A renda dos clientes interfere nos ganhos da atividade?
- Como foi manter os negócios nos períodos durante e depois da pandemia?
- Você usa ou presenciou os comerciantes utilizarem aplicativos para se adaptarem novas necessidades de empreender?
- Quando os alugueis dos pontos de comércio aumentam existe a possibilidade de mudar de local ou de bairro como melhores condições de se manter?
- Como é feita a formalização para abrir um atividade economia nesse local? (MEI, alvará da prefeitura, etc...)

Quinta parte: Considerações e finalização.

Agradecimentos pela pesquisa;

Quero agradecer imensamente pela entrevista, pois ela e de fundamental importância para os estudos da economia urbana e essas informações vão me auxiliar na compreensão do funcionamento desta área que localiza-se várias atividades do circuito inferior da economia urbana que tem gerado empregos, atendendo também as necessidades de consumo da população.